

SAMUEL DE JESUS

(Organizador)



PENSAR A ÁFRICA

**UMA ANÁLISE DAS TENSÕES E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS
NO CONTINENTE AFRICANO**

AUTORES:

Bruno da Silva Aguilera - Eduardo Eudociak - Héctor Almeida da Silva Santos -
Isabela Barbosa Rodrigues - Ivone Cortina - Joana Escobar Marinho - Kesia
Costa Pereira - Levi Salomão Matsinhe - Marceline Lira Oliveira da Silva -
Marcelo José Florindo Filho - Matheus Cardoso Barbosa - Renato Aguirre
Aria dos Santos - Vinicius Williams Ferreira de Moura

PENSAR A ÁFRICA:

**Uma análise das tensões e conflitos
contemporâneos no continente africano**



VEZ E VOZ EDITORA

CNPJ 32.055.369/0001-98

Conselho Editorial

Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento – UCDB

Prof. Dr. Alberto Ferreira Donatti – UNB

Prof. Dr. Altemir Luiz Dalpiaz - FACSUL

Profa. Dra. Célia Beatriz Piatti – UFMS

Profa. Dra. Claudia Alvarez – FCG

Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira – UFV

Prof. Dr. Joel Saraiva Ferreira – UFMS

Prof. Dr. José Bonifácio Alves da Silva – PM Navegantes SC

Profa. Dra. Karla Rejane de Andrade Porto – FACSUL

Profa. Dra. Maria Isabel Alonso Alves – UFAM

Profa. Dra. Maria Ivone da Silva – FECRA

Prof. Dr. Rodrigo Aranda Serra – SESAUCG

Samuel de Jesus
(Organizador)

PENSAR A ÁFRICA:
Uma análise das tensões e conflitos
contemporâneos no continente africano

Iª Edição

CAMPO GRANDE MS



2025



Copyright©by Samuel de Jesus
Editora VEZ E VOZ
Rua 14 de julho, 4721 – 4/706
Telefone 67 99627 0800
79010-470 – Campo Grande MS – Brasil
www.editoravezevoz.com

Impresso no Brasil – Novembro de 2025

Capa: Kesia Costa Pereira
Diagramação e projeto editorial: VEZ E VOZ
Revisão: dos autores
Imagens: dos autores

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Jeanine Lopes de Oliveira – CRB-1/2513

P418

Pensar a África: uma análise das tensões e conflitos contemporâneos no continente africano [recurso eletrônico]. / Organizador Samuel de Jesus. – 1.ed. – Campo Grande, MS: VEZEVOZ, 2025.
PDF; 2MB.

DOI: 10.29327/5713520.
ISBN: 978-65-86376-97-5.

1. África. 2. Geopolítica. 3. Currículo. 4. Revolução.
5. Colonizadores. I. Título. II. Jesus, Samuel de.

CDD 23.ed. 320.12

Apresentação

O Grupo de Estudos de Política Internacional tem a satisfação de apresentar ao público leitor seu quarto livro e sua primeira obra que promove a publicação de um estudo sobre a África e sua Conjuntura Política Recente. A gênese desta publicação reside na urgente percepção da lacuna que a temática africana ocupa, sobretudo, nos currículos dos cursos de Humanidades no Brasil. Constatar essa ausência equivale a dar as costas ao "Continente-Mãe", um escândalo epistêmico e histórico, especialmente quando se considera a profunda e íntima constituição da africanidade na brasilidade, com uma população negra expressiva e fundamental para a identidade nacional. Esta obra se insere em um necessário viés anticolonial, fundamental para a compreensão dos destinos e desafios contemporâneos da África. A conjuntura política atual não é apenas um resultado de um passado colonial, mas sim da persistente e constante presença das antigas potências colonialistas europeias que, de diversas formas — mental, econômica e, por vezes, militar —, continuam a exercer influência sobre o continente.

O cenário africano hodierno é marcado por movimentos de rupturas e transformações políticas. As revoluções em curso no *Sahel* — região nevrálgica e rica em recursos naturais — destacam-se como lufadas de esperança em um futuro de soberania plena. O caso de Burkina Faso, sob a liderança de Ibrahim Traoré, ilustra a busca por superar a "herança colonial maldita", manifestada, por exemplo, no recente banimento da língua francesa no sistema educacional e na adoção de línguas nacionais, gestos concretos de descolonização do pensamento. Contudo, os desafios são imensos. A região é palco de crises humanitárias e da atuação de grupos extremistas. O Boko Haram, grupo de matriz jihadista, tenta impor a *Sharia* (lei islâmica) na Nigéria e países vizinhos, perpetrando perseguições contra mulheres e promovendo ataques

indiscriminados que causam terror e deslocamentos massivos. Paralelamente a esta ameaça interna, observamos a expansão do que se convencionou chamar de novo colonialismo russo, ancorado na presença desestabilizadora de grupos mercenários, como o Grupo Wagner, que estende seus tentáculos sobre o continente, promovendo desestabilizações políticas em troca de controle sobre vastas riquezas naturais e minerais. Trata-se de uma região rica em pedras preciosas e recursos estratégicos, intensamente cobiçada pelo Ocidente e, agora, por novas potências.

Este livro, fruto de um esforço de pesquisa acadêmica, surge com o objetivo de oferecer ao leitor uma informação qualitativa, rigorosa e atualíssima sobre essa complexa conjuntura. Constatamos com pesar que, nos programas jornalísticos de países como Brasil, Estados Unidos e Europa, a África é frequentemente silenciada. Massacres, como os promovidos pelo Boko Haram, que vitimaram mais de 42 mil pessoas, são subnoticiados. Questionamos: um acontecimento de tamanha magnitude no continente europeu seria imediatamente classificado como genocídio, enquanto, para a África, é relegado a uma importância marginal? É estarrecedora a forma como esses eventos são menosprezados ou ignorados. O objetivo precípua desta obra é resgatar a importância, o significado e a centralidade da África no debate global. Busca-se propiciar uma aproximação respeitosa com sua história, seus povos, seus costumes, leis e visões de mundo. O livro é um esforço conjunto de estudantes de Pós-Graduação e Graduação do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), coordenados por um professor. A produção se propõe a ser um ato de descolonização do conhecimento ao realizar uma imersão na África a partir de pesquisas originais. Embora a maior parte dos autores seja brasileira — de um país que, ainda que eurocentrado mentalmente e colonizado por Portugal, discute a valorização de suas línguas autóctones, como o Tupi-Guarani —, esta coletânea conta com a valiosa e imprescindível contribuição do estudante africano Levi Matisinhe, de Moçambique, doutorando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sua perspectiva enriquece o debate e reforça o caráter da coautoria Sul-Sul. Acreditamos que este material é uma ferramenta essencial para o aprofundamento do tema, provendo uma visão global e crítica sobre as questões que afligem e mobilizam o continente africano no presente. Espera-se que ele contribua efetivamente para a formação de pesquisadores, estudantes e do público em geral, suprimindo uma demanda informacional de alta qualidade.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Samuel de Jesus, Campo Grande 15 de outubro de 2025

Sumário

Dependência Econômica, financeira e política, o drama do desenvolvimento dos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique. <i>Leví Salomão Matsinhe</i>	10
As ambiguidades na Conjuntura Política Contemporânea da República Democrática do Congo <i>Renato Aguirre Aria dos Santos</i>	53
Nigéria: Do Legado Colonial à Busca por Protagonismo no Século XXI <i>Bruno da Silva Aguilera</i> <i>Marcelo José Florindo Filho</i>	78
Burkina Faso: Crises, Golpes, Interferências Externas e Revolução na Trajetória Pós-Independência – O Contraste entre Thomas Sankara, Blaise Compaoré e Traoré <i>Isabela Barbosa Rodrigues</i> <i>Marceline Lira</i> <i>Héctor Almeida</i>	99
Sudão: Trajetória Política, Instabilidade e a Luta pela Autonomia do Sul <i>Vinicius Williams Ferreira de Moura</i> <i>Kesia Costa Pereira</i>	134
Mali: na onda da transformação do Sahel e da segunda independência Africana <i>Matheus Cardoso Barbosa</i> <i>Eduardo Eudociak</i>	162

Líbia em transe: entre a fragmentação estatal e a possibilidade de
Reconstrução democrática

Ivone Cortina

Samuel de Jesus.....185

O Grupo Wagner e a Geopolítica do Novo
Imperialismo Russo na África

Samuel de Jesus.....196

A Força da Mulher na Reconstrução do Burundi: Gênero, Conflito e
os Desafios da Efetivação dos Direitos Femininos

Joana Escobar Marinho.....212

Boko Haram e a Imposição da Sharia: Financiamento, Violência
Extrema e a Crise dos Refugiados na África Ocidental

Samuel de Jesus.....222

Dependência Econômica, financeira e política, o drama do desenvolvimento dos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique

Leví Salomão Matsinhe¹

Introdução.

O objetivo deste artigo é discutir a dependência como a teoria que explica o atraso da maioria dos países em desenvolvimento na América Latina, Ásia, África e de Moçambique, em particular, partindo da perspectiva desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Apesar das diferenças importantes entre as teorias da dependência e a perspectiva estruturalista da CEPAL, há que se reconhecer os importantes diálogos e interlocuções entre ambas, visto que a Teoria da Dependência surge nos anos 1960 para tratar, sobretudo, da relação da periferia capitalista (ou, em outros termos, dos países subdesenvolvidos) com o capital estrangeiro e o padrão predatório de investimentos das grandes nações desenvolvidas.

Nosso ponto de partida é a dependência econômica, financeira e até política que pesa sobre este grupo de países em relação aos seus pares industrializados, como resultado, segundo os marxistas, da divisão internacional do trabalho. Essa divisão coloca os países do Sul, periféricos e subdesenvolvidos, dependentes dos países do Norte, do centro, ricos e industrializados. Os países em desenvolvimento, nesse contexto, são colocados na condição de produtores de bens primários (agrícolas e minerais), configurando uma má inserção na economia mundial que, segundo Immanuel Wallerstein em sua obra intitulada: *O Sistema Mundial Moderno: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no*

¹ Leví Salomão Matsinhe – Doutorando em Ciência Política (IESP-UERJ)

século XVI, estruturou o sistema mundial em centro (composto por países ricos e industrializados) dominando a periferia (subdesenvolvida, pobre e dependente).

De acordo com Cardoso e Faletto (1973), os países em desenvolvimento são dependentes devido à vinculação de suas economias ao sistema capitalista mundial em condição de diferenciação de produção, uma diferenciação que confere poder aos países ricos sobre os pobres. Todavia, apesar de haver importantes diferenças entre a industrialização como a CEPAL a defendia e como este processo de fato ocorreu, ao menos na América Latina, a reforma agrária nunca se aplicou na maioria dos países periféricos.

Isto fez com que, mesmo o modelo de desenvolvimento virado para dentro, proposto pelos desenvolvimentistas e intelectuais da CEPAL, servisse para a criação de economias de enclaves, mineiros ou agrários, em associação de grupos internos com os externos, cristalizando a dominação política e econômica do centro sobre a periferia. Todavia, apesar de defender um modelo de desenvolvimento virado para dentro, dando importância ao mercado interno num contexto dos anos 1930 e 1940, onde o comércio mundial havia colapsado em razão da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a CEPAL não era avessa à exportação e à inserção na economia mundial.

É por meio da relação política que se torna possível a exploração econômica; dessa maneira, os grupos dominantes nacionais vinculam-se às empresas estrangeiras mais como classe politicamente dominante que como 'setor empresarial'; ao contrário são empresas estrangeiras que estabelecem relações econômicas diretamente com as classes operária e camponesa. A debilidade econômica dos grupos nacionais de poder os obriga a manter uma forma de dominação mais excludente, pois sua vinculação com o setor de enclave (necessária para manter-se no poder) depende da capacidade que tenham para assegurar uma ordem interna que ponha à disposição daquele a mão-de-obra indispensável para a exploração econômica e que assegure a viabilidade dos contratos feitos com o setor de enclave (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p. 75).

Como resultado, a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional passa a processar-se por meio do estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que "não se limitam, apenas ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais" (CARDOSO; FALETTTO, 1973, p. 125).

Em nossos dias, e sobretudo em economias em desenvolvimento como Moçambique, por exemplo, os enclaves econômicos se replicam no modelo de Zonas Francas Industriais (ZFI) e Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). As corporações multinacionais (que atuam normalmente em mega-projetos no setor industrial e mineiro) investindo em ZFI, no quadro do Investimento Estrangeiro Direto (IED), fazem-no em conluio com as autoridades locais que, usando o seu poder, associam-se ao capital estrangeiro, fragilizando a legislação laboral e fiscal em seu benefício.

Nestas áreas, as empresas que nelas atuam mal pagam a mão de obra local e são exageradamente isentadas de pagamento de direitos aduaneiros na importação de maquinários e outros equipamentos. Mais grave ainda é o fato de, por imperativo legal, poderem transferir na totalidade os resultados de sua produção para os países de origem, sobrando para o país hospedeiro apenas buracos, destruição e poluição ambiental e números que apenas servem para o balanço do Produto Interno Bruto (PIB); e o que é pago em forma de salários (baixos) para a mão de obra local, perpetuando a dependência desses países em relação ao capital estrangeiro. Este é o cenário que se vive, atualmente, em Moçambique com relação aos mega-projetos em ZFI – o caso da Mozambique Aluminum (MOZAL) e outros.

Portanto, num cenário de ausência de tecnologias e recursos financeiros necessários para impulsionar a sua industrialização, a inserção desvantajosa dos países pobres na economia capitalista mundial é inevitável. Isto leva a que o seu desenvolvimento dependa

de recursos financeiros e tecnologias procedentes dos países desenvolvidos e industrializados, concedidos mediante uma série de condicionalismos que jogam a favor dos países ricos. Olhando para as prescrições do Consenso de Washington é possível perceber o esforço de asfixia dos países pobres, aconselhando-os a liberalizar, desregulamentar, abrir as suas economias ao IED e aplicar medidas institucionais, como a democratização, virtudes que não foram por si observadas durante o seu processo de desenvolvimento. Isto reforça a tese de Chang (2002) de que os atuais países desenvolvidos estão dificultando que os outros trilhem o mesmo caminho, por eles seguido, até o atual estágio de sucesso.

Dá ser justo aceitar a tese de autores como Gerschenkron (1962), defendendo que o desenvolvimento econômico só pode ser possível se operar um processo de industrialização alicerçado na tecnologia. Daqui levantaríamos uma pergunta sobre como é que os países subdesenvolvidos se industrializariam até o desenvolvimento não tendo tecnologia nem recursos financeiros? A resposta é que não seria possível, pois, segundo Chang (2003, p. 35), “todos os Países Desenvolvidos (PADs) usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas que lhes proporcionaram uma estabilidade financeira e tecnologia, com a qual promoveram a indústria nascente durante o período de *catch-up*”.

Vale recordar que a atual dependência que coloca muitos países na condição de pobreza, sobretudo Moçambique (ligada a pretensões neocoloniais), é financeira, com o apadrinhamento das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e de bancos privados ocidentais, o que acaba afetando a esfera política das nações dependentes, como melhor explicam Chase-Dunn (1975) em *The effects of international economic dependence on development and inequality: cross-national study*; Dambisa Moyo em *Dead Aid*; e Damien Millet e Eric Toussaint em *50 perguntas e 50 respostas do FMI*. Sendo assim, este artigo pretende discutir a dependência nas diferentes perspectivas – a marxista e na vertente financeira – mostrando seus efeitos perniciosos ao crescimento e

desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no geral, e de Moçambique, em particular.

Do ponto de vista metodológico, este é um estudo de caso de como Moçambique, enquanto país em desenvolvimento, tem sido impactado pela dependência econômica e financeira que acaba influenciando as decisões políticas, limitando, portanto, a sua condição de Estado soberano. Para tal, fez-se uma revisão de literatura sobre a dependência e o desenvolvimentismo, partindo da teorização da escola cepalina e de Cardoso e Falleto. Como não devia deixar de ser, fez-se uma revisão dos teóricos da dependência, do marxismo e neomarxismo de Immanuel Wallerstein.

Do ponto de vista de organização, o texto tem a primeira parte introdutória; em seguida, discute a gênese do pensamento dependentista; depois, o conceito de dependência; as diferentes perspectivas de análise da dependência; a ajuda externa ao desenvolvimento como fator de dependência; o neoliberalismo; financiamentos das instituições de Breton Woods e as suas implicações para as economias subdesenvolvidas de África; dependência da ajuda externa e suas perspectivas para o desenvolvimento de Moçambique, fechando com as conclusões.

Gênese do pensamento dependentista

O pensamento dependentista encontra sua inspiração no desenvolvimentismo como resposta ao subdesenvolvimento, em especial na América Latina e na necessidade de uma contraposição ao liberalismo econômico que dava uma errônea concepção de que as estruturas econômica e social ligadas ao capitalismo, formadas na Europa após a Revolução Industrial, podiam ser transplantadas para a América Latina [4]. Assim, o desenvolvimentismo surge como ideologia de transformação social acompanhada por quatro elementos fundamentais [5]:

1. A industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento;

2. A necessidade de o Estado envolver-se no planejamento econômico;
3. Que o planejamento devia definir a expansão econômica e os recursos necessários para a viabilização do desenvolvimento;
4. O Estado devia ordenar a execução da expansão, captação e orientação dos recursos financeiros, promover o investimento direto naqueles setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente.

Portanto, o desenvolvimentismo surgiu como ideologia que olhava para a industrialização como meio de alcance de desenvolvimento, outorgando ao Estado o papel fundamental de promoção e dinamização da economia. O Estado devia: (i) decidir sobre os investimentos e lucros; (ii) defender e promover o desenvolvimento e; (iii) a burocracia, para além de fluida, devia ser institucionalizada (FONSECA, 2017). Porém, a viabilização econômica rumo ao desenvolvimento por via da industrialização dependia de tecnologias que os países subdesenvolvidos não tinham. Sendo assim, deviam importá-las dos países desenvolvidos. Aí, o desafio não era somente o de obter as tecnologias, mas também de transformar a estrutura econômica de mão de obra intensiva, com mão de obra barata e excedentária, para uma economia de capital intensivo virada para a produção de bens (GERSCHENKRON, 1962).

Este estado de coisas influenciou negativamente a empreitada desenvolvimentista de formular políticas alternativas de desenvolvimento na região da América Latina, pois, lidar com desenvolvimento nas condições de ausência de tecnologias requeria, segundo Kay (2017), mentes preparadas para entender que os paradigmas do Norte requerem um capitalismo maduro, o que limitou a abordagem do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Portanto, o desajuste das políticas liberais e neoclássicas com a realidade dos países subdesenvolvidos levou a que pensadores estruturalistas latino-americanos filiados à CEPAL olhassem para elas como entraves ao crescimento das economias

periféricas, em função de serem caracteristicamente de mão de obra abundante, tecnologias importadas dos países do centro e por serem economias primárias (agrárias e extrativas).

Como se pode notar, o estruturalismo cepalino deu um contributo inestimável para o pensamento desenvolvimentista em países subdesenvolvidos. Foi o primeiro corpo original da teoria de desenvolvimento que emana de países subdesenvolvidos e a primeira base do pensamento sobre a teoria da dependência [6]. A sua marca distintiva é "a contribuição dos cientistas sociais para os estudos de desenvolvimento e o seu cometimento com a necessidade de mudança social e da estrutura económica com vista ao benefício do grupo dos países pobres que se encontravam em posição desvantajosa" (KAY, 2017, p. 13).

O estruturalismo é um pensamento genuinamente periférico. Embora os autores da CEPAL sejam da América Latina e tenham chegado aos seus diagnósticos olhando em específico para esta região, seus aportes teóricos guardam importância para quaisquer países periféricos ou primário-exportadores. A inspiração que o estruturalismo cepalino deu ao pensamento dependentista reside na percepção de que o modelo europeu/americano de desenvolvimento não seria aplicável para todos, tal como era idealizado pelos liberais e, dentro de poucas décadas, pela Escola de Chicago. Sua tese fundava-se na abertura das economias ao comércio internacional e ao IED em substituição da planificação e controlo da economia como estratégias que promoveriam desenvolvimento em economias periféricas. Por seu turno, "os economistas do FMI por acharem que a expansão da inflação e problemas de pagamentos na América Latina eram causados por falta de uma disciplina financeira, se esta fosse reposta as bases se estabilizariam e operar-se-ia um rápido crescimento e concomitantemente mais postos de empregos" (KAY, 2017, p. 3).

Estas propostas revelavam-se impraticáveis, pois, o desejo dos neoclássicos era de estabelecer uma divisão internacional de trabalho a favor de seus interesses. Na sua ótica, a manutenção da

especialização dos países subdesenvolvidos na exportação de bens primários seria o motor de crescimento, e nesta condição atingiriam o pleno emprego e o crescimento. Sendo assim, "os benefícios da especialização e vantagens comparativas resultantes do comércio livre poderiam se expandir do setor exportador para o resto da sociedade, equalizando os salários e o desenvolvimento poderia ser alcançado" (KAY, 2017, p. 4).

Em 1948 e 1949, Paul Samuelson e Jacob Viner (1953) citados por Ady (1967, p. 112) *apud* Kay (2017, p. 4) afirmavam que o livre comércio poderia substituir o movimento de fatores de produção de um país para o outro, indicando que o comércio internacional poderia potencialmente equalizar ganhos. Na sua visão, isto poderia gradualmente reduzir, se não acabar, com a diferença de renda entre países ricos e pobres. E, a liberdade do mercado poderia de forma espontânea trazer à ação esforços que poderiam industrializar e desenvolver os países atrasados. A crença era de que abrindo os mercados internos ao comércio internacional se promoveria o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Como se pode depreender, o pensamento dominante nesta altura era de que os países subdesenvolvidos, seguindo as prescrições dos países desenvolvidos como o mercado livre e a ética protestante de trabalho, iriam crescer, erradicar a pobreza e suplantar o desemprego, enquanto que, o pensamento dominante entre os economistas do FMI era da disciplina financeira como motor de crescimento e eliminação do desemprego.

As diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos eram maiores. Em muitos países do Terceiro Mundo, por exemplo, o dinheiro não era o meio universal de troca e instituições financeiras dificilmente existiam, uma porção maior da população rural dependia de agricultura de subsistência, infraestruturas como (rodovias, comunicação e energia) eram limitadas, uma educação e literacia precárias. Este *status quo* deixava claro que as recomendações neoclássicas eram boas em países desenvolvidos e péssimas para os subdesenvolvidos (KAY, 2017, p. 3).

A crença era de que a divisão internacional de trabalho iria manter os países subdesenvolvidos especializados na exportação de bens primários e isso promoveria o crescimento. Nessas condições, atingiriam o pleno emprego e o crescimento. Iriam se beneficiar da especialização e vantagens comparativas que expandiriam o setor exportador para o resto da sociedade e o desenvolvimento poderia ser alcançado.

Porém, o sistema capitalista mundial era encarado em diferentes perspectivas entre os estruturalistas e os neoclássicos. Enquanto os estruturalistas achavam o sistema capitalista mundial heterogêneo e assimétrico na distribuição de benefícios do comércio e IED, os neoclássicos, como Milton Friedman, por exemplo, em seu livro clássico *Capitalismo & Liberdade*, olhavam para o comércio internacional e investimentos como motores do crescimento e meios de redução das desigualdades nos padrões de vida entre países. "Prebisch e Singer recusaram esta tese. Em resposta, desenvolveram sua teoria baseada na deterioração dos termos de troca que justificava a necessidade de uma industrialização com base na proteção tarifária" (incluindo planejamento governamental das atividades produtivas; manipulação do câmbio; restrição de importações; etc.).

A recusa tinha razão de ser porque os países do centro se industrializaram adotando novas tecnologias, desenvolviam a sua indústria de bens de capital e impulsionavam o uso da tecnologia em todos os setores da economia. Pelo contrário, na periferia, as novas tecnologias eram importadas e principalmente confinadas no setor primário de produção para exportação. O setor industrial era pequeno ou insignificante e o setor de bens de capital era rudimentar ou simplesmente inexistente.

Como consequência,

a economia da periferia tornou-se simultaneamente desarticulada e dualista: desarticulada porque tinha que importar tecnologias do centro; e dualista por causa de um largo fosso na produção desenvolvida entre os setores de exportação e subsistência. A produção *per capita* era baixa na periferia,

caracterizada por mãos de obra excedentária que mantinha baixos salários e que impedia a periferia de aderir às tecnologias como meio de aumentar a produtividade no setor de exportações. As mesmas são transferidas do centro devido à deterioração dos termos de troca (CEPAL, 1951). Assim, na visão da CEPAL, o comércio internacional não apenas perpetua as assimetrias entre o centro e a periferia, mas aprofunda-as (KEY, 2017, p. 25).

A estrutura imposta pela divisão internacional de trabalho baseada no capitalismo e nos ideais neoclássicos que contrastava com a realidade tecnológica dos países periféricos, sempre os colocando em posição desvantajosa, veio a ter resposta com a Grande Depressão de 1930 que deitou abaixo o modelo periférico de crescimento orientado para o exterior. Na visão dos estruturalistas cepalinos "um fator importante na crise das trocas internacionais foi a deterioração dos termos de troca sofrida pelos países da periferia. Para contrariar, a CEPAL propôs o modelo de desenvolvimento voltado para dentro da periferia". Portanto, uma industrialização por substituição das importações (KEY, 2017, p. 30).

A ideia estruturalista de industrialização por substituição das importações e a adoção de uma estratégia de desenvolvimento virada para dentro da periferia, a partir dos anos 1970 e 1980, começa a ser alvo de contra-ataque dos neoconservadores ou neoliberais, que passam a dominar o debate intelectual e foram proclamadas a serem seguidas e aceitas por muitos governos da maioria dos países capitalistas. O pensamento dominante nesta altura era de que os países subdesenvolvidos deviam seguir o exemplo dos países desenvolvidos que era apresentado como tendo resultado de políticas de mercado livre, como o receituário do Consenso de Washington, por exemplo. Estes fatores iriam conduzir ao crescimento que poderia automaticamente erradicar a pobreza e o desemprego.

Todavia, esta tese foi posta em causa pelos teóricos da dependência e com mais severidade por Ha-Joon Chang que, na sua obra de 2003, *Chutando a Escada*, demonstra que as estratégias de desenvolvimento que os atuais países desenvolvidos prescrevem aos seus pares subdesenvolvidos não são as mesmas que os levaram

ao atual estágio de desenvolvimento em que se encontram. Para Chang (2003, p. 10), as nações pobres estão sob pressão das nações ricas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment* visando a adoção de políticas e boas instituições que promovam o desenvolvimento econômico. Essa agenda considera boas as políticas prescritas pelo Consenso de Washington, entre elas:

- a) as políticas macroeconômicas restritivas;
- b) a liberalização do comércio internacional e dos investimentos;
- c) a privatização e a desregulamentação.

Portanto, as grandes potências como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, por exemplo, chegaram ao *status* em que se encontram na atualidade graças à aplicação das políticas do *laissez faire, laissez passer, le monde va de lui meme*. Todavia, a par do livre comércio, estes mesmos países protegeram as suas economias.

Conceito de dependência.

A Dependência é entendida por Marini (1991, p. 4) como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução e ampliação da dependência”. Nestas condições, a dependência propicia o estabelecimento de relações de poder e subordinação entre os Estados, havendo uns – pobres, do hemisfério Sul e periféricos – que subordinam suas economias e políticas a outros – ricos, do hemisfério Norte e desenvolvidos.

Portanto, a dependência não é só aquela descrita por Cardoso e Faletto, embasada no pensamento marxista das relações de produção que espelham a subordinação dos países periféricos com relação aos centrais, em termos de relações de produção, com a periferia especializada na produção de bens primários e o centro, de bens manufaturados; é também aquela que tem sido propiciada pelas instituições credoras em nível internacional e pelo IED que

mantém os países receptores atrelados a dívidas que os tornam perpétuos dependentes.

Importa referir que a dependência, ao longo do tempo, tem enfrentado dificuldades de se afirmar como teoria. Pensadores que lhe recusam a qualidade de teoria socorrem-se do fato de suas reflexões provirem de outras escolas de pensamento, como o marxismo, o estruturalismo e a teoria do sistema mundial moderno. "Muitos participantes do debate sobre a dependência diziam que seus estudos não podiam ser considerados ou constituírem uma teoria pois, as suas proposições emergem de outras teorias" (Kay, 2017, p. 124), acoitando-se no fato de que as variáveis discutidas na teoria da dependência procedem do pensamento desenvolvimentista, desde o estruturalismo, marxismo, teoria do sistema mundial moderno e do nacionalismo.

Neste caso, a relação de dependência que a divisão internacional do trabalho estabelece entre as nações do Sul e do Norte, expressando relações de poder, dominação e subordinação nas Relações Internacionais (RI), para Machado (1999), a teoria da dependência está embasada na perspectiva realista das RI do Século XIX que enfatizam o poder e a força, numa clara alusão à *realpolitik* e *raison d'État*, fundados na *high politik*.

Nessa perspectiva, não existe *teoria da dependência*, mas sim a dependência nas RI de força e poder. Tais relações abarcam, segundo Chase-Dunn (1975), a força militar; o colonialismo com a sua versão atual – o neocolonialismo, através das Corporações Multinacionais que controlam os processos de produção, o IED, os Programas de Ajuda Externa ao Desenvolvimento e as Agências Internacionais de Crédito, impondo relações de poder e subordinação e relações de trocas e desenvolvimento desiguais entre as nações do centro e da periferia.

Por outro lado, a supressão da autonomia política dos Estados, a necessidade de manter o poder por parte das elites locais faz com que a dependência caracterize, segundo Machado (1999), as RI de domínio, subordinação e/ou submissão num contexto internacional que se pretende cada vez mais interdependente. Para ele, não há, mesmo no domínio teórico, como falar do

subdesenvolvimento sem se ter antes que falar da dependência, pois a dependência antecede o subdesenvolvimento. Esta perspectiva é também defendida por Chase-Dunn (1975, p. 721) ao argumentar que “teóricos das relações de dependência afirmam que a economia internacional de dependência produz o desenvolvimento do subdesenvolvimento nas áreas periféricas da economia mundial”.

Todavia, apesar da recusa, por alguns pensadores, da autonomia da dependência como teoria – posicionamento que merece o nosso respeito –, ela é uma escola de pensamento que oferece elementos de importância crítica na compreensão do subdesenvolvimento e da dependência econômica, financeira e política, em que se ressentem alguns países africanos, latino-americanos e asiáticos, grupo do qual Moçambique faz parte. Esta teoria ajuda a compreender as RI de força e poder num sistema internacional em que o jogo de soma zero é o lema de interação entre os Estados. Embora se apregoe uma maior interdependência, esta continua manietada pelas relações de poder, onde as grandes potências buscam incansavelmente suplantam os outros Estados, colocando-os sob sua influência e controlo.

Neste contexto, Gilpin (2002, p. 310) e Caporaso (1978, p. 23) *apud* Dos Santos (1970, p. 231) consideram a dependência:

uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia. A relação de dependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir e podem ser auto-sustentáveis, enquanto que os dependentes só podem fazer isto mediante a expansão dos outros (dominantes).

Todavia, apesar de “os economistas Neoclássicos e os teóricos da modernização, de acordo com Chase-Dunn (1975, p. 724), considerarem a dependência algo benéfico como fonte para o fluxo de recursos ou indução da modernidade a partir dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento”, o capitalismo continua sendo apontado como um dos fatores da dependência e

endividamento dos países em desenvolvimento. Para Gabriel Palma, a evolução do capitalismo até a fase do imperialismo, como resultado da expansão dos seus efeitos,

fez com que as economias desenvolvidas, uma vez que já se encontram na fase monopolista do seu desenvolvimento, as economias dos países subdesenvolvidos tenderão a se caracterizar por um aumento da dívida e por uma estrutura produtiva que as conduz ao consumo do que não podem produzir e a produzir o que eles não consomem (PALMA, 1978, p. 896).

É nesta perspectiva que Chase-Dunn (1975) afirma que a dependência na economia internacional pode ser por penetração direta ou indireta. A penetração direta das economias em desenvolvimento pelos países do centro é feita através de investimentos de corporações transnacionais, programas de ajuda externa e créditos internacionais. A forma indireta resulta da sua posição no comércio internacional e do seu papel marginal na divisão internacional do trabalho.

Para o teórico do Sistema Mundial Moderno, Wallerstein (s/d, p. 339), a dependência espelha uma economia-mundo que divide os Estados em centro e áreas periféricas. Na visão dele, a divisão de trabalho que caracteriza o sistema mundial,

não é meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a divisão mundial de tarefas não é formal embora obedeça a critérios geográficos. A divisão social de trabalho aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente.

A teoria do Sistema Mundial Moderno admite, segundo Gilpin (2002, p. 89), a existência de um sistema econômico mundial unificado que produz subdesenvolvimento em toda a periferia dependente. Os defensores desta teoria argumentam que o sistema capitalista contribui para o subdesenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Segundo Wallerstein, a economia internacional está

estruturada em países do centro, ricos e desenvolvidos, e países periféricos, pobres e subdesenvolvidos, sendo que o desenvolvimento dos países periféricos tem sido condicionado e dependente do centro. Enfim, a dependência discutida aqui é aquela que se processa através da penetração da periferia pelo investimento estrangeiro. Esta discussão é trazida por Chase-Dunn (1975), buscando suporte em autores como Frank (1969), Wallerstein (1972) [6], Baumgartner (1975) e outros autores de referência na discussão de questões de dependência. Para ele, a exploração da periferia pelo centro ocorre através dos meios de descapitalização, trocas desiguais e subordinação ao controle externo num sistema competitivo. Amin (1974, p. 722) *apud* Chase-Dunn (1975) afirma que “a descapitalização resulta de um processo contínuo de acumulação primitiva no qual forças políticas e militares retardam as vantagens econômicas nas relações entre o centro e periferia”, atendendo à existência de diferentes perspectivas de análise da dependência.

As diferentes perspectivas de análise da dependência

A nossa preocupação em analisar as diferentes perspectivas da dependência deriva do fato de ela (a dependência) não constituir um bloco intelectual monolítico, mas sim fragmentado em duas subperspectivas (tratando do mesmo fenômeno): a weberiana/reformista de Cardoso e Faletto e a marxista de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Cristobal Kay e Gunder Frank. A estas perspectivas junta-se a visão da dependência na perspectiva financeira de Chase-Dunn, Moyo e outros, que exploram este debate com enfoque em desdobramentos no campo político que, como consequência, limitam o exercício do poder soberano dos países dependentes e/ou periféricos e pobres, portanto, dependentes da ajuda financeira dos centrais, ricos e industrializados, na perspectiva neomarxista de Immanuel Wallerstein.

Cardoso e Faletto (1973) partem da assunção de que o processo de construção das sociedades implica o estabelecimento de relações de poder e dominação, que não se processam de forma pacífica, mas sim conflituosa, visto que se constroem com base em relações de poder e dominação em nível doméstico com tendência a se estenderem até o nível internacional. Este quadro leva à vinculação externa da economia nacional com a cumplicidade da classe dominante nacional que, aliando-se ao capital estrangeiro, cria enclaves econômicos, efetivando o estabelecimento de uma estrutura de dependência econômica e financeira com relação ao capital estrangeiro. Este cenário levou a que estes autores, à semelhança de outros pensadores latino-americanos vinculados à CEPAL, se dedicassem ao estudo das causas do subdesenvolvimento na América Latina. Para eles:

o subdesenvolvimento nasce da relação entre sociedades periféricas e centrais, produzida historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois o capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação na estrutura global do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapas ou de estágios do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por um lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Enquanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação dos sistemas produtivos e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 25-26).

Então, esta é a demonstração de que a relação de dependência dos países da periferia (subdesenvolvidos) e do centro (desenvolvidos) começa exatamente com o próprio processo de desenvolvimento, pois a situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da "relação entre sociedades periféricas e centrais", uma vez que a vinculação das economias periféricas ao mercado

mundial verificou-se, primeiro em termos coloniais e, atualmente, em termos neoliberais que configuram a nova forma do colonialismo, portanto, o neocolonialismo.

Nestes termos, seria justo concordar com Cardoso e Faletto (1973, p. 26) ao afirmarem que: "existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários". Esta percepção pode ter estado na vanguarda da convicção de que o cenário desvantajoso de subdesenvolvimento no qual as economias subdesenvolvidas se encontram, com relação às desenvolvidas, podia ser invertido, bastando, para tal, desenvolver uma indústria nacional, em autarcia, endogenamente autossuficiente, que promovesse a exportação em substituição da importação.

Todavia, o desejado desenvolvimento em autarquia, não significava, contudo, uma ruptura com o exterior. "O vínculo com o exterior permaneceria apenas para assegurar compradores de produtos de exportação. Porém, o mercado interno deveria assegurar o desenvolvimento interno". Essa é a posição da CEPAL partilhada por Junior (2019), relativa à teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas ou, em outras palavras, relativa à defesa da industrialização substitutiva das importações que não significava uma perspectiva contrária ao livre comércio.

Para eles, o desenvolvimento significava "a criação de um setor interno dinâmico, capaz de determinar, por seu turno, tanto o crescimento autossustentado com a transferência dos centros de decisão", numa altura em que a sociedade latino-americana estava passando de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Este processo, geralmente, comporta uma espécie de zonas intermédias ou de transição em que coabitam, simultaneamente, estruturas de uma sociedade tradicional e moderna, ao que os autores denominaram de padrão "híbrido que caracteriza as sociedades dos países em desenvolvimento".

O hibridismo econômico mencionado por Cardoso e Faletto (1973) é o que Gilpin (2002) denomina de economia dual. Para ele, qualquer economia (interna ou internacional) deve ser analisada em termos de dois setores relativamente independentes: um moderno e progressista e outro tradicional. O moderno é caracterizado por uma eficiência produtiva e integração econômica e, o tradicional é caracterizado por um modo de produção atrasado e por uma autossuficiência local. Esta teoria defende que o desenvolvimento econômico implica a incorporação e transformação do setor tradicional em um setor moderno por meio da modernização das estruturas econômicas, sociais e políticas. Contudo, o processo de transição da economia tradicional para a moderna não tem sido pacífico. Há uma tendência de o moderno sufocar o tradicional, pois,

as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas. O processo de desenvolvimento consistiria em levar a cabo e inclusive reproduzir as diversas etapas que caracterizam as transformações sociais daqueles países (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 19).

Este posicionamento nos remete ao debate levantado por Ha-Joon Chang (2003) de que ao antecipar o futuro das sociedades subdesenvolvidas, impondo pautas que acabam funcionando como que de uma *check list* se tratasse, os países desenvolvidos estão chutando a escada, ao impor que estes países subdesenvolvidos obedeçam a pautas que os próprios países desenvolvidos não seguiram durante o processo de *catching up*, como, por exemplo, a liberalização aos moldes do Consenso de Washington de privatizações, desregulamentações, estabelecimento de boas instituições como democracia, boa burocracia, etc. Estes não foram os condicionalismos que conduziram os atuais países desenvolvidos ao patamar em que atualmente se encontram. Ao fazer isso, estão chutando a escada!

Embora no dizer de Acemoglu e Robinson (2013), instituições fracas e mau exercício da democracia, com destaque para a má governança e corrupção, como tem sido apanágio dos países em

desenvolvimento, estejam por trás da falência das nações, são exatamente estas instituições que mal estavam consolidadas na altura do arranque para o desenvolvimento dos atuais países desenvolvidos. Por exemplo, a liberalização da economia por parte da Inglaterra só teve espaço quando esta tinha em vista o seu desenvolvimento nacional. Uma vez alcançado, abandonou-o. Os Estados Unidos, idem. Nunca foram tão liberais ao nível do que têm imposto que os outros sejam.

Contudo, os desenvolvimentistas latino-americanos acreditavam que com a estratégia de desenvolvimento internamente autossuficiente seria possível sair da situação de dependência e assumir, por si próprios, as rédeas do desenvolvimento. E, por conseguinte, condições para que tal pudesse acontecer tinham sido criadas. A reorganização das economias após a crise econômica mundial de 1929-1933 e a Segunda Guerra Mundial fizeram com que algumas economias latino-americanas se beneficiassem da defesa automática de seu mercado interno. Com a proteção, colocavam-se em condições de "completar o ciclo denominado substituição de importações e iniciar a produção de bens de capital" (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 9).

Sendo assim, a industrialização expandiria as exportações e isto alavancaria o almejado desenvolvimento autossustentado, estimulando o mercado interno e, por seu turno, a diferenciação de produção industrial criaria uma indústria de bens de capital. Esta convicção era sustentada pelo fato de a América Latina ser autossuficiente em termos de amplo mercado e mão de obra abundante, sobretudo a que emigrava de regiões de predominância do setor primário – agrário – para as do emergente setor moderno – industrial.

Fato importante que Cardoso e Faletto (1973) apontam tem a ver com o desenvolvimento se processar dentro de sociedades constituídas por relações de poder e dominação entre grupos, forças e classes sociais, resvalando em conflito. Desta relação sucede que a classe que se sobrepõe às demais estabeleça conexões externas, a partir das quais passa a operar um processo de dependência em associação com a classe dominante interna, em

detrimento da sociedade no geral, criando enclaves econômicos. Nestas circunstâncias, a dependência passa a ser vista como a vinculação econômica e política ao exterior, incorporando a noção de centro e periferia e destacando o papel das economias desenvolvidas e das economias subdesenvolvidas no mercado mundial.

Para estes autores,

a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação externa (CARDOSO; FALLETTO, 1973, p. 26).

Marini, juntamente com Bambirra, partem de uma perspectiva analítica no bojo da Teoria da Dependência (o Marxismo) para discutirem a divisão internacional do trabalho como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução e ampliação da dependência” (MARINI, 1991, p. 4). O viés marxista com que Marini (1991) enxerga o modo de produção capitalista leva-o a concluir que a forma como o capitalismo conduz o desenvolvimento não poderá nunca levar as nações subdesenvolvidas a se desenvolverem da mesma forma como se desenvolveram as ditas economias avançadas. Esta forma de capitalismo, portanto, a que dificulta o desenvolvimento de outras nações, só tem sentido, segundo Marini, se observada em duas perspectivas: interna e internacional, deixando clara a ideia de que a divisão internacional de trabalho é responsável pela configuração da dependência, determinando o desenvolvimento.

Neste cenário de RI fortemente influenciadas por uma divisão internacional de trabalho, colocando um grupo de nações em desvantagem comparativamente às outras, a América Latina (ponto de partida da discussão do desenvolvimentismo e dependência) desempenhou um papel relevante na formação da economia capitalista mundial. A região é reconhecida como maior produtora de metais preciosos entre os séculos XVI e XVII. Isto nos leva a concordar com a tese de que a indústria moderna não teria se desenvolvido se não fosse o contributo dado pelos países dependentes, uma vez que o desenvolvimento industrial depende de uma maior disponibilidade de bens primários oriundos da mineração e da agricultura. "Isto é que permitiu aos países industrializados a se especializarem como produtores mundiais de manufaturas" (MARINI, 1991, p. 5).

Outro elemento de não menos importância que Marini (1991) aponta como fator da dependência é a desvalorização da força de trabalho resultante da introdução de tecnologias, atendendo que o setor primário (agrário e de mineração é mão de obra intensiva), o que dificulta as economias dos países atrasados de concorrer com as dos países desenvolvidos, sendo as últimas de capital e tecnologia intensiva. Isto acontece devido à concorrência dos países capitalistas em produzir mais-valia relativa, que exige uma maior produção e produtividade.

Portanto, sendo o desenvolvimento a tônica de discussão entre os marxistas e reformistas, considerados utópicos, as suas crenças incidiam na possibilidade de solução do problema de subdesenvolvimento através de uma revolução socialista. E, os reformistas, embora suas sugestões tenham um viés estruturalista e nacionalista, o seu desejo era o incremento da autonomia nacional sobre os processos de desenvolvimento. Acreditavam que era possível resolver o problema da dependência, reformando o sistema capitalista.

As visões marxistas e reformistas, refletindo sobre o mesmo fenômeno da dependência e subdesenvolvimento, levaram Kay (2017) a afirmar que:

todas as posições dependentistas partilham da visão de que o subdesenvolvimento ou por outras, a posição assumida pelos países subdesenvolvidos é a forma particular que o capitalismo reserva para estes países. Eles também concordam que a dependência acontece quando estes países são forçosamente obrigados a se incorporar no sistema capitalista mundial pelos países dominantes (KAY, 2017, p. 129).

Uma das formas que os países desenvolvidos usam para subjugar os países subdesenvolvidos é através de financiamentos ao desenvolvimento feitos em forma de ajuda externa através das IBW (Instituições de Bretton Woods), bancos e agências de financiamento internacionais.

Ajuda externa ao desenvolvimento como fator de dependência

Sendo que o debate sobre a dependência ocorre concomitantemente com o da interdependência, na perspectiva da interdependência assimétrica, fato que acresce a crença na recusa da dependência como teoria. Importa apontar o FMI e o BM, que deviam ser promotores da interdependência, porém, o seu papel tem se verificado distorcido. A ajuda externa ao desenvolvimento que estas instituições internacionais supostamente oferecem às nações em desenvolvimento e o IED precipitam as nações em desenvolvimento ao abismo do "endividamento crescente" com o compadrio das IBW (Instituições de Bretton Woods). Portanto, é de se aceitar que o papel das IBW tem sido lesivo às economias subdesenvolvidas pela inversão de função. No lugar de promover o desenvolvimento periférico, promovem a perpetuação da condição de subordinados no sistema capitalista mundial. Assim, passando os países em desenvolvimento a depender econômica, financeira e politicamente, as IFI operacionalizam a ideologia neoliberal que, por sua natureza, precipita os países em desenvolvimento a uma permanente dependência externa.

O neoliberalismo

Segundo Moraes (2011, p. 16), os ideais neoliberais começam a ser implementados a partir da segunda metade da década de 1980 pelos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra; em 1980, nos EUA, com Ronald Reagan; em 1982, Helmut Kohl, na Alemanha, e o Primeiro-Ministro japonês Nakasone, com prescrições de ajuste estrutural cujo primeiro laboratório foi a América Latina.

O neoliberalismo deve ser entendido como uma doutrina, uma ideologia e pensamento intelectual que, à semelhança do comunismo (tido como o estágio mais alto do socialismo), pode também ser considerado o estágio mais alto do liberalismo. Seu fundamento é uma excessiva liberalização da economia, negando profundamente o papel do Estado como regulador, planejador da economia e agente distribuidor dos benefícios econômicos.

O pensamento neoliberal entrou em cena quando as ideias keynesianas caíram em descrédito. As IBW proclamaram as ideias neoliberais, fundadas na liberalização e privatização dos mercados econômico e financeiro, em todos os cantos do mundo, exercendo pressão sobre os governos dos países em desenvolvimento que continuavam relutantes em seguir os seus conselhos. Sem escolha, estes tiveram que aceitar suas prescrições. Todavia, isso aconteceu com o passar de décadas e se acelerou em diferentes passos para o FMI e o BM. Enquanto o FMI já defendia agendas econômicas ortodoxas e de austeridade já nos anos 1980 (em linha com a consolidação neoliberal), o BM só foi fazê-lo de forma mais enfática nos anos 1990, sob hegemonia do Consenso de Washington. Segundo Moraes (2011, p. 3), o neoliberalismo é uma maneira de ver e julgar o mundo social e também afirma que é um movimento intelectual organizado, capaz de realizar reuniões, conferências e congressos, editar publicações, criar *think tanks*, ou, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos".

Como doutrina político-econômica, o neoliberalismo opõe-se ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia de propriedade

privada, das instituições de mercado e da atividade dos empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich Von Hayek, Ludwik Von Mises, Milton Friedman e Karl Popper (HARVEY, 2003, p. 130).

O neoliberalismo, segundo Moraes (2011, p. 3), "é um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores a partir da segunda metade dos anos 70, e propagada pelo mundo pelo BM e FMI, como uma afronta ao socialismo, o keynesianismo, ao Estado de bem-estar, o terceiro-mundismo, e o desenvolvimentismo latino-americano enquanto formas de regulação económica do século XX". As políticas neoliberais foram duramente criticadas pelo acadêmico sul-coreano Ha-Joon Chang, em *Chutando a Escada*. Para ele, as prescrições de liberalização, desregulamentação, portanto, um protecionismo zero e democratização apregoados pelos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, como medidas necessárias para o seu crescimento, são uma forma de impor uma espécie de guizo para a manutenção do subdesenvolvimento, pois sabem que nem eles, na altura do *catching-up*, tinham as instituições democráticas consolidadas e sabem muito bem que a corrupção e a má governação em países em desenvolvimento colocam uma grande distância para a eficiência econômica e política destes países.

Chang demonstra o quanto países como Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica, Holanda e Suécia (atuais superpotências) se desenvolveram protegendo suas economias. Mesmo a Inglaterra que, de fato, cresceu com protecionismo zero de 1860 a 1932, quando sentiu a pressão da crise, cedeu e protegeu sua economia. Os Americanos, tidos como maiores defensores do neoliberalismo, até o adotarem depois da Segunda Guerra Mundial, nunca foram liberais, eles sempre protegeram sua economia.

Quanto à democracia, a maior parte dos atuais países desenvolvidos, na sua fase inicial, não eram tão democratas quanto o são hoje. Até os anos 1800, a democracia nos atuais países

desenvolvidos era excludente; por exemplo, as mulheres e os desprovidos de propriedade não tinham direito a voto.

O fato patente é que as 'reformas políticas' neoliberais se mostraram incapazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. Quando da sua implementação, garantiram-nos que, embora essas 'reformas' talvez aumentassem a desigualdade a curto e, possivelmente, também a longo prazo, elas gerariam um crescimento mais rápido e, enfim, alçariam, a todos mais efetivamente do que as políticas intervencionistas do imediato pós-guerra. Os dados das últimas duas décadas mostram que só a parte negativa dessa previsão se confirmou. A desigualdade da renda aumentou (CHANG, 2003, p. 212).

Então, são estes e vários outros aspetos que levam Chang a dizer que, ao impor o neoliberalismo como condição de desenvolvimento, os países desenvolvidos estão a esconder o "pin" dos seus pares subdesenvolvidos – estão chutando a escada. As políticas neoliberais, no lugar de operarem mudanças em pouco tempo, como se tem propalado, agudizam a pobreza, o desemprego e a dependência econômica e financeira, abrindo espaço para financiamentos do BM e FMI e fertilizando o terreno para o IED, que só pioram a situação dos países pobres, tornando-os cada vez mais dependentes.

A título de exemplo, nos anos 1980, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos aos países latino-americanos como condição de renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento de suas economias locais pelo BM e pelo FMI. Aqui se vê a mudança do escopo das IBW. No lugar de impulsionar o desenvolvimento, colocaram-se ao serviço das políticas neoliberais, tornando os programas de financiamento instrumentos de dominação dos países pobres, em benefício do capital estrangeiro (corporações multinacionais), colocando numa situação de dependência os receptores de programas de ajuda e do IED.

Seu mantra era, segundo Harvey (2003, p. 130), "a privatização e a liberalização do mercado", o afastamento do Estado da economia e, principalmente, das áreas sociais como educação e

saúde, promovendo privatizações, desregulamentação fiscal e abertura da economia ao IED. Como consequência, a pobreza e o desemprego e vários outros males sociais aumentam entre as populações mais vulneráveis, ao mesmo tempo que as elites políticas se associavam ao capital estrangeiro e enriqueciam ilicitamente por via da corrupção e nepotismo, em detrimento da maioria da população, tal como foi o caso de Moçambique, que aderiu às políticas do ajuste estrutural em 1987.

Assim o foi com relação aos outros países em desenvolvimento. A década de 1980 foi marcada por uma profunda aderência aos programas do ajuste estrutural. Em situação de pobreza, economias fracas que não produziam para o autossustento, portanto, dificuldades econômicas derivadas de liberdades políticas e não econômicas, não tiveram outra escolha senão aderir, mesmo conscientes de que isso seria lesivo. Assim, os ajustes estruturais se tornaram instrumentos de subordinação das economias africanas, latino-americanas e asiáticas aos interesses e objetivos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos. As antigas potências colonizadoras continuaram a extrair recursos e a decidir sobre os destinos dos recursos destes países; não pela força das armas, mas pelas regras supostamente "simétricas e justas" do livre comércio que denotam regras ou relações econômicas assimétricas (entre nações com graus muito dispares de poder e projeção no sistema internacional) que são, também, um instrumento de exploração neocolonialista.

Trata-se da dependência com relação aos financiamentos externos a que os países do Terceiro Mundo estão sujeitos, através das IBW e do IED, com enfoque no continente africano, visto ser o que mais se ressentia das amarras da dependência. Porque o debate sobre o neoliberalismo, atrelado à dependência, desenvolvimentismo, um movimento encabeçado por acadêmicos e estadistas, questionando o liberalismo e a sua nova versão – o neoliberalismo e suas propaladas vantagens comparativas, embasadas na desregulamentação da economia, privatizações e afastamento do Estado na economia, como fatores impulsionadores de desenvolvimento, promessas ventiladas por

economistas do centro, mas que nunca elevaram os países pobres à categoria de ricos e/ou desenvolvidos, este cenário leva a questionar o porquê de as políticas neoliberais, apregoando a liberalização e todos os outros conselhos urdidos no Consenso de Washington, não conseguiram tirar os países subdesenvolvidos da condição de pobreza? Por hipótese, pode-se afirmar que as políticas neoliberais do Consenso de Washington contribuíram, sim, para o enfraquecimento das economias terceiro-mundistas no lugar de as elevar, estando ligadas e a servirem de instrumentos de penetração do capital estrangeiro em países pobres, por via das IFI.

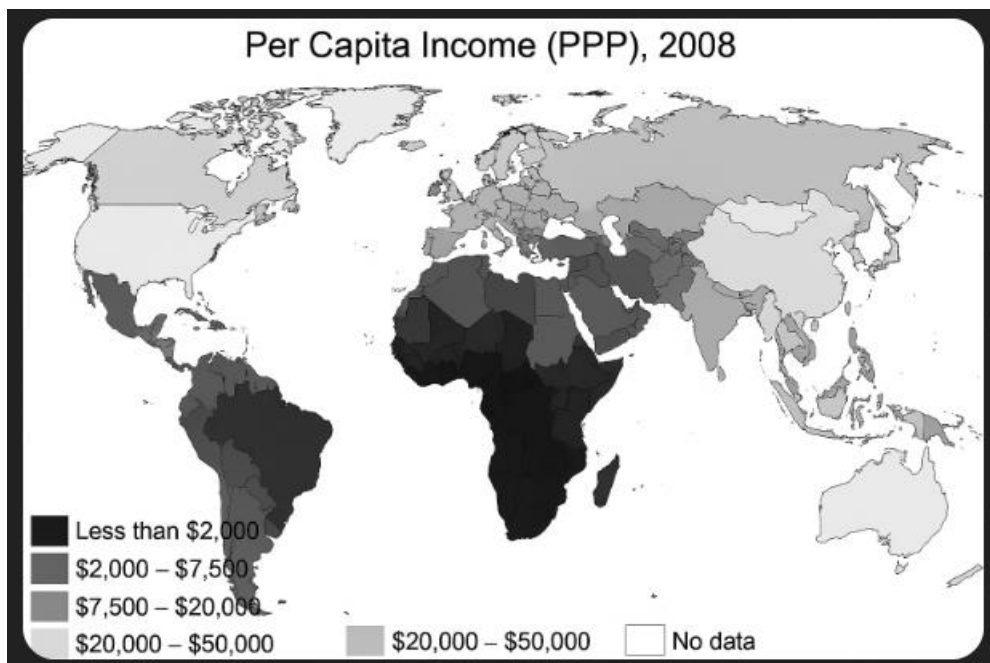
É nesta perspectiva que se torna verídico, pelo menos na visão dos países em desenvolvimento, o argumento de Moyo (2009) ao afirmar que, nos cinquenta anos passados, mais de US\$ 1 trilhão foram transferidos dos países desenvolvidos para os países africanos e, a ajuda passou a ser, para os receptores, uma cultura de comodidade. A verdade é que a ajuda foi canalizada para o continente, mas a pobreza, ao invés de diminuir, aumentou. Os paupérrimos sequer ganharam o estatuto de pobres. Porém, os ricos tornaram-se cada vez mais ricos e, cada vez que a pobreza, a fome e a mortalidade por falta, não só de cuidados médicos de qualidade, como também de um saneamento adequado grassavam, mais a ajuda era concedida. O mais espantoso é que, à medida que a ajuda ia aumentando, o continente necessitava cada vez mais.

Aí vem a questão: por que é que quanto mais ajuda o continente recebe, mais necessita e, a finalidade para que é dada – acabar com a pobreza, fome e todos os outros males – não resolve, ela continua a ser dada? “O erro do Ocidente foi dar algo para nada” (MOYO, 2009, p. 152). Daí ser justo considerar as prescrições do Consenso de Washington como variáveis intervenientes que permitem entender todo um processo de que se esperavam resultados positivos num curto espaço de tempo, mas que não produziram os resultados desejados.

Depois que as ideias neoliberais dos *Chicago boys* foram adotadas como política econômica a seguir, primeiro em 1979 por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e depois, em 1980 por Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, começaram a ser vendidas

como "elixir para curar" o subdesenvolvimento que enfermava os países em desenvolvimento. Na sequência, no final da década de 1980, as elites políticas e empresariais dos países desenvolvidos chegaram a uma posição consensual, conhecida como Consenso de Washington, sobre o cardápio institucional que seria condição imperativa para os países pobres e subdesenvolvidos. É a partir daí que o neoliberalismo passa a ser oficialmente "exportado". Isto só veio a facilitar a penetração do capital internacional nos países pobres, com as IBW assumindo a vanguarda. O resultado foi que, no lugar de se desenvolverem, tornaram-se cada vez mais pobres, ou seja, desde que se afirmou a hegemonia do Consenso de Washington, o fosso entre nações/regiões ricas e pobres no mundo voltou a acelerar.

Mapa 1: Prosperity around the world in 2008



Fonte: ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James A. Why Nations Fail: The origins of power, prosperity, and poverty Profile Books, London, 2013, p.47.

Financiamento das instituições de Bretton Woods: quais as implicações para as economias desenvolvidas da África.

Os financiamentos que os países subdesenvolvidos recebem das IBW não promovem desenvolvimento, mas sim servem para lhes amarrar na armadilha da dívida em favorecimento dos interesses estratégicos, geoeconômicos e geopolíticos do capital internacional. Com relação a este aspeto, Dambisa Moyo² descrevendo a agenda da ajuda durante os anos 2000 cita o presidente ruandês Paulo Kagame afirmando que a primeira razão porque a ajuda de mais de US\$ 300 bilhões, oferecida ao continente africano na década de 1970, não surtiu efeitos desejados é que esta serviu os interesses geopolíticos do fim da segunda Guerra-mundial no contexto da Guerra-fria. A ajuda foi usada para criar regimes clientes sem a mínima preocupação com o desenvolvimento do continente. Em sua obra intitulada "*Dead Aid*" questiona o porquê de a ajuda não funcionar e qual seria o melhor caminho para África? Para ela "está na hora de se parar de fingir que um modelo de desenvolvimento baseado na ajuda, atualmente em uso, irá gerar um crescimento económico sustentável nos países mais pobres do mundo". (MOYO 2009, p. 144).

Os países subdesenvolvidos em geral e africanos, em particular, devem se reinventar, aceitar um *surge et ambula*³. Devem-se desmamar e ganhar pernas para andar, isto é, as lideranças devem se emancipar do domínio e/ou dependência económica e

² Dambisa Moyo nasceu em 1969 em Lusaca, a capital da Zâmbia e estudou Química na Universidade da Zâmbia. Ela terminou a graduação nos E.U.A. através de uma bolsa de estudos para a American University em Washington, D.C.^[3] Moyo obteve um bacharelato em Química da American University em 1991, e uma MBA em Finanças da universidade em 1993. Ela adquiriu um Mestrado em Administration Pública (MPA) na Harvard University pela John F. Kennedy School of Government em 1997. Em 2002, recebeu um PhD em Economia pelo St Antony's College, da Universidade de Oxford.^[7] Os estudos dela pela Oxford foram em macroeconomia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dambisa_Moyo, acesso a 28/07/2022.

³ Levante e ande. Expressão extraída do poema de Noémia de Sousa que assinava com o pseudomono de Vera Micaia.

financeira e adotar medidas que à semelhança da emancipação desenvolvimentista e cepalina, permitam encontrar uma estratégia endógena de desenvolvimento. Pois, segundo Ngoenha (2017, p.90), “os programas de ajustamento impostos aos países do Sul foram um engano e uma mentira. Susan Jorge e Fabrizio Sabelli chamam-lhes: subdesenvolvimento programado”. Mas, para que isto aconteça, as lideranças africanas devem parar de se associarem ao capital estrangeiro formando enclaves económicos, tomem a responsabilidade de conduzir o seu próprio desenvolvimento e se preocuparem com a segurança dos seus cidadãos. Para sustentar esta ideia, Moyo expressa-se nos seguintes termos:

Num mundo livre de ajuda, a vida económica para a maioria dos africanos vai melhorar. A corrupção vai deixar de existir; vai melhorar o intercâmbio e o motor do crescimento africano vai começar a funcionar? Este é o mais provável resultado – que prova a existência de uma oportunidade para que os africanos possam garantir uma boa vida para si, seus filhos e futuras gerações. (MOYO 2009, P. 145).

Isto Porque, segundo Millet e Toussaint (2006, P.83), a responsabilidade do FMI, segundo o número II dos seus estatutos seria de “[...] contribuir para a instauração e manutenção de elevados níveis de emprego e de renda real e desenvolvimento de recursos produtivos de todos os estados membros [...]”. Entretanto, o seu *modus operandi* não fomenta emprego, apenas se transformou num grande ator tanto no plano económico como no plano político, determinando as políticas dos países endividados.

Portanto, uma demonstração inequívoca de que o papel distorcido das IBW perpetua a escravatura e o colonialismo na sua nova roupagem – o neocolonialismo. É nessa senda que José P. Castiano no prefácio do livro de Severino Ngoenha (2000) intitulado *Estatuto e Axiologia da Educação*, questiona ao autor sobre qual seria a preocupação fundamental de toda a sua filosofia? Em resposta Ngoenha afirma que primeiro pensava como moçambicano e depois como africano. Nessa perspectiva,

[...] quando vejo o sofrimento dos africanos no continente e fora dele, hoje, ainda me pergunto se não se trata (ainda) de escravidão em novos moldes e nos contextos atuais. Não será uma espécie de escravidão moderna, o fato de, hoje, os povos africanos ainda estarem submetidos às políticas do Banco Mundial e do FMI e não serem donos do seu próprio destino? Tudo isto leva-me a pensar que a luta pela emancipação do negro africano ainda não terminou. (NGOENHA 2000, p.7).

A preocupação com a emancipação das nações africanas das amarras do imperialismo vem desde Kwame Nkrumah. Em seus escritos de África deve unir-se, alerta:

Temos de nos libertarmos das garras do imperialismo económico e proteger a nossa liberdade. O imperialismo continua a ser uma força considerável em África. Controla a nossa economia [...]. Perante a independência crescente da África, o imperialismo começou e continuará a tomar formas novas e mais subtilmente disfarçadas. [...] Tais serão, entre outros, os meios indiretos do neocolonialismo, com os quais os imperialistas tencionam prosseguir a pilhagem dos recursos africanos, para continuarem a enriquecer. (NKRUMAH, s/d, p. 12).

As afirmações de Nkrumah são um testemunho da nova forma de colonialismo – o neocolonialismo, em forma de dependência económica, financeira até política das nações africanas. Depois da descolonização, o Ocidente nunca perdeu de vista as suas fontes de matéria-prima, mão-de-obra barata e mercados em África. Esta situação impõe, para os países africanos, uma dependência da qual será muito difícil se desfazer devido a corrupção das lideranças. Os recursos transferidos do Ocidente para os países subdesenvolvidos servem apenas para exacerbar dívidas que os tornam cada vez mais dependentes.

A retórica de que a ajuda não funciona para África; não produz desenvolvimento; é uma catástrofe humanitária, tornou-se um mantra para estudantes e pesquisadores das Ciências Sociais e

Humanas, Ciência Política e Ciências Económicas, sobretudo os que se dedicam aos estudos de desenvolvimento.

Este estado de coisas levou Millet & Toussaint a pensar que:

A relação entre a dívida e o desenvolvimento humano é clara. O mecanismo da dívida permite que as Instituições Financeiras Internacionais, os Estados do Norte e as multinacionais assumam o controle das economias dos PEDs⁴, ao mesmo tempo em que se apropriam dos recursos e das riquezas desses países em detrimento das populações locais. Essa é uma nova forma de colonização, regulada pela adoção de planos de ajuste estrutural. As decisões que dizem respeito ao Sul não são tomadas no Sul, mas em Washington (no Departamento do Tesouro norte-americano, na sede do Banco Mundial ou do FMI), em Paris (na sede do Clube de Paris, que agrupa os Estados do Norte) ou no Clube de Londres (que agrupa os grandes bancos do Norte...). Por conseguinte, a satisfação de direitos humanos fundamentais não constitui uma prioridade. A prioridade é a satisfação de critérios económicos, financeiros e geopolíticos – nomeadamente reembolso da dívida, reabertura de fronteiras aos capitais e às mercadorias e o tratamento privilegiado dos aliados das grandes potências ou estrangulamento dos países ‘inimigos’ (Cuba, por exemplo). (MILLET e TOUSSAINT 2006, P.10).

Este cenário é notório em quase maioria de países africanos que continuam, mesmo sob fluxos de ajuda, abraços com a fome, analfabetismo crónico, infraestruturas precárias, economias que quase nada produzem, porém, detentoras de inestimáveis acervos de recursos naturais. Este é o cenário que se vive em Moçambique. Um país que desde 1987 segue recebendo recursos das IBW, mas continua com elevados índices de analfabetismo, pobreza e gritantes desigualdades sociais. Portanto, este é um dos indicadores de que a ajuda não melhora as condições de vida das populações, mas sim, torna o país receptor cada vez mais dependente da ajuda e limita as iniciativas de saída desse estágio tornando-os perenemente dependentes.

⁴ Países em Desenvolvimento.

Dependência e ajuda externa: quais as perspectivas para o desenvolvimento de Moçambique?

Moçambique é daqueles países subdesenvolvidos que, fora do mais recente incidente das dívidas ocultas que ditou a suspensão da ajuda do FMI⁵, tem vindo a receber, desde 1987, ajuda externa para desenvolvimento através de fluxos financeiros das IBWs, de Bancos Privados ocidentais e IED através de corporações multinacionais que passaram a operar em ZFI e ZEE, portanto, isentos de pagamento de encargos fiscais.

Tais financiamentos chegaram ao país, pela primeira vez, com a implementação do programa de ajuste estrutural, que ficou localmente conhecido como Programa de Reabilitação Económica (PRE). Apesar de ter catapultado o valor do Metical (Moeda nacional de Moçambique) que se encontrava de rastos, portanto, desvalorizado, por conta da desvalorização, desregulação e drástico aumento de preços que o PRE implicava, Todavia, "O PRE atingiu os pobres com dureza. A marca da mudança eram crianças nas ruas de Maputo a vender cigarros um a um". (HANLON & SMART, 2008, P.232).

Na sequência do PRE, em 15 anos Moçambique recebera dos doadores cerca de 11 biliões de US\$ que, embora para os doadores tenha significado muito dinheiro, para o país significou pouco⁶. "As crianças continuam desnutridas, a saúde materno-infantil mostra poucas melhorias e os inquéritos sobre a família desde 2000 não mostram nenhum aumento do uso da água potável e saneamento". (HANLON & SMART, 2008, p.161).

⁵ contraídas de forma fraudulenta e fora dos limites e procedimentos legais estabelecidos pela constituição e pelo Tribunal Administrativo, em nome das empresas EMATUM, MAM e Proindicus. A mesma abrangeu o período que vai de 2010 a 2015. Sabendo que, até um período anterior a este, a dívida de Moçambique era de 3.817,35 de dólares americanos, portanto em 2010 e, no esquema fraudulento, as empresas mencionadas contraíram uma dívida de 2 biliões de dólares americanos.

⁶ HANLON, Joseph & SMART, Teresa. Ha mais Bicicletas – mas há Desenvolvimento? Editorial Kapicua Livros

O país segue pobre, com um Produto Interno Bruto (PIB) perca pita real (PPC a preços de 2017): 1221 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de: 0,456⁷ e, por conseguinte, altamente endividado, portanto, figurando no *ranking* dos mais pobres do mundo. Entretanto, este cenário deixa clara a ideia de que "um desenvolvimento imposto falha. As IBWs não podem impor desenvolvimento aos governos e ter sucesso, nem os governos africanos ou os trabalhadores da ajuda podem impor desenvolvimento aos pobres. As pessoas desenvolvem-se elas próprias..." (HANLON & SMART, 2008, p.164).

A retorica de Ajuda Externa ao Desenvolvimento que começou a ser ventilada logo após o terminus da Segunda Guerra Mundial, em parte como instrumento da Guerra-Fria, portanto, como meio de conquista de espaço geopolíticos, geoestratégicos e geoeconômicos, em nada contribuiu para o desenvolvimento dos países pobres como Moçambique. A ajuda das IBWs foi desde o princípio, segundo Parkins (2018), usada como instrumento de pressão de governos hospedeiros que não cedessem os seus recursos aos interesses das multinacionais.

As IBWs aplanam os caminhos para atuação do capital estrangeiro através das corporações multinacionais, chegando a se tornarem "donas" dos países onde pretendem investir na extração de algum recurso natural de importância estratégica como o petróleo, por exemplo. Chegam a construir pistas privadas de aterrisagem de aviões fugindo das formalidades alfandegarias; controlam as forças armadas, pagando seus salários, comprando seus equipamentos; controlam os presidentes; controlam os tribunais, chegando a redigir leis e estabelecendo, por conta própria, multas por derramamento de óleo, custos de trabalho e todas leis que a si interessam.

Como é que se processa o pagamento das despesas de salários e equipamentos para as forças armadas? São as empresas que efetivamente pagam? A resposta é não! Segundo Parkins (2018) os cidadãos dos países de partida das multinacionais pagam com os

e multimídia Lda, 2008

⁷ . conf. <https://www.dicionariofinanceiro.com/paises-mais-pobres-do-mundo/>

seus impostos estas despesas. O dinheiro flui através de organizações como a USAID, BM, CIA e Pentágono. Quando alguma nação se recusa a fazer o jogo de alguma multinacional interessada em algum recurso, seu governo é deposto via golpe de Estado, insurgência e/ou guerra civil instigada, e outros meios subversivos. Os governos que não cooperavam eram vistos como fantoche dos soviéticos. "Ameaçavam os interesses americanos e a democracia. A CIA não gosta disso". (PARKINS, 2018, p.25-26). A ideia era de que "financiar projetos de infraestrutura por meio de montanha de dívidas com o Banco Mundial tiraria as nações economicamente em desenvolvimento da pobreza as salvaria das garras do comunismo". (PARKINS, 2018, p.27).

Na verdade, esses financiamentos não salvaram nenhuma nação. Pelo contrário precipitaram-nas à ferocidade da dívida, corrupção e má governança que passaram a dilacerar suas economias e políticas, colocando em causa suas soberanias, através do controlo econômico, político e financeiro. Para o caso de Moçambique, além da já apontada dívida que contraíra no início do ajuste estrutural em 1987, que parte dela pode se presume ter beneficiado de perdão no âmbito na iniciativa *High Indebted Countries* (HIPC), a atual dívida externa do país é a crescida por mais 2 bilhões de dólares americanos das dividas ocultas.

Sabendo que, até um período anterior a este, a mesma era de 3.817,35 milhões de dólares americanos, dados de 2010. Estas cifras de endividamento, em nada ajudam o crescimento, muito menos o desenvolvimento do país. O endividamento só agrava as expectativas de vida dos moçambicanos, agravando das atuais gerações e das gerações vindouras, dando jus a colocação de Parkins (2004) *apud* Matsinhe (2011, p.47) de que "os créditos concedidos pela ajuda externa faziam crer que as crianças de hoje e os seus futuros netos serão prisioneiros da dívida ou dependente de créditos. Terão de permitir às corporações transnacionais que delapidem seus recursos naturais e ignorar a educação, saúde e outros setores sociais para pagar a dívida".

O histórico da filiação de Moçambique as IBWs, no quadro das reformas neoliberais, que resultou no endividamento que torna o país dependente, econômica, financeira e politicamente, perdendo sua autonomia como Estado soberano, estando caçado por estas organizações está ligado as sucessivas crises político militares que se seguiram logo após a independência nacional em 1975. Primeiro com a antiga Rodésia do Sul, atual Zimbabwe, pelo apoio que dava aos guerrilheiros da *Zimbabwe African National Union Patriotic Front* (ZANU - PF) e *Zimbabwe African People Union* (ZAPU) que brigavam pela independência; a criação da Resistencia Nacional de Moçambique (RENAMO) pelos serviços secretos Sul rodesianos; as agressões seguidas de treinamento e fornecimento de material letal a RENAMO pela África do Sul do Apartheid visando a desestabilização de Moçambique; a seca que em 1982-1983 que afetara toda a região Austral de África o que reduziu ainda mais a produção de alimentos, sem contar com a incapacidade de as populações produzirem no campo por causa da guerra e; o choque internacional de petróleo dos anos 1980. Estes fatores levaram a que o país, em 1983, mesmo alinhado com o bloco socialista, solicitasse apoio ao bloco ocidental, ao que lhe foi imposto como condição de recepção da ajuda a liberalização da economia, a democratização do país, portanto, o abandono do socialismo.

Foi a partir daí que Moçambique passou a receber ajuda financeira das IBWs, contudo segue pobre e necessitando cada vez mais de ajuda. Com o ajuste estrutural, concordando com Hanlon & Smart (2008), as politicas do FMI foram mais severas atingindo muito negativamente as áreas sociais como educação e saúde. Os salários dos professores e enfermeiros foram rebaixados da linha da pobreza. A qualidade da educação deixou a desejar, com professores malformados e com a maior parte da população fora do sistema de saúde. Nas condições em que operam os efeitos da ajuda em Moçambique uma questão não se quer calar: se a ajuda econômica e financeira resulta, como é que até hoje países como Moçambique seguem pobres? Sendo que, desde 1987 que o país aceitou os termos do receituário do Consenso de Washington e,

consequentemente o Ajustamento Estrutural vem recebendo fluxos de ajuda financeira e IED.

No dizer de Moyo (2009), nos cinquenta anos passados, mais de US1\$ trilhao foram transferidos dos países desenvolvidos para os países africanos e, a ajuda passou a ser, para os recetores uma cultura de comodidade. A verdade é que, a ajuda foi canalizada para o continente, mas a pobreza ao invés de diminuir aumentou. Os paupérrimos nem se quer ganharam o estatuto de pobres. Porém, os ricos tornaram-se cada vez mais ricos e, cada vez que a pobreza, a fome e mortalidade por falta, não só de cuidados médicos de qualidade, como também de um saneamento meio adequado grassavam, mais a ajuda era concedida. O mais espantoso é que à medida que a ajuda ia aumentando o continente necessitava cada vez mais.

A colocação de Moyo (2009) acima exposta, nos leva a inferir que a ajuda propicia mais a corrupção para o locupletamento a custo alheio das elites politicas em detrimento da sociedade no geral, num claro conluio entre o capital internacional e a elite politica local. Esta ideia corrobora com a de John Parkins (2018) de que os regimes visados pelos programas de ajuda devem se conformar com os interesses do capital estrangeiro sob o risco de golpe de Estado. "A maioria dos golpes acontecem quando os lideres do país não fazem o nosso jogo". (PARKINS, 2018, P.26).

Esta afirmação nos leva a refletir em torno da colocação de Hanlon & Smart (2008), segundo a qual, com o advento do neoliberalismo na sua versão de ajuste estrutura, a Frelimo, partido no poder, dividiu-se entre predadores e desenvolvimentistas.

O grupo mais honesto no grupo desenvolvimentista estava a levantar questões sobre o manifesto fracasso das politicas neoliberais. Mas, para muitos na comunidade doadora, este grupo, em vez de ser visto como honesto, era considerado resistente às mudanças. Os doadores passaram a patrocinar a elite predadora porque os via como aqueles que faziam 'as coisas certas'. À medida que o grupo desenvolvimentista era marginalizado, o pequeno, mas poderoso grupo predador estava a ser premiado, recebendo

companhias privatizadas e empréstimos que não tinha de pagar, e era-lhe mesmo permitido roubar e matar. (P.282).

Por outro lado, concordando com Mosse (2004), Couto (2001) e Hanlon (1991) *apud* Matsinhe (2011, p.40)

os fundos de ajuda ao desenvolvimento disponibilizados por Instituições Financeiras Internacionais, ao invés de serem aplicados em projetos de desenvolvimento, foram açambarcados para fins que estimularam a produção interna de bens de consumo e de promoção de desenvolvimento económico e social do país e; mesmo sabendo que os fundos disponibilizados para o desenvolvimento do país eram investido em infra-estruturas contraproducentes, como carros de luxo, o BM e o FMI seguiam transferindo recursos – alimentando a corrupção o ‘gangsterismo’ na gestão de bens públicos.

Para Couto (2001), "Moçambique vive um ‘gangsterismo’ constituído por uma elite que lidera e usa o poder para o enriquecimento próprio. Ela não pensa no país, mas nela mesma". A corrupção, fenómeno nunca antes vivenciado em Moçambique durante o período da vigência do governo de partido único, portanto, do socialismo. Esta é uma realidade reconhecida pelo próprio Banco Mundial que países de economia socialistas são menos corruptos que os de economia de mercado. "A economia planificada impõe certos limites a corrupção. Em Moçambique isto era verdadeiro... Na primeira década de independência, os funcionários Moçambicanos creditavam que estavam a construir um país melhor, e a integridade do estado era importante". (HANLON & SMART, 2008, p.228).

Todavia, com a introdução do liberalismo a corrupção passou a ser característica do *modus vivendi* dos Moçambicanos. Atos corruptos receberam nomenclatura local. Passaram a ser designados de cabritismo, numa clara alusão de que o cabrito come aonde estiver amarrado. Contudo, é preciso aceitar que, numa primeira fase a corrupção era mesmo por imperativo de sobrevivência. Os preços dos bens de primeira necessidade haviam

subido insuportavelmente, os salários haviam baixado, com a racionalização de empresas estatais com as privatizações muitos cidadãos ficaram sem emprego, portanto, incapazes de sustentar as suas famílias. Infelizmente esta nova forma de viver foi viciando e tornou algo um tanto ao quanto institucionalizada.

Contudo, a corrupção que mais empobrece o país e a praticada ao mais alto nível do poder político. Com o liberalismo, a corrida dos políticos foi de somar ao poder políticos, que já detinham, o poder económico, então, esta associação permitiu esquemas fraudulentos ao mais alto nível. Desvios e má aplicação de fundos públicos em benefício próprio passaram a caracterizar a classe política.

Nos anos 90 desapareceram do sistema bancário mais de 400 milhões de US\$, em parte simplesmente empréstimos não reembolsáveis de companhias falidas, mas na maioria saqueadas pelo grupo predador na Frelimo e seus amigos. A maior parte ocorreu depois das privatizações forçadas pelo FMI e Banco Mundial. Quem roubava era o grupo predador, mas quem abria as portas do cofre e dizia “sirva-se”, eram as IBWs. (HANLON & SMART, 2008, P.245).

Este foi o cenário que colocou Moçambique na dependência de financiamentos externos o que fez com que quanto mais ajuda recebia mais necessitava isto porque "a finalidade para que é dada – acabar com a pobreza, fome e todos outros males não resolve, ela, infelizmente, continua sendo dada. “O erro do Ocidente foi dar algo para nada”. (MOYO 2009, p. 152).

Nesta perspectiva, Millet & Toussaint (2006, P.9) sustentam que “os organismos internacionais são meros braços dos credores que utilizam a dívida como um mecanismo de dominação, impedindo que os países devedores se desenvolvam e garantam direitos humanos essenciais às suas populações”. Isto acontece porque “os fundos dos doadores destinados ao desenvolvimento, muitas vezes enriquecem cada vez mais a elite de indivíduos ricos e

politicamente poderosos, reduzindo assim o impacto global de ajuda ao desenvolvimento”. (USAID 2005, p. 9).

Fica claro que as IBWs agem como se de rebenta minas se tratassem. Elas avançam disponibilizando recursos financeiros cientes de que os mesmos não serão aplicados para a finalidade para estão sendo disponibilizados e, o pior é a certeza de que não serão reembolsados, pois irão cair nas malhas e garras de corruptos predadores, colocando o país mutuário sob vigilância da dívida. Aí fica aberto o espaço para a perda de poder estatal, fragilização das leis e, consequentemente condições criadas para o IED em condições favoráveis ao capital estrangeiro. Tal investimento normalmente é feito através de Corporações Multinacionais que atuam em ZFI ou ZEE⁸ beneficiando-se das mais nefastas isenções e ridículos incentivos fiscais criando enclaves económicos.

A cerca disto Millet e Toussaint (2006, P.73) afirmam que o FMI controla a política económica dos Estados devedores, “instalando uma nova forma de colonização que não precisa de manter uma administração e um exército de ocupação no local como na era do colonialismo, a dívida cria por si só as condições de uma nova dependência”. É neste quadro que Moçambique apesar de ser detentor de inúmero recurso continua económica e politicamente dependente do capital internacional que mantém o país preso e com iniciativas próprias de desenvolvimento limitadas.

O FMI, segundo Hanlon & Smart (2008), no início de 2007, classificou Moçambique como uma estória de sucesso na África Subsaariana, beneficiando de grandes fluxos de ajuda sustentada. Este elogio deveu-se ao fato de que o executivo prestava mais contas ao FMI do que a sociedade. Todavia, a ajuda não reduziu a dependência de Moçambique, em particular e de África, em geral como aconteceu com o Plano Marshal a Europa.

Considerações finais

⁸ Estas funcionam num esquema semelhantes aos enclaves económicos descritos por Cardoso e Faletto.

Tendo sido objetivo deste artigo discutir a dependência a partir das teorias do desenvolvimentismo, Marxismo e neomarxismo, olhando para o caso concreto de Moçambique, fez-se uma descrição sobre como é que inicia a ideia que reforço o pensamento dependentista. Desde o desenvolvimentismo cepalino à teoria da dependência de Cardoso e Faletto. As discussões aqui trazidas nos permitiram concluir que a divisão internacional de trabalho, a desigualdade dos termos de troca até a teoria do centro e periferia e o neoliberalismo, o papel das IBW nas economias e políticas periféricas justificam o atual estágio de desenvolvimento dependente que se ressentem os países em desenvolvimento, em geral e de Moçambique em particular.

A dependência aqui discutida vai além daquela resultante da distorcida divisão internacional de trabalho, incidindo sobre a dependência econômica, financeira até política, geralmente apadrinhada pelas IBW a favor das multinacionais que atuam em países em desenvolvimento, com o objetivo de acomodar os interesses geopolíticos e geoestratégicos das grandes potências mundiais em detrimento dos países em desenvolvimento.

Este estado de coisas tem sido, também, efetivado por via de aconselhamento de políticas estratégias econômicas que visam o benefício do grande capital internacional e não o desenvolvimento dos países beneficiários como a implementação de políticas liberais e neoliberais. Aliás, esta prática tem sido criticada e denunciada por autores como Ha-joo Chang, Dambisa Moyo, Joseph Stiglitz e outros.

Referências:

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

AMIN, Samir. **Accumulation on a World Scale:** A Critique of the Theory of Underdevelopment. New York: Monthly Review Press, 1974.

BAUMGARTNER, Tom; BUCKLEY, Walter; BURNS, Tom R. Toward a systems theory of unequal exchange, uneven development and dependency relations. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF CYBERNETICS AND SYSTEMS, 3., 1975, Bucharest. *Paper prepared for the Third International Congress of Cybernetics and Systems...* Bucharest, 1975.

CAPORASO, James A. Dependence, dependency, and power in the global system: a structural and behavioral analysis. **International Organization**, v. 32, n. 1, p. 13-43, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2003.

CHASE-DUNN, Christopher. The effects of international economic dependence on development and inequality: cross-national study. **American Sociological Review**, v. 40, n. 6, p. 720-738, 1975.

FRANK, Andre Gunder. **Latin America**: Underdevelopment or Revolution. New York: Monthly Review Press, 1969.

GILPIN, Robert. **Global political economy**: understanding the international economic order. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

KAY, Cristóbal. **Latin America theories of development and underdevelopment**. London; New York: Routledge, 2017. (Volume 102).

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

MACHADO, J. C. A. O estudo da dependência na teoria de Relações Internacionais: uma análise comparativa do pensamento realista e da teoria da dependência. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 119-147, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. In: TRINDADE, Héglio H. C. (Org.). **Neomarxismo, Teoria da Dependência e Perspectiva Marxista**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p. 1-28.

MORAES, João Quijano de. **A gênese do neoliberalismo**: um movimento intelectual e político. São Paulo: Contracorrente, 2011.

MOYO, Dambisa. **Dead aid**: why aid is not working and how there is a better way for Africa. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.

PALMA, Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment? **World Development**, v. 6, n. 7-8, p. 881-904, 1978.

SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

WALLERSTEIN, Immanuel. Three paths to national development in 16th century Europe. **Studies in Comparative International Development**, v. 8, p. 95-101, 1972

As ambiguidades na Conjuntura Política Contemporânea da República Democrática do Congo

Renato Aguirre Aria dos Santos¹

Introdução

A República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado na África Central, estima-se sua população total em mais de 70 milhões de habitantes e se destaca internacionalmente devido as numerosas reservas de recursos naturais, presentes em seu vasto território (GULART, 2023). Nesse capítulo, enfocarei minha análise citando as cidades de Kinshasa, capital da RDC, Goma e Bukavu, respectivamente capitais das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, devido ao critério de importância política, geográfica e histórica. Em 2025, o conflito entre o M23 e as FARDC agravou a crise humanitária no leste do Congo e agravando a crise humanitária congoleza, estimada em 8 milhões entre deslocados internos e refugiados na Bacia do Congo, além de milhares de mortos. (UN News, 2025¹). Embora, apresentado enquanto “inédito” pela imprensa internacional, como nos veículos especializados brasileiros, as insurgências na Bacia do Rio Congo não são eventos históricos isolados.

Com a breve contextualização acima, vê-se motivos em se analisar os processos de ruptura e conquista, como a política internacional na região dos Grandes Lagos, ao ensejar perspectivas que considerem os fatores econômicos, políticos e sociais. Assim, estabelecendo o diálogo historiográfico ao explorar a complexa interação entre atores geopolíticos, incluindo o Brasil, na conjuntura política contemporânea da Rep. Democrática do Congo.

¹ Estudante do curso de licenciatura em História da FACH UFMS. Integrante do Grupo de Estudos de Política Internacional - GEPI UFMS. E-mail: aguirre.renato@ufms.br

A Bacia do Congo: processos de conquista e ruptura.

Entre os sécs. XV e XVIII, os navegadores europeus estabeleceram entrepostos comerciais na foz do rio Congo e introduziram as populações originárias africanas ao mercantilismo colonial. No séc. XIX, as ambições comerciais de nações europeias ocidentais na Bacia do Congo se intensificaram. Em 1876, a realidade regional alterou-se drasticamente quando, estimulado por interesses econômicos, o rei Leopoldo II da Bélgica criou a Associação Internacional Africana (AIA), como sua propriedade particular. A Conferência de Berlim (1884/1885) reconheceu as fronteiras sob a garantia belga de abertura comercial do, agora renomeado, Estado Livre do Congo, ainda propriedade pessoal de Leopoldo II (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

Entre as matérias-primas prioritárias para a doutrina extrativista metropolitana, destacam-se o marfim, o ouro e a borracha, extraídos através do trabalho compulsório forçado aos povos originários da Bacia do Congo pelo aparato administrativo colonial. Exemplos da violência, como ferramenta coercitiva, incluem a inanição induzida, os mutilamentos e assassinatos em massa. Milani (2011) frisa os impactos da doutrina metropolitana nas sociedades originárias a seguir:

Uma das consequências graves desta exploração intensiva e violenta do trabalho compulsório foi a redução drástica da população da região do Congo. Jules Marchal afirma que a região perdeu metade de sua população. Quando Leopoldo II iniciou sua obra colonial o Congo possuía em torno de 20 milhões de habitantes. O censo de 1910 indicava pouco mais de 10 milhões. (MILANI, 2011, p. 172)

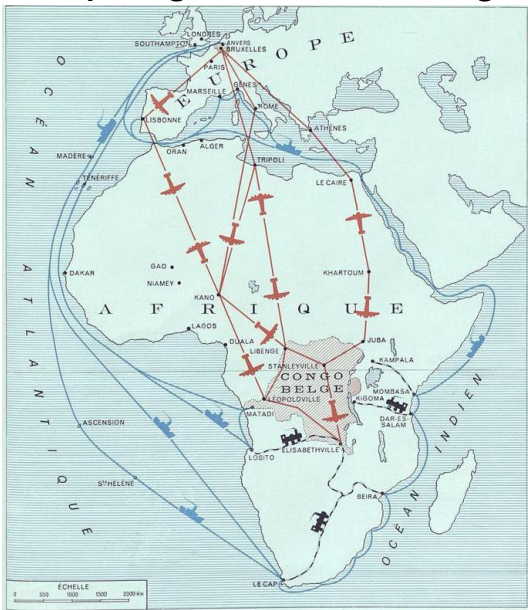
Apesar de Leopoldo II seguir as condições impostas na Conferência de Berlim, logo as denúncias sobre suas doutrinas coloniais chegaram a Europa Ocidental e, devido à pressão popular, levaram o Parlamento belga a revogar a posse do monarca sobre o Estado Livre do Congo. Em 1908, o Congo tornou-se parte do Reino da Bélgica, agora como Congo Belga, sob políticas sociais e econômicas rígidas. A violência coercitiva dos funcionários de

Leopoldo II se metamorfoseou em uma perene influência para as esferas sociais na Bacia do Congo até a Região dos Grandes Lagos.

Independência do Congo e a primeira República do Congo.

Na segunda metade do séc. XX, após a 2ª Guerra Mundial, influenciados pelos processos por independência entre outras colônias ultramarinas e o Congresso Pan-Africano em Acra, surgiram novas figuras políticas em Congo, como Joseph Kasavubu e Patrice Lumumba. Em resposta a instabilidade ultramarina, a Bélgica criou a Comunidade Belgo-Congoleza, hegemonizando todos os setores administrativos coloniais, especialmente as forças de segurança, nas autoridades metropolitanas. O esforço belga para a manutenção de seus domínios coloniais incluiu o fomento de rivalidades étnicas e ideológicas (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

Imagem 1 – Mapa belga das colônias de Congo e Ruanda



Fonte: Maps on The Web

Em 1960, reconhecendo a impossibilidade da manutenção formal de poder de agentes coloniais, as autoridades belgas

reuniram proeminentes lideranças locais e coordenaram esforços para a retirada das forças metropolitanas e a institucionalidade da República do Congo, por fim reconhecendo a independência congoleza. Gouvêa, Branco e Silva (2023) adicionam sobre as intenções políticas belgas durante o processo de independência congolês a seguir:

Os líderes africanos pressionavam por uma independência imediata e os políticos e os grandes empresários belgas encontraram nessa situação e no impregnado aparelhamento da administração interna a oportunidade de manter o domínio sobre o território congolês. Por não possuir um quadro administrativo local experiente, os congolezes iriam continuar dependentes do contingente administrativo dos belgas. O mesmo déficit encontrava-se no plano militar, uma vez que os postos de comando eram ocupados por oficiais estrangeiros. (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023, p. 110-111)

A recém-independente República do Congo teve dificuldades administrativas devido a inexperiência política de seus principais atores públicos, a divisão ambígua de poderes entre as instituições nacionais e o constante intervencionismo estrangeiro. A crise nacional instaurou-se após Moisés Tshombé, governador de Katanga, declarar a secessão de sua província e iniciar sua campanha militar contra o governo congolês. Tshombé obteve suporte financeiro e bélico belga por meio da mineradora Union Minière du Haut-Katanga, atual Umicore (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

O primeiro-ministro, Patrice Lumumba, não obteve êxito na coordenação de esforços com o presidente, Joseph Kasavubu, e as forças armadas congolezas sob tutela do tenente-coronel Joseph-Désiré Mobutu. Limitado, recorreu a ONU por auxílio político, obtendo a presença da ONUC (Operação das Nações Unidas no Congo) sob a narrativa da ONU de pacificar o Congo. Lumumba aproximou-se diplomaticamente com a URSS buscando auxílio para o esforço governamental, alegando displicência da ONUC contra os separatistas. Em resposta, os EUA alinharam-se com a Bélgica para a destituição de Lumumba, posteriormente sequestrado e

assassinado. Este fato, possibilitou a ascensão política do tenente-coronel Mobutu (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

O Zaire de Mobutu e a Primeira Guerra do Congo (1996-1997)

Com a dissolução parlamentar e sua autodeclaração à presidência, iniciou-se o regime autoritário de Mobutu. Entre suas decisões notáveis, Mobutu decretou a africanização da fonética, alterando o nome do país para “Zaire” e que os zairianos deveriam aderir a nomes originários, por exemplo Laurent-Dèsiré Mobutu tornando-se Mobutu Sese Seko. Durante a Guerra Fria, o Zaire aproximou-se diplomaticamente com os EUA, Israel e outros regimes de viés anticomunista. Apesar da ONUC finalizar suas atividades em Zaire, em 1965, a questão estava em seu início (LEMOS, 2025).

Segundo Barbosa (2017), o regime de Mobutu pode ser definido nas seguintes características: um Estado autoritário, a coordenação institucional para repressão política e a utilização de concessões administrativo-burocráticas para o angariamento de aliados. O último item pode ser compreendido pelo conceito de “*zairianization*”, dos autores Gouvêa, Branco e Silva (2023), que se refere as políticas de Mobutu para hegemonizar sua influência política ao beneficiar seus aliados através da concessão de títulos nas corporações estatais em Zaire, particularmente no setor de mineração.

Os anos 1990 marcam a queda do Muro de Berlim, o término da Guerra Fria e da complexa rede de financiamento dos EUA para os regimes anticomunistas no Sul Global, incluindo o Zaire, um país fragilizado pela perseguição interna, a hiperinflação e os enormes gastos de recursos públicos no cultivo de uma pequena burguesia por décadas. Ao leste de Zaire, na clandestinidade operavam forças insurgentes congolosas e estrangeiras, como o Fronte Patriótico Ruandês (RFA), de matriz *tutsi*, liderado por Paul Kagame. E teriam seus papéis na inesperada crise humanitária na região dos Grandes Lagos: o genocídio em Ruanda de 1994.

Antes de prosseguir, é necessário compreender as causas para o conflito étnico-racial em Ruanda. Lima (2024) apresenta que a etnia *banyarwanda* era dividida em: *tutsis*, *hutus* e *twás*. Em uma unidade política-centralizada sem claras distinções por castas, as divisões referiam-se as funções laborais praticadas na sociedade *banyarwanda*. Mas tornaram-se ferramentas metropolitanas para o estímulo de disputas étnicas nas colônias, no caso de Ruanda através do favorecimento pelas metrópoles coloniais aos *tutsis* para fomentar o ressentimento *hutu*. As profundas marcas do racismo institucionalizado permaneceram na independente Ruanda após a Revolução Hutu (1951), iniciando um regime com caráter étnico pró-*Hutu* e no processo de exclusão étnica, resultando na fuga e exílio de dissidentes civis *tutsis*.

Couto (2016) evidencia que o combate entre forças *tutsis* e *hutus* resultou no genocídio em Ruanda, a morte de dois milhões de ruandeses e o deslocamento de centenas de milhares de ruandeses das etnias *tutsi* e *hutu*, incluindo em direção ao Zaire, resultando em novas disputas entre atores internos e externos no país. A RFA teve papel decisivo durante o genocídio em Ruanda e, após sua vitória, Kagame ascendia à liderança de Ruanda, acarretando em dezenas de milhares de ruandeses *hutus*, incluindo ex-militares que cumpunham a Força *Hutu*, refugiando-se em Zaire. Os grupos *Interahamwe*, membros da Força *Hutu*, entrando em atrito com os refugiados ruandeses e zairianos de etnia *tutsi*, os *Banyamulenges* (LIMA, 2024). Duarte e Carvalho (2023) complementam a seguir:

Após o genocídio em Ruanda, em 1994, mais de 1 milhão de pessoas atravessaram a fronteira rumo ao Congo, o que incluía tanto refugiados quanto génocidaires, um fluxo populacional que teve diversos desdobramentos para a já complexa dinâmica social do Congo, como o fortalecimento de grupos armados *hutus* e as ofensivas contra eles articuladas por grupos locais e estrangeiros, como o Rwandan Patriotic Front (RPF) [...]. (DUARTE; CARVALHO, 2023, p. 234)

A questão humanitária ruandesa e a crise política em Zaire aferem duas conclusões. Primeiro, as consequências do ressentimento étnico fomentado pelas autoridades coloniais e as

fronteiras delimitadas pela Partilha da África. Segundo, os resultados da sabotagem estrangeira durante o processo de independência para o favorecimento de um regime autoritário e, segundo Gouvêa, Branco e Silva (2023), ativamente corrupto e ineficiente na gestão de seus recursos e territórios.

A ineficiência administrativa do Zaire foi utilizada por Ruanda e seus aliados para validar o apoio militar para a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Zaire-Congo (AFDL), sob a narrativa de Mobutu consentir com a existência de grupos paramilitares para desestabilizar Ruanda e outras nações. Em 1996, Laurent Kabila liderou a AFDL, com suporte de Angola, Ruanda e Uganda, e sobrepuiu as forças armadas zairianas; assumindo a presidência do Zaire e o rebatizou como República Democrática do Congo. Aproximadamente cerca de 200 mil pessoas morreram durante o conflito e dezenas de milhares foram desalojadas (LIMA, 2024).

A Segunda Guerra do Congo: Guerra Mundial Africana (1999-2002)

Durante a 1ª Guerra do Congo, Laurent Kabila orquestrou acordos com Ruanda e Uganda relacionados a exploração de recursos naturais congolese, objetivando angariar auxílio bélico para sua campanha militar. Gouvêa, Branco e Silva (2023) apresentam que Kabila, agora presidente, estabilizou o país com a assessoria de conselheiros militares ruandeses e ugandeses em cargos administrativos, porém sob denúncias de que estariam participando de atividades extrativistas, especialmente minerais, em províncias congolese sob a alegação dos acordos econômicos.

O caráter protecionista de Laurent Kabila motivou políticas ostensivas contra seus aliados regionais, por exemplo a exclusão de tutsis da administração congolese. Em 1999, visando minimizar a influência externa sobre a RDC, Laurent Kabila ordenou a retirada dos militares estrangeiros em solo congolês, posteriormente aliando-se a milícia *hutu* Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR). Em resposta, os governos de Ruanda e Uganda auxiliam veteranos tutsis da AFDL a constituir uma nova

organização, o Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD), alegando a necessidade de se suprimir as incursões militares *hutus* contra as comunidades *tutsis* na região dos Grandes Lagos (LIMA, 2025).

Em 1999, a 2ª Guerra do Congo se inicia após o motim em Goma e a entrada de companhias militares ruandesas, quando coalizões híbridas se enfrentaram dentro das fronteiras congoleesas. A coalizão em apoio a RCD, liderada por Ruanda, teve a participação de Uganda e Burundi. O Congo-Kinshasa, por sua vez, obteve auxílio militar de Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chade e milícias regionais para organizar sua defesa. Posteriormente, a RCD se dividiu após divergências entre seus estados-patronos, agora RCD-Goma (apoiada por Ruanda) e RCD-KML (apoiada por Uganda). Uganda, isolada, inicia uma nova coalizão junto ao Movimento pela Liberação do Congo (MLC) e a RCD-KML (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

Barbosa (2017) argumenta sobre a atuação de atores militares não-estatais, como a RCD, na concepção estratégica de “*proxy wars*” (guerra por procuração) para o benefício de atores estatais, como os governos de Ruanda e Uganda. Gouvêa, Branco e Silva (2023, p. 123 e 127) acrescentam que as coalizões financiaram suas operacionalidades graças a extração intensiva de recursos naturais, especialmente entre unidades irregulares. Com as coalizões empregando propaganda ideológica e (por vezes) de cunho étnico-cultural, por exemplo a incitação à violência entre os grupos *Hema* e *Lendu*, para a validação de suas ações militares, como a agressão contra prisioneiros e civis, e a política extrativista para a manutenção do esforço bélico.

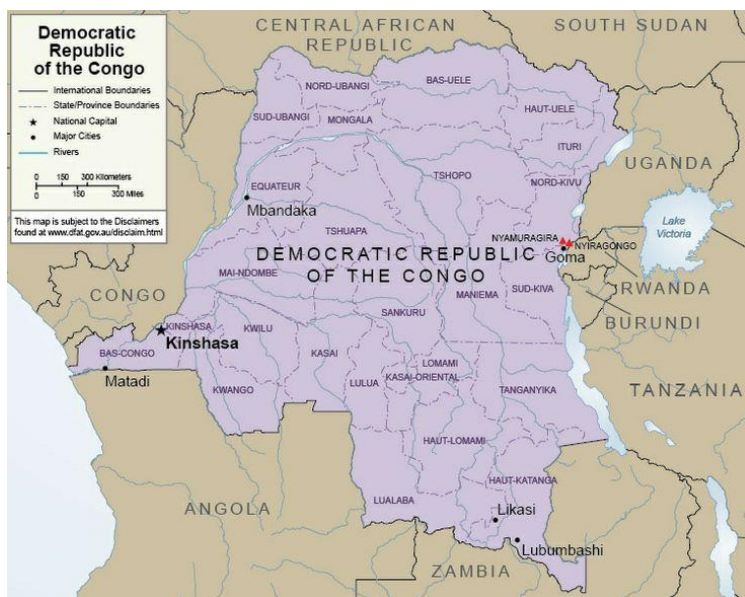
Em registros da ACNUR, a 2ª Guerra do Congo resultou aproximadamente 3,8 milhões de mortes, 900 mil refugiados e 5 milhões de deslocados internos (CLEIDE; CANTO, 2022). O elevado custo econômico e, especialmente, humano durante o conflito culminou para a estagnação das linhas de combate. E, em 2001, após o assassinato de Laurent Kabila e a ascensão política de Joseph Kabila, seu filho, possibilitaram as primeiras mesas de negociação. Em 2002, culminou nos Acordos de Lusaka, entre seus termos estão:

o cessar-fogo, a criação do Diálogo Intercongolês (DIC) e a instauração da MONUC (Missão das Nações Unidas na Rep. Dem. do Congo) para mediar o processo político transitório (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

A transição política: velhos fantasmas para novos espectros

Os acordos de paz promoveram a integração das forças insurgentes envolvidas nas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e a criação de partidos políticos para representá-las na política nacional congoleesa. Estabelecendo comitês transitórios para adaptar o arcabouço político das democracias ocidentais na institucionalidade congoleesa. Entre os objetivos da MONUC e as Nações Unidas estavam: garantia da atuação dos comitês, a proteção de civis e colaboradores e, por fim, a repressão de unidades paramilitares ativas (GOUVÊA; BRANCO; SILVA, 2023).

Imagem 2 – Mapa da República Democrática do Congo



Fonte: Every Little Thing, 2015

Para Silva e Menezes (2023), a MONUC delimitou suas ações para garantir a soberania das instituições congoleesas, criadas sob o prisma liberal pautada em padrões teóricos elaborados pelo Norte Global, mas pouco dialogavam com a realidade nos núcleos populacionais distantes de Kinshasa. A atuação ambígua das Nações Unidas, no auxílio para os comitês transitórios e o diálogo limitado com a sociedade congoleesa, possibilitou margens para interpretações jurídicas tendenciosas em diferentes esferas de poder. Por exemplo, o caso de Jean-Pierre Bemba, líder do MLC, inocentado por seus crimes de guerra e incorporado pelo Estado congolês como um de seus vice-presidentes. Assim, relativizando as ações violentas cometidas antes e após a instauração do Estado de Transição.

As eleições gerais de 2006 legitimaram a renovação institucional congoleesa e elegeram Joseph Kabila, então presidente provisório, apesar de acusações sobre fraude eleitoral. O sucesso dos comitês transitórios se deve a ativa atuação das Nações Unidas e seus colaboradores, como a atuação da MONUC junto as FARDC para a proteção de civis durante o processo eleitoral. Contudo, Duarte e Carvalho (2023) contrapõem ao apresentar o desempenho limitado da MONUC em estabelecer zonas pacificadas, pois as Nações Unidas favoreciam os esforços governamentais congoleeses durante a articulação de acordos com grupos armados dissidentes, apesar de denúncias de crime contra a humanidade contra atores estatais congoleeses.

Em consequência, entre 2002 e 2010, diversos agrupamentos paramilitares continuaram ativos, especialmente ao leste da Bacia do Congo, utilizando de práticas coercitivas para a manutenção de suas atividades. Durante a transição, em 2006, a RCD-Goma torna-se o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP) e, após a assinatura de acordos com governo congolês em 23 de março de 2009, parte do efetivo da CNDP foi absorvido pelas FARDC. Em 2012, remanescentes da CNDP retornaram as atividades paramilitares sob a reivindicação de omissão governamental a comunidade tutsi em solo congolês e o descumprimento dos acordos assinados em

23/03/2009, autodeclaram-se como *Mouvement du 23 mars*, o M23 (LIMA, 2024).

Cruz (2025) esclarece sobre as alterações no mandato da MONUC devido a crise política congoleza, as investigações por má conduta de funcionários das Nações Unidas e das ações inócuas da MONUC contra os insurgentes. Em 2010, a Resolução 1925 do CSNU instaurou a renovação da MONUC, agora MONUSCO (Missão das Nações Unidas para Estabilização da Rep. Democrática do Congo) para auxiliar na questão militar. Lemos (2025) acrescenta sobre as influências das Nações Unidas em novas doutrinas presentes durante a elaboração do mandato da MONUSCO, enquanto “Missão de Paz Multidimensional”, para a integração cívica junto as missões multinacionais humanitárias através das diretrizes de PoC (Proteção de Civis), R2P (*Responsability to Protect*) e DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração).

A atuação da MONUSCO na RDC e a participação brasileira

Em 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) instituiu, por meio da Resolução 2098, a criação da Força da Brigada de Intervenção (FIB), como brigada de reconhecimento e apoio junto a MONUSCO. Para complementar o processo de renovação, as Nações Unidas consultaram diplomatas brasileiros sobre as condições para a integração do oficialato brasileiro na MONUSCO/FIB. No ano seguinte, o Governo do Brasil confirmou a cooperação multinacional com a nomeação do general Carlos Alberto dos Santos Cruz como *forcecommander* da MONUSCO/FIB. Para Souza (2015), a participação brasileira em missões de paz das Nações Unidas, como a MINUSTAH e a UNIFIL foram fundamentais para o CSNU a solicitar o apoio das Forças Armadas do Brasil, como a recomendação do gal. Carlos Alberto dos Santos Cruz, *forcecommander* da MINUSTAH entre 2006 e 2009.

A participação do Brasil na MONUSCO/FIB reflete seus interesses geopolíticos contemporâneos no Oceano Atlântico Sul. Souza (2015) apresenta que o pensamento estratégico brasileiro implica na atuação diplomática ativa em África, enfatizando a cooperação com países lusófonos ou em posições estratégicas no

Oceano Atlântico, exemplificada nas documentações do Ministério da Defesa como: na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e no Livro Branco de Defesa Nacional. Gulart (2023) corrobora o argumento que a diplomacia brasileira por meio de diálogos Sul-Sul, a exemplo do fórum Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), visou diminuir a dependência econômica em países do Norte Global e garantir sua posição como ator relevante para a política internacional. Em paralelo, adquirindo experiência para as Forças Armadas do Brasil durante as participações nas Missões de Paz das Nações Unidas e prestígio diplomático, sintetizada pela citação a seguir:

A partir do exposto, torna-se possível considerar que, de fato, a presença do Brasil na República Democrática do Congo se alinha às perspectivas delineadas pelo Estado brasileiro em termos geopolíticos e na construção de estratégias comuns de defesa a serem compartilhadas por ambos os países, "heartlands" regionais que podem se beneficiar, em larga escala, da experiência comum obtida por meio da MONUSCO. (GULART, 2023, p.13-14)

Entre 2012 e 2014, os combates entre as FARDC e os grupos paramilitares se tornaram o cotidiano das comunidades locais, vítimas da agressão entre atores paramilitares e/ou governamentais. Duarte e Carvalho (2023) apontam que, durante o período, o M23 capturou Goma, bases militares e outras instalações em Kivu do Norte. Em resposta, durante 2014, a MONUSCO/FIB e as FARDC iniciaram uma operação conjunta contra o M23, coordenada pelo gal. Carlos Alberto dos Santos Cruz e com duração de 18 meses. As operações da MONUSCO/FIB obtiveram sucesso contra os insurgentes graças as novas atualizações em sua doutrina operacional, neutralizando o efetivo militar do M23 e articulando o acordo de paz com o governo congolês, incluindo a renúncia de suas conquistas. Apesar da MONUSCO/FIB e as FARDC realizarem novas operações militares conjuntas no combate a milícias, os resultados inconsistentes revelariam os limites das Missões de Paz Multidimensionais.

Durante a década de 2010, a conjuntura política congoleesa apresentou desgastes resultantes do conflito prolongado com os atores não-estatais, comumente guerrilhas e a coordenação de atentados contra alvos militares ou civis, visando a expandir sua influência política e minimizar prováveis baixas em combate (LIMA, 2024). Duarte e Carvalho (2023) apresentam os dados relativos aos índices de violência na República Democrática do Congo entre 2012 e 2022, evidenciando a queda nos índices de violência entre 2014 a 2016, após a derrota do M23, e seu aumento exponencial a partir de 2019, quando as Nações Unidas reconheceram a existência de 122 grupos paramilitares pulverizados na Bacia do Rio Congo (LIMA 2024). Apesar da atualização técnica entre as políticas da MONUSCO/FIB, essas doutrinas tiveram efetividade para o caso específico do M23 em 2012 (LEMOS, 2025).

O desinteresse das autoridades congoleesas em estabelecer canais de negociação para a desmobilização das unidades paramilitares fortaleceu o discurso narrativo de “luta armada contra as esferas governamentais”. Segundo Duarte e Carvalho (2023), após a atuação bem-sucedida da MONUSCO/FIB em 2014, as negociações entre o M23 e o governo congolês foram encerradas, ignorando as reivindicações do grupo paramilitar e impondo sua desmobilização e transformação em partido político. Complemento com o comentário das autoras abaixo:

Contudo, após o estabelecimento da FIB e a consequente derrota do grupo, o governo perdeu interesse nas negociações e na implementação do acordo, desconsiderando a necessidade de acomodar as reivindicações. [...] Longe de ser um episódio isolado, o desinteresse nessa negociação revelou-se uma tendência também observada em outros casos. (DUARTE; CARVALHO, 2023, p. 242)

Em síntese, Duarte e Carvalho (2023) argumentam sobre a intencionalidade das esferas administrativas congoleesas em delegar a responsabilidade de intervenção contra as organizações paramilitares para as missões de estabilização multilaterais, resultando em incessantes ações repressivas contra as diversas milícias. Silva e Menezes (2023) contribuem ao argumento a partir da premissa da intervenção das Nações Unidas, amparada por

doutrinas liberais ocidentais, nega as identidades sociais congoleesas em momentos críticos e propondo objetivos para as Missões de Estabilização utilizando de conceitos de nações e fronteiras. Conceitos sem raiz histórica no continente africano e delimitadas pelos interesses de agentes estrangeiros desde a Partilha da África no séc. XIX.

A instabilidade política, portanto, é o resultado do longo processo de coerção violenta, por exemplo na fragilização da estrutura de poder institucional congoleesa em atrito com interesses de atores externos. Em consequência, os territórios distantes de Kinshasa tornaram-se coadjuvantes dependentes de atores não-estatais, sejam das missões humanitárias ou das milícias que rondam o interior da Bacia do Congo. Em meio as narrativas de descaso governamental, os insurgentes utilizam das demandas regionais para legitimar suas campanhas, por exemplo o M23 nas regiões do Lago Kivu “O M23 exigia cidadania para os nascidos em solo congolês, além, evidentemente, de condições para que suas comunidades pudessem viver sem riscos de serem objeto de violências.” (LIMA, 2024, p. 82).

Com os diálogos entre os grupos políticos internos, a MONUSCO/FIB obteve vitórias pontuais, como a derrota do M23 em 2014. Porém, apresentou dificuldade para diminuir os índices de violência a longo prazo, tanto devido ao engessamento doutrinário em suas tentativas para replicar o sucesso de 2014 contra organizações paramilitares distintas em contextos distintos; quanto devido ao alinhamento da MONUSCO, portanto das Nações Unidas, em considerar válidos apenas os interesses do governo congolês vigente a seu respectivo período histórico. Assim, concluo esse subcapítulo por meio dos comentários de Souza (2015):

Na MONUSCO, o princípio da imparcialidade/neutralidade foi esvaziado quando se identificou as Partes do conflito e se decidiu “autorizar a FIB a usar todos os meios necessários para alcançar e operacionalizar seu mandato,” apoiando a soberania do Estado e o Governo da RDC nos esforços de estabilização e consolidação da paz. (SOUZA, 2015, p. 175-176)

Guerras por procuração na Bacia do Congo

O M23 retornou à atividade no ano de 2021, recorrendo a guerrilha após sua campanha malsucedida em Kivu do Norte. Em 2023, o M23 lançou novas operações visando a captura de Goma e de posições estratégicas na região, mas retornando a guerrilha após derrotas contra as FARDC e a MONUSCO/FIB (LEMOS, 2025). O M23 manteve-se na clandestinidade até o dia 27 de janeiro de 2025, quando iniciaram sua ofensiva-relâmpago sobre Kivu do Norte e, em dois dias, conquistaram Goma. No mês fevereiro de 2025, o M23 deu sequência a sua campanha e expandiu seu raio de ação para a província de Kivu do Sul ao invadir sua capital, Bukavu (Reuters, 2025).

As violações aos direitos humanos do M23, como execuções de opositores políticos e civis, resultaram no deslocamento de 100 mil civis, elevando as estimativas de deslocados internos para 7,8 milhões e refugiados para 900 mil (UN News, 2025²). Atuando como ‘Estado Paralelo’ nos distritos em sua zona de influência, participando na distribuição de serviços essenciais e na arrecadação de tributos. O M23 integra a *Alliance Fleuve Congo* (AFC), coalizão entre agrupamentos políticos insurgentes em Congo. A AFC alega fraude nas eleições gerais de 2019, vencida por Félix Tshisekedi, e a existência do acordo entre figuras proeminentes para a centralização do poder, em sua narrativa de inadimplência política contra a comunidade *tutsi* para legitimar as atividades paramilitares de seus filiados, como o M23. (LIMA, 2024).

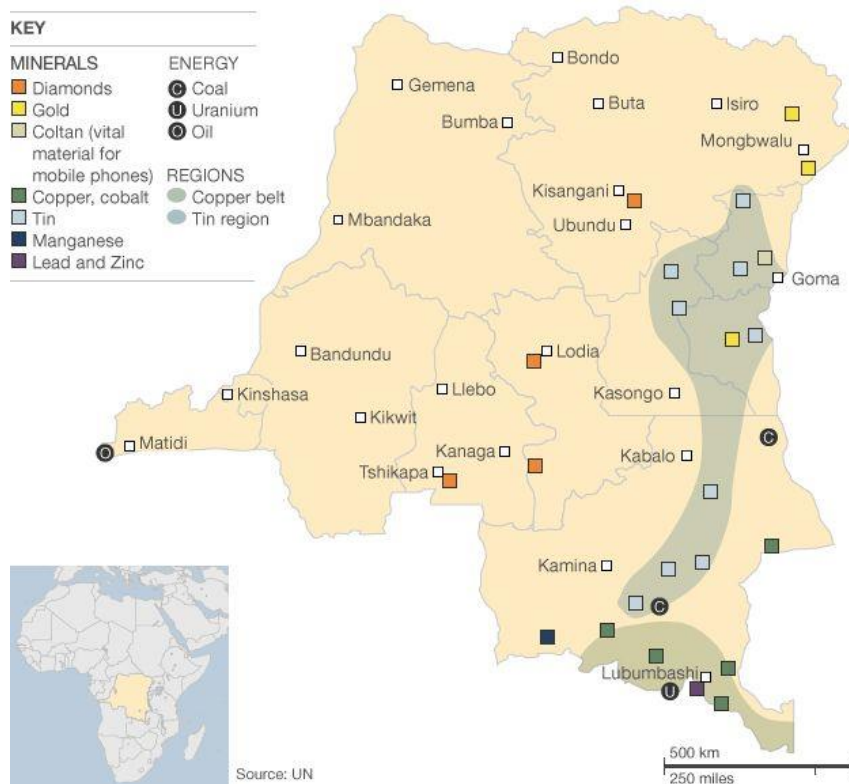
Os governos de Joseph Kabila (entre 2012 a 2019) e de Félix Tshisekedi (2019 até o presente momento) confrontaram a narrativa do M23/AFC. As autoridades congoleesas argumentam que Uganda e, principalmente, Ruanda fornecem suporte bélico e financeiro para os grupos paramilitares operantes em Congo, motivados por interesses geoeconômicos, participando dos escândalos da extração ilegal de recursos naturais e sua comercialização clandestina desde o antigo Zaire. Porém, tornaram-se foco de análise e combate graças à atuação ativa das missões de paz multinacionais em Congo-Kinshasa. (LEMOS, 2025).

As acusações congoleesas incluem o contrabando de recursos naturais, especialmente minerais, pelo M23/AFC para Ruanda e sua instrumentalização para impedir os opositores de Paul Kagame, como as FDLR, de replicarem o sucesso da RPF em 1994 (LIMA, 2024). Sendo legitimadas por observadores de organizações multilaterais, tais como a suspeita de aquisição de equipamentos militares pelo M23 via Ruanda e a presença de companhias regulares ruandesas, estimadas entre 3.000 a 4.000 militares, nas províncias de Kivu em 2025. As acusações de colaboração com o M23/AFC são negadas por Paul Kagame e representantes ruandeses (RFI, 2025).

Ao se pesquisar e cruzar fontes, podemos encontrar casos particulares como de Tony Goetz e sua mineradora aurífera, a African Gold Refinery (AGR), sentenciados na Bélgica e nos EUA pela comercialização ilícita de ouro extraído em minas ilegais ao leste da RDC (Reuters, 2020). O ouro era extraído por mineradores em trabalho forçado e contrabandeado pelas forças paramilitares congoleesas em intermédio com autoridades ugandesas, sendo ocultado em meio ao ouro extraído em Uganda e exportado pela AGR para o mercado externo (U.S Department of the Treasury, 2022).

Além do ouro, os *EV Metals* (metais raros) despertam a atenção do mercado internacional, pois há grandes jazidas de metais raros em RDC, vide o nióbio, o cobalto e o Coltan. Os metais raros, sobretudo o Coltan, são matérias-primas na produção de componentes para equipamentos eletrônicos, como semicondutores e supercondutores, fundamentais para a 4ª Revolução Industrial. A crescente demanda de empresas de base tecnológica (EBTs) por metais raros motivou a extração irregular e contrabando por grupos paramilitares congoleeses (LIMA, 2024).

Imagem 3 - Mapa das jazidas minerais na Rep. Democrática do Congo



Fonte: Nações Unidas

O M23 não se destacou por ser uma das milícias mais violentas ou com o maior efetivo, mas por seu sofisticado planejamento estratégico na ocupação de pontos vitais, como as minas de Coltan no Kivu do Norte, (LIMA, 2024). Em fevereiro de 2025, após as negociações entre o M23/AFC e o governo congolês, ambas as partes anunciaram um acordo de cessar-fogo por motivos humanitários (Agência Brasil, 2025). Contudo o cessar-fogo não foi respeitado a longo prazo e o M23 continua suas incursões nas regiões de Kivu, sem uma contraofensiva efetiva das FARDC ou da MONUSCO/FIB para restringir o alcance operacional do M23/AFC (IPIS, 2025).

O M23 não se destacou por ser uma das milícias mais violentas ou com o maior efetivo, mas por seu sofisticado planejamento estratégico na ocupação de pontos vitais, como as minas de Coltan no Kivu do Norte, (LIMA, 2024). Em fevereiro de 2025, após as negociações entre o M23/AFC e o governo congolês, ambas as partes anunciaram um acordo de cessar-fogo por motivos humanitários (Agência Brasil, 2025). Contudo o cessar-fogo não foi respeitado a longo prazo e o M23 continua suas incursões nas regiões de Kivu, sem uma contraofensiva efetiva das FARDC ou da MONUSCO/FIB para restringir o alcance operacional do M23/AFC (IPIS, 2025).

No dia 17 de setembro de 2025, diplomatas de Kinshasa e Kigali assinaram o acordo de paz entre as duas nações na Casa Branca. O que, para muitos, significaria o fim das hostilidades entre o M23 e o governo de Tshisekedi. Contudo, o acordo limita-se aos atritos diplomáticos entre a República de Ruanda e a República Democrática do Congo, enfatizando a reversão das sanções diplomáticas recíprocas lançadas nos últimos cinco anos (U.S Department of State, 2025). Entre os termos do acordo, apesar do compromisso de Ruanda em abster-se de atividades militares em território congolês e do Congo para a neutralização da FDLR, não há citação ao M23. Por fim, o porta-voz da AFC afirma que o M23 não cessará as ofensivas, pois o acordo de paz representa apenas os interesses de atores estatais (CNN, 2025).

Em uma escala internacional, os metais raros são cruciais para que as EBTs operem em alta performance. Nos EUA, em 2014, durante as campanhas contra M23, o presidente Barack Obama promulgou as “Obama Lei”. As *Obama Lei* proibiam a comercialização de metais raros entre empresas norte-americanas e mineradoras condenadas por envolvimento em atividades paramilitares ou outras violações ao Código Penal Internacional. E tornou-se alvo de críticas por corporações tecnológicas multinacionais, como Microsoft e Apple, devido ao aumento dos custos na importação legal de metais raros (TWP, 2014).

Com o desenrolar da corrida tecnológica e econômica entre os EUA e a China, houve alterações na política externa dos EUA. Em

2024, o presidente Joe Biden flexibilizou a jurisdição relativa à comercialização de metais raros e iniciou o financiamento para a construção da Linha Ferroviária de Lobito, com o intuito de ampliar o escoamento dos minérios extraído na RDC rumo aos portos de Angola (CNN, 2024). Podemos interpretar essa atuação ativa do *U.S Department of State* como a manutenção dos interesses econômicos dos EUA em África, em resposta ao fortalecimento dos diálogos Sul-Sul, por exemplo entre a China e a Rep. Democrática do Congo.

Retornando no tempo, outro exemplo das intenções econômicas dos EUA foram as medidas executivas de Donald Trump, em 2017 durante seu 1º mandato, para a diminuição das sanções jurídicas contra o bilionário israelense, Dan Gertler, sócio majoritário da Glencore (BBC, 2021). Em 2017, a mineradora Glencore foi condenada por condições de trabalho abusivas, estelionato e corrupção ativa. (CRG, 2019). Segundo o jornal BBC (2021), Gertler aliou-se politicamente ao, então, presidente Joseph Kabila, atuando como conselheiro e alegadamente enviando parcela da arrecadação da Glencore para Kabila. Já em 2024, seria a vez do presidente Joe Biden abrir novas concessões jurídicas para Gertler (NYT, 2024). Em todas as ações executivas objetivou-se minar a presença chinesa na exploração das jazidas minerais congoleesas ao reestabelecer Gertler e seus associados como atores regionais relevantes.

Em 2025, após a reeleição de Donald Trump, instituiu-se políticas econômicas de fomento a iniciativa tecnológica para as EBTs norte-americanas em resposta aos avanços tecnológicos chineses. O conselheiro estadunidense Massad Boulos esteve em Congo-Kinshasa em abril deste ano para a elaboração de acordos entre a RDC e os EUA para a exploração de metais raros no país (BBC, 2025). Todavia em março já havia uma proposta de Tshisekedi para um acordo de segurança com os EUA. Os marcos do acordo incluiriam privilégios econômicos como a exploração das jazidas de metais raros e a disponibilização de infraestruturas essenciais, como portos e bases militares, em Congo-Kinshasa para os EUA, em troca a longo prazo as Forças Armadas dos EUA assumiriam o papel da

MONUSCO/FIB como força auxiliar de segurança para a estabilização e defesa da RDC (Expansão, 2025).

Considerações finais

Evidencio nesse capítulo a importância da análise historiográfica, enquanto ferramenta científica, para o diálogo sobre a conjuntura política contemporânea da República Democrática do Congo. Para propiciar outras perspectivas sobre a crise humanitária na República Democrática do Congo, promovendo a reflexão acerca das redes de interesses e as relações de poder em escala local, regional e internacional. Assim, visando compreender a questão congoleza enquanto a sucessão de processos de ruptura e, então, conquista dos espaços, utilizando da metodologia cronológica para exemplificar o desenvolvimento de estruturas políticas e sociais entre o período colonial até a estruturação de um Estado fragilizado por constantes conflitos internos e externos. E, portanto, incluo a crise humanitária na atualidade como um componente no longo processo histórico na Bacia do Rio Congo.

As narrativas empregadas pelos atores políticos citados se tornam dúbias. Principalmente, em consequência aos interesses geoeconômicos expressos em tratados diplomáticos e pontuais auxílios humanitários com Kinshasa. Por exemplo, na corrida para o acesso das reservas minerais na Rep. Dem. do Congo, quando atores governamentais e não-estatais operam sob diversas denúncias para suprir a demanda de seus respectivos parceiros comerciais durante a 4ª Revolução Industrial. Bem quando as manobras diplomáticas, como sanções e acordos seletivos, se tornam mecanismos de negociação entre diversas autoridades políticas.

Na análise histórica de longa duração, as missões humanitárias internacionais, como a MONUSCO/FIB, não tiveram sucesso devido suas atuações apresentarem limitações doutrinárias em diferentes períodos e, por consequência, não apresentarem a capacidade de se adaptar em sua atuação na realidade específica dos congolezes, negando a soberania congoleza ao replicar os esforços para a inserção de instituições e doutrinas específicas das nações ocidentais. A vitória, em 2014, sobre o M23 permitiu que a

gestão Kabila relegasse as negociações com o grupo paramilitar, possibilitando novas narrativas políticas insurgentes. Portanto, o alinhamento da MONUSCO/FIB para defender a soberania de Kinshasa, por vezes displicentes diplomaticamente, tornou-se ferramenta para manutenção de ordem política vigente.

Concluo o capítulo propondo a reflexão sobre as ambiguidades diplomáticas e políticas na atual Rep. Democrática do Congo. Um diálogo sobre as interações entre o Estado e a população civil, incluindo o uso da violência por forças de segurança estatais e forças paramilitares insurgentes. Enfim, enfatizando as sutis contradições sociais expressas nos encontros entre “conquistadores” e “conquistados”, frutos das demandas econômicas estrangeiras em meio aos conflitos armados no Sul Global

Referências

BARBOSA, V. T. A República Democrática do Congo e os Conflitos na Região dos Grandes Lagos. **Neari.**, v.3, n.4, p. 1-15, 2017.

BORDALO, I. C. **RDC “oferece” bases militares e minerais em troca de segurança.** In: Expansão, 21/03/2025. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/mundo/africa/detalhe/rdc-oferece-bases-militares-eminerais-em-troca-de-seguranca-64589.html>. Acesso em: 03/10/2025.

CLEIDE, E.; CANTO, I. República Democrática do Congo. **Observatório de Crises Internacionais.**, 2022. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/02/07/republicademocratica-do-congo/#:~:text=Atrocidades%20cometidas,5%20milh%C3%B5es%20de%20desloca dos%20internos>. Acesso em: 04/10/2025.

COUTO, A. C. T. Colonização centro-africana e seus desdobramentos: o genocídio de Ruanda. **XX Encontro Regional de História - História em tempos de crise**, 2016.

CRUZ, M. F. **Entre as operações de manutenção da paz e a democracia: a atuação da MONUC na República Democrática do Congo (1999-2010).** (Tese) Conclusão de Curso Relações Internacionais - Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, 2025.

DUARTE, G. R.; CARVALHO, L. Operações de estabilização e prolongamento dos conflitos armados: estudo de caso do retorno do M23 na República Democrática do Congo. **Araucaria.**, v. 26, n. 55, p. 227-250, 2024.

ENENDU, C. **US envoy says he's working on DR Congo minerals deal.** In: BBC, 04/04/2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cp34140qkwoo>. Acesso em: 03/10/2025.

GOUVÊA, C. B.; BRANCO, P, H. B.; SILVA, E. V. Os Conflitos na República Democrática Do Congo (1960-2007). **Tensões Mundiais.**, v. 19, n. 41, p. 105-133, 2023.

GULART, D. D. A segurança da RD Congo e o seu papel para a defesa do Brasil. **Revista Foco.**, v.16, n.5, p.01-16, 2023.

IPIS. **M23's territorial advances in June – A long path to peace: Renewed efforts to resolve the M23 conflict in Eastern Congo.** In: IPIS, 18/07/2025. Disponível em: <https://ipisresearch.be/publication/m23s-territorial-advances-in-june-a-long-path-to-peace-renewed-efforts-to-resolve-the-m23-conflict-in-eastern-congo/>. Acesso em: 03/10/2025.

Joint Statement on the Second Meeting of the Joint Security Coordination Mechanism for the Peace Agreement between the Democratic Republic of the Congo and the Republic of Rwanda. (Comunicado de imprensa) U.S Department of State, 24/09/2025. Disponível em: <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/09/joint-statement-on-the-second-meeting-of-the-joint-securitycoordination-mechanism-for-the-peace->

agreement-between-the-democratic-republic-of-the-congo-and-the-republic-of-rwanda/. Acesso em: 03/10/2025.

LEMOS, M. F. M. **A Proteção de Civis na República Democrática do Congo: uma análise da efetividade da MONUSCO a partir da Responsabilidade de Proteger (2010-2024)**. (Tese) Conclusão de Curso Relações Internacionais - Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, 2025.

LIMA, I. M. F. A Guerra do Leste da República Democrática do Congo: Cidadania, Coltan e Geopolítica da Região dos Grandes Lagos. **Afros & Amazônicos**, v. 2, n. 8, p. 73-87, 2024.

LIMPTON, E. **Seeking Access to Congo's Metals, White House Aims to Ease Sanctions**. In: The New York Times, 16/05/2024. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/05/16/us/politics/congo-cobalt-us-sanctions.html>. Acesso em: 04/10/2025.

MILANI, M. C. **Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1906)**. (Dissertação) Mestrado em História Econômica - Universidade de São Paulo, Brasil, 2011.

PRINCEWILL, N. **EUA mediam acordo de paz entre Ruanda e RD Congo, mas trégua é incerta**. In: CNN, 27/06/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-mediam-acordo-de-paz-entre-ruanda-e-rd-congo-mas-tregua-e-incerta/>. Acesso em: 03/10/2025.

QUIRINO, C. **República Democrática do Congo: grupo anuncia cessar-fogo humanitário**. In: Agência Brasil, 04/02/2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-02/republica-democratica-do-congo-grupo-anuncia-cessar-fogo-humanitario>. Acesso em: 03/10/2025.

RAGHAVAN, S. **How a well-intentioned U.S. law left Congolese miners jobless**. In: The Washington Post, 30/11/2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/africa/how-a-well->

intentioned-us-law-leftcongolese-miners-jobless/2014/11/30/14b5924e-69d3-11e4-9fb4a622dae742a2_story.html. Acesso em: 03/10/2025.

REUTERS. **Biden faz viagem à África enquanto EUA tentam conter a influência da China.** In: CNN, 01/12/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/biden-faz-viagem-a-africa-enquanto-eua-tentam-conter-influencia-da-china/>. Acesso em 03/10/2025.

REUTERS. **Court convicts Belgian gold refinery Tony Goetz of money laundering.** In: Reuters, 06/02/2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/court-convicts-belgian-gold-refinery-tony-goetzof-money-laundering-idUSKBN1ZZ2JW/>. Acesso em: 03/10/2025.

REUTERS. **M23 rebels threaten to advance on Bukavu as fighting flares.** In: Reuters, 11/02/2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/congosbukavu-under-threat-m23-rebels-warn-intervention-2025-02-11/>. Acesso em: 03/10/2025.

RFI. **Conflitos se alastram na República Democrática do Congo e avançam em direção à fronteira com Ruanda.** In: RFI, 29/01/2025. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20250129-conflitos-se-alastram-na-rep%C3%BAblicademocr%C3%A1tica-do-congo-e-avan%C3%A7am-em-dire%C3%A7%C3%A3o%C3%A0-fronteira-com-ruanda>. Acesso em: 03/05/2025.

SILVA, N. D.; MENEZES, E. L. MONUSCO e a sociedade civil congoleza: uma crítica pós-colonial ao conceito liberal de construção de paz. **Conjuntura Austral.**, v. 11, n. 66, p. 15-28, 2023.

SOUZA, G. C. MONUSCO: a atuação brasileira em operações de paz robustas. **Brasiliiana.**, v. 3, n.2, p. 169-196, 2015.

Treasury Sanctions Alain Goetz and a Network of Companies Involved in the Illicit Gold Trade. (Comunicado de imprensa) U.S Department of Treasury, 17/03/2022. Disponível em:

<https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0664>. Acesso em: 03/10/2025.

UN News. **Agência diz que “trajetória sombria” na RD Congo se tornou crise esquecida.**¹ In: UN News, 22/05/2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/05/1848636>. Acesso em: 04/10/2025.

UN News. **RD Congo tem quantidade recorde de pessoas em insegurança alimentar aguda.**² In: UN News, 27/03/2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/03/1846731>. Acesso em: 04/10/2025.

UNIRIC. **A crise esquecida do República Democrática do Congo.** In: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unric.org/pt/a-crise-esquecida-do-republicademocratica-do-congo/>. Acesso em: 03/10/2025.

WILD, F. **Dan Gertler – the man at the centre of DR Congo corruption allegations.** In: BBC, 22/03/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/worldafrica-56444576>. Acesso em: 03/10/2025.

WOUDENBERG, A. V. **DR Congo: the forgotten victims of Dan Gertler’s Corruption.** In: Congo Research Group, 16/09/2019. Disponível em: <https://www.congoresearchgroup.org/en/2019/09/16/dr-congo-the-forgotten-victimsof-dan-gertlers-corruption/>. Acesso em: 03/10/2025.

Nigéria: Do Legado Colonial à Busca por Protagonismo no Século XXI

Bruno Aguilera¹

Marcelo José Florindo Filho²

Prólogo

A Nigéria, frequentemente designada como o "Gigante da África", constitui uma nação de superlativos e paradoxos. É o país mais populoso do continente, com uma população estimada em mais de 232 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de que o posiciona entre as maiores economias africanas (World Bank, 2024). Contudo, sua trajetória desde a independência em 1960 tem sido marcada por uma instabilidade política crônica, conflitos étnico-religiosos, corrupção e uma complexa dependência econômica do petróleo. O artigo detalha como a maioria desses desafios contemporâneos reflete diretamente o legado colonial britânico, que impôs fronteiras artificiais e uma estrutura administrativa que, em vez de forjar uma identidade nacional unificada, exacerbou as divisões regionais.

Apesar dessas profundas fragilidades estruturais, a Nigéria jamais abdicou de sua vocação para o protagonismo. Ao longo de sua trajetória, notadamente após a Guerra de Biafra e o fortalecimento da economia do petróleo, o país firmou-se como liderança natural na África Ocidental e ator relevante nas dinâmicas do continente. Essa dualidade — um Estado que se esforça para

¹ Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Humanas – FACH, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional – GEPI/UFMS. E-mail: bruno.aguilera@ufms.br

² É graduando do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail: marcelo.florindo@ufms.br.

superar suas fraturas internas ao mesmo tempo que projeta poder e liderança externamente — é a chave para a compreensão da Nigéria moderna.

Ademais, é igualmente importante compreender os desdobramentos culturais e sociais que levaram a Nigéria a ser o país que é hoje, e como determinados aspectos a influenciaram, manifestando-se em distintos tipos de relações internacionais.

Nigéria: Entre o Legado Colonial e a Busca por Protagonismo Regional

A Nigéria ocupa um território de 923.768 km² no Golfo da Guiné, fazendo fronteira com Benim (773 km) a oeste, Níger (1.497 km) ao norte, Chade (87 km) a nordeste e Camarões (1.690 km) a sudeste (OLIVEIRA, 2012). A geografia da Nigéria é marcada por uma extensa rede hidrográfica, na qual se destacam os rios Níger e seu principal afluente, o Benue. O Níger, considerado o rio mais importante da África Ocidental, entra no território nigeriano após percorrer a Guiné, Mali, Níger e Benin. O rio Benue, por sua vez, nasce no norte dos Camarões e encontra-se com o Níger na cidade de Lokoja, na região central do país. Desse ponto, fluem juntos para o sul, formando o Delta do Níger antes de desaguar no Oceano Atlântico (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

Essa complexa hidrografia atravessa um relevo imensamente diverso, que abrange desde florestas tropicais e pântanos de mangue no sul, passando pelas savanas do Middle Belt, até as zonas semiáridas do Sahel no extremo norte (OLIVEIRA, 2012, p. 14). Tal diversidade de paisagens se reflete em sua população, composta por mais de 250 grupos etnolinguísticos distintos (FALOLA; HEATON, 2008, p. 4). Três etnias são majoritárias e historicamente dominaram o cenário político do país: os hauçá-fulani no norte (aproximadamente 29% da população), os iorubás no sudoeste (21%) e os igbos no sudeste (18%) (OLIVEIRA, 2012, p. 14).

A população nigeriana é composta por mais de 250 grupos étnicos diferentes, que se dividem em quatro grandes grupos: os Hausa e os Fulani, predominantes no Norte e majoritariamente muçulmanos,

que representam aproximadamente 29% da população; os lorubas, no Sudoeste, que se dividem entre praticantes da religião tradicional loruba, cristãos e muçulmanos, constituindo 21% da população; e os Igbos, no Sudeste, predominantemente cristãos, representam cerca de 18% da população (Oliveira, 2012, p.14)

Economicamente, a Nigéria passou por uma transformação radical. Antes da hegemonia do petróleo, a agricultura era a base da economia, sendo responsável por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) na época da independência. A produção focava principalmente na exportação de cacau, óleo de palma e amendoim (OLIVEIRA, 2012, p. 40). A partir da década de 1970, o boom dos preços do petróleo — impulsionado pela crise de 1973 e pela adesão da Nigéria à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1971 — alterou drasticamente essa estrutura (OLIVEIRA, 2012, p. 48). O país se tornou um "Estado-rentista", no qual a receita governamental passou a depender majoritariamente das rendas pagas por corporações multinacionais pela extração petrolífera. Essa riqueza mineral é a base de seu potencial geopolítico, mas também a principal fonte de seus conflitos. A competição acirrada pelo controle e distribuição dos recursos petrolíferos alimenta o clientelismo, a corrupção e os movimentos armados, como o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND). Tais movimentos surgiram em resposta à degradação ambiental e à percepção de marginalização econômica na região produtora.

Para compreender plenamente essas tensões, é preciso retomar as origens do Estado-nacional nigeriano e a forma como ele foi estruturado durante o período colonial. A Nigéria moderna é uma criação colonial. O marco de sua formação foi a unificação dos Protetorados do Norte e do Sul finalizado 1914, uma decisão tomada pela administração britânica de Frederick Lugard por razões de conveniência administrativa e econômica (Oliveira, 2012, p. 26). Essa fusão uniu à força mais de 250 etnias com histórias, culturas, religiões e sistemas políticos distintos, que nunca haviam compartilhado uma unidade política. Foi criado um Estado, mas não uma nação (Oliveira, 2012, p. 15). Essa decisão arbitrária está na raiz da maioria dos conflitos que se seguiram.

Para governar esse vasto território, os britânicos implementaram o sistema de "governo indireto", que consistia em administrar através das estruturas de poder locais existentes (Fafola, Heaton 2008, p. 110). No entanto, essa política foi aplicada de maneiras drasticamente diferentes, com consequências profundas.

Durante esse período, a administração colonial britânica utilizou o conceito de "governo indireto" – governo por meio de reis e chefes tradicionais – para governar áreas locais em cada um dos protetorados britânicos. Originalmente, o “governo indireto” operava de forma diferente em diferentes regiões, determinado em grande parte pela perspectiva administrativa das autoridades britânicas em cada protetorado e pela diversidade de instituições políticas indígenas em todos os protetorados. Após a fusão dos territórios nigerianos em 1914, no entanto, a estrutura específica de governo indireto desenvolvida por Frederick Lugard no Protetorado do Norte da Nigéria foi estendida a toda a recém-unificada Nigéria. O “governo indireto” alegava respeitar as instituições políticas tradicionais e promover a continuidade entre os regimes indígena e colonial, mas, na prática, o governo indireto alienava as autoridades tradicionais de suas populações subjugadas por meio de sua associação com o regime colonial (Fafola, Heaton 2008, p. 110, tradução nossa).

A aplicação do conceito de "governo indireto" ("Indirect Rule") gerou desenvolvimentos regionais opostos na Nigéria.

No Norte, de maioria muçulmana e com uma estrutura política já centralizada sob os Emirados do Califado de Sokoto, os britânicos simplesmente cooptaram os emires. Dessa forma, preservaram sua autoridade e a estrutura social conservadora, ao mesmo tempo que restringiram o acesso à educação ocidental e às missões cristãs (OLIVEIRA, 2012, p. 24-26).

Em contraste, no Sul, especialmente no sudeste Igbo, onde as sociedades eram descentralizadas e careciam de uma liderança única, os britânicos criaram artificialmente os "chefes de mandado" (warrant chiefs). Esses indivíduos recebiam autoridade do poder colonial, mas não possuíam legitimidade tradicional, o que gerou ressentimento e instabilidade (FALOLA; HEATON, 2008).

Essa aplicação desigual do *Indirect Rule* resultou em desenvolvimentos distintos: o Sul teve um acesso maior e mais rápido à educação ocidental e aos serviços sociais, enquanto o Norte permaneceu mais isolado. Em vez de promover a integração, a política britânica solidificou as identidades regionais, estabelecendo uma rivalidade estrutural entre um norte muçulmano e um sul predominantemente cristão e mais ocidentalizado (FALOLA; HEATON, 2008). Essa aplicação desigual do *Indirect Rule* resultou em desenvolvimentos regionais distintos: o Sul obteve acesso maior e mais rápido à educação ocidental e aos serviços sociais, enquanto o Norte permaneceu mais isolado.

Em vez de promover a integração, a política britânica solidificou as identidades regionais, estabelecendo uma rivalidade estrutural entre um norte muçulmano e um sul predominantemente cristão e mais ocidentalizado (FALOLA; HEATON, 2008). Essa divisão, forjada durante décadas de administração colonial, tornou-se a base sobre a qual as frágeis estruturas políticas da Nigéria independente seriam construídas. O processo de descolonização, em vez de mitigar, institucionalizou essas fraturas. A Constituição Richards de 1946 dividiu formalmente a Nigéria em três grandes regiões (Norte, Leste e Oeste), e a Constituição Lyttleton de 1954 estabeleceu um sistema federal onde o poder regional era extremamente forte (Oliveira, 2012, p. 33-35). Cada região era dominada por um dos três maiores grupos étnicos e seus respectivos partidos políticos: o Congresso dos Povos do Norte (NPC) dos hauçá-fulani, o Grupo de Ação (AG) dos iorubás e o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões (NCNC) dos igbos. O acesso ao poder federal passou a depender do domínio político regional, transformando a política nacional em uma competição de soma zero entre blocos étnico-regionais. A Nigéria se tornou independente, em 1º de outubro de 1960, como um Estado com profundas desconfianças e um medo paralisante de "dominação" de uma região sobre as outras (Fafola; Heaton, 2008).

A Primeira República (1960-1966) foi o palco onde essas tensões se manifestaram violentamente. A política foi marcada por uma intensa competição, corrupção e eleições fraudulentas em

1964 e 1965, refletindo as disputas étnico-regionais. O medo da "dominação" do Norte, que detinha a maioria populacional e o controle do governo federal através do NPC, liderado pelo Primeiro-Ministro Tafawa Balewa, levou a uma crise generalizada (Fafola; Heaton, 2008, 164-171). Em janeiro de 1966, um grupo de jovens oficiais do exército, em sua maioria da etnia Igbo, liderou o primeiro golpe militar do país. O golpe resultou no assassinato de figuras-chave do Norte e do Oeste, incluindo Balewa e o premiê do Norte, Ahmadu Bello.

Nas primeiras horas de 15 de janeiro de 1966, o primeiro golpe militar da Nigéria começou. O golpe foi liderado pelos "cinco maiores", como Kaduna Nzeogwu, E. Ifeajuna, D. Okafor, C. I. Anuforo e A. Ademoyega foram posteriormente apelidados, e operavam a partir de cada uma das três regiões da Nigéria e de Lagos. Os líderes do golpe alegaram que seu objetivo era pôr fim ao tribalismo e à corrupção que caracterizaram a Primeira República. No processo, os maiores prenderam todos os primeiros-ministros regionais e mataram o primeiro-ministro federal Tafawa Balewa, o primeiro-ministro S. L. Akintola, da Região Ocidental, e o primeiro-ministro Ahmadu Bello, da Região Norte, que, segundo os jovens oficiais militares, eram responsáveis pelo caos de 1964 e 1965. Muitos oficiais militares do norte também foram mortos no golpe. Apesar dos muitos assassinatos de alto perfil cometidos pelos cinco principais líderes, o golpe não foi um sucesso completo.²⁵ De fato, permanece incerto qual, se é que havia algum, plano dos líderes do golpe para governar o país após a remoção da liderança civil. No entanto, com tantas das figuras políticas mais poderosas da Nigéria mortas ou presas, o país foi lançado em mais uma grande crise política (Fafola; Heaton, 2008, 172)

O golpe foi amplamente percebido no Norte como uma conspiração igbo para tomar o poder. A reação foi um contragolpe sangrento em 29 de julho de 1966, liderado por oficiais nortistas, que levou ao poder o tenente-coronel Yakubu Gowon. Este evento foi seguido por massacres de civis igbos que viviam no Norte, forçando um êxodo massivo de sobreviventes de volta à sua região de origem no sudeste e tornando a reconciliação quase impossível (Oliveira, 2012, p. 44).

Diante desse cenário de perseguição, a Guerra Civil de Biafra foi a consequência mais trágica da frágil construção do Estado nigeriano. Sentindo que seu povo não tinha mais segurança dentro da federação, o governador militar da Região Leste, Tenente-Coronel Odumegwu Ojukwu, declarou a independência da República de Biafra em 30 de maio de 1967 (Oliveira, 2012, p. 44-45). O governo federal de Gowon recusou-se a aceitar a secessão por três razões principais:

O governo de Gowon não aceitava a independência da região Leste por três motivos principais: primeiramente, porque acreditava na viabilidade de uma unidade nigeriana, estando disposto a lutar para preservá-la; em segundo lugar, porque aceitar a secessão de Biafra seria criar precedentes para a secessão de quaisquer outros grupos minoritários que fizessem parte da federação; e, por fim, porque o território reivindicado por Biafra englobava quase 70% das reservas de petróleo do país, o que significaria, caso a secessão fosse atingida, acabar com uma importante fonte de arrecadação para o governo militar federal e para a maioria da população (Fafola; Heaton, 2008 apud Oliveira, 2012, p. 45).

Enquanto o governo federal enxergava o conflito como uma "ação policial" de curta duração, para os secessionistas tratava-se de uma guerra pela sobrevivência contra um suposto genocídio do povo Igbo (Oliveira, 2012, p. 45). Essa percepção foi reforçada pelas táticas de Gowon, que visavam isolar e empobrecer o território de Biafra para abreviar o conflito, através de medidas como a criação de doze novos estados para enfraquecer o apoio interno a Biafra, a imposição de um bloqueio militar e costeiro que impedia a entrada de alimentos e a mudança da moeda nigeriana em 1968, que gerou fome e inflação generalizadas (Oliveira, 2012, p. 46).

Essa fome foi usada pela liderança de Biafra para denunciar um genocídio e conquistar apoio internacional, que se mostrou dividido. França e Portugal tornaram-se fornecedores de suprimentos para Biafra, enquanto nações africanas como Tanzânia, Gabão e Costa do Marfim chegaram a reconhecer formalmente sua independência (Oliveira, 2012, p. 47). Em contrapartida, a Organização da Unidade Africana (OUA) considerou o conflito um

assunto interno. O governo federal nigeriano, após receber um apoio "bastante hesitante" do Reino Unido e ver os EUA se manterem afastados, garantiu o suporte decisivo da União Soviética, que se tornou sua maior fornecedora de armamentos (Oliveira, 2012, p. 47). Prolongado por esse complexo cenário internacional, o conflito terminou em janeiro de 1970 com a rendição de Biafra, preservando a unidade nigeriana.

Após a guerra, o programa de "Reconciliação, reabilitação e reconstrução" do governo Gowon coincidiu com o boom do petróleo na década de 1970, que transformou a Nigéria em umas das nações mais ricas da África (Oliveira, 2012). Essa riqueza, no entanto, em vez de garantir o desenvolvimento sustentável, consolidou um "Estado-rentista" sob sucessivos regimes militares (Gowon, e depois Mohammed/Obasanjo), no qual o controle da receita governamental passou a ser a principal fonte de poder e corrupção (Oliveira, 2012). Esse novo paradigma econômico marcou as décadas seguintes, atravessando a breve e corrupta Segunda República (1979-1983) e um longo e repressivo período de ditaduras militares (1983-1999) sob os generais Buhari, Babangida e Abacha (Oliveira, 2012). Durante essa era, a crise da dívida, a implementação do doloroso Programa de Ajuste Estrutural (PAE) e a anulação das eleições de 1993 aprofundaram a desconfiança nas instituições estatais e transformaram a Nigéria em um pária internacional (Oliveira, 2012). Foi nesse contexto de instabilidade e de uma economia dependente do petróleo que a estrutura federativa do país continuou a ser redesenhada.

Após a guerra, uma das estratégias para mitigar o problema da dominação étnica foi a criação de mais estados, fragmentando as antigas regiões. O país passou de 3 regiões para 12 estados em 1967, depois para 19 em 1976, e finalmente para os atuais 36 estados em 1996 (Oliveira, 2012, p. 52-65). A intenção era conceder autonomia a grupos minoritários e diluir o poder dos três grandes blocos. Na prática, no entanto, a criação de mais estados intensificou a competição pelos recursos do petróleo, que são coletados pelo governo federal e distribuídos entre os estados. O federalismo nigeriano tornou-se, assim, um campo de batalha político pelo

acesso às rendas do petróleo. Para consolidar essa unidade e gerir as tensões étnicas que levaram à guerra, a estrutura federativa do país foi profundamente alterada.

A Nigéria retornou ao regime democrático em 1999, com a eleição de Olusegun Obasanjo, um ex-líder militar, inaugurando a Quarta República (Oliveira, 2012, p.66). Este período tem sido marcado pela dominância de grandes partidos, como o Partido Democrático Popular (PDP), que frequentemente operam como coalizões de elites regionais competindo pelo controle do aparato estatal (Falola; Heaton, 2008). A dependência do petróleo consolidou um sistema de clientelismo e corrupção sistêmica, frequentemente descrito como "cleptocracia". A riqueza petrolífera permite que as elites governem sem depender de uma base tributária ampla, reduzindo sua prestação de contas à população e usando os recursos para garantir lealdade política e enriquecimento pessoal (Falola e Heaton, 2008).

Apesar de um cenário interno de constantes desafios, a Nigéria consistentemente se afirmou como uma potência regional. Paradoxalmente, foi a própria experiência da Guerra de Biafra, somada à explosão da riqueza do petróleo na "Década de Ouro" (1970-1979), que forjou os pilares de uma política externa mais ativista, tendo a África como seu foco principal. A percepção de que a instabilidade externa era uma ameaça direta e a recém-adquirida capacidade financeira convenceram as elites nigerianas de que o país tinha um papel de liderança a desempenhar na África Ocidental e no continente (Oliveira, 2012).

Essa busca por protagonismo materializou-se de forma concreta. Impulsionada pelos lucros do petróleo, a Nigéria adotou uma postura firme na luta contra os regimes de minoria branca na África Austral, fornecendo apoio financeiro e material a movimentos de libertação, como o MPLA em Angola, e liderando boicotes a eventos desportivos internacionais em protesto contra o apartheid (Oliveira, 2012, p. 51-52). Num dos seus atos mais audaciosos, o governo de Olusegun Obasanjo nacionalizou os ativos da British Petroleum (BP) em 1979 para pressionar o Reino Unido a não

reconhecer o regime racista da Rodésia (atual Zimbabué) (Oliveira, 2012, p. 53).

Essa política externa ambiciosa foi formalizada na década de 1980 através da doutrina dos "quatro círculos concêntricos", que passou a nortear a sua atuação internacional (Oliveira, 2012, p. 71).

- Primeiro Círculo: A Vizinhança Imediata: A prioridade máxima é a segurança e estabilidade dos seus vizinhos diretos (Chade, Camarões, Níger e Benim). As relações com o Chade e Camarões foram historicamente tensas, marcadas por disputas fronteiriças como a da península de Bakassi. Com o Níger e o Benim, no entanto, a Nigéria cultivou laços mais próximos, baseados em cooperação econômica e fornecimento de subsídios (Oliveira, 2012, p. 72-74).
- Segundo Círculo: A Liderança na África Ocidental: Este círculo manifesta-se através da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada em 1975 por iniciativa nigeriana para promover a integração econômica e servir de contrapeso à influência francesa na região. De forma ainda mais assertiva, através do braço militar da CEDEAO, o ECOMOG, a Nigéria liderou e arcou com a maior parte dos custos das missões de paz nas brutais guerras civis da Libéria e de Serra Leoa nos anos 1990 (Oliveira, 2012, p. 82).
- Terceiro Círculo: O Protagonismo Continental: A Nigéria sempre foi uma voz ativa na Organização da Unidade Africana (OUA) e na sua sucessora, a União Africana (UA). O país teve um papel fundamental na criação da OUA em 1963 e, mais tarde, foi um dos idealizadores da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) em 2001, juntamente com a África do Sul (Oliveira, 2012, p. 83, 86).
- Quarto Círculo: Relações com as Potências Globais: Este círculo abrange as relações com atores não-africanos. Historicamente, a Nigéria manteve relações complexas com as potências ocidentais, especialmente com a França, vista como uma rival na região. As relações com o Reino Unido e os EUA oscilaram entre a cooperação e a tensão, especialmente em temas como o apartheid e os regimes

militares. A partir dos anos 2000, a China emergiu como um parceiro estratégico fundamental, principalmente através de uma política de "petróleo por infraestrutura" (Oliveira, 2012, p. 94-96).

Contudo, a capacidade de projeção nigeriana sofreu um forte abalo. A queda nos preços do petróleo na década de 1980 mergulhou o país numa severa crise econômica, aprofundada pela implementação do Programa de Ajuste Estrutural (PAE). Esse declínio foi acompanhado por um longo período de ditaduras militares, que atingiu o seu auge com a anulação das eleições de 1993 e o regime repressivo de Sani Abacha (1993-1998) (Oliveira, 2012, p. 54, 63). Foi apenas com o regresso à democracia em 1999 que a Nigéria começou a reconstruir a sua imagem e a reafirmar o seu papel de liderança.

A estrutura do "Estado-rentista", consolidada na Quarta República, não apenas perpetuou a corrupção, mas também aprofundou uma série de crises de segurança que desafiam a soberania do Estado nigeriano no século XXI. Longe de serem problemas isolados, estes conflitos são a manifestação contemporânea das fraturas históricas, étnicas, religiosas e económicas, que o país herdou e que a competição pelos recursos do petróleo continua a alimentar.

A estes desafios somam-se as persistentes tensões étnico-religiosas, que se manifestam de forma violenta, especialmente no "Middle Belt" (Cinturão Médio) do país, como visto nos conflitos no estado de Plateau durante o governo Yar'Adua (Oliveira, 2012, p. 69). No nordeste, a insurgência do grupo jihadista Boko Haram criou uma das mais graves crises humanitárias do continente, sendo responsável por diversos atentados que expuseram a fragilidade das forças armadas nigerianas (Oliveira, 2012). Simultaneamente, no Delta do Níger, a fonte da riqueza do país, a competição pelos recursos petrolíferos alimenta movimentos armados que respondem à degradação ambiental e à marginalização econômica com violência (Falola; Heaton, 2008, p. 231). Grupos como o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND) realizam

ataques a companhias petrolíferas e sequestram funcionários como forma de pressionar o governo (Oliveira, 2012).

A partir de 2012, a Nigéria entrou em uma fase de crescente instabilidade. A insurgência do Boko Haram no nordeste atingiu seu auge com o sequestro das 276 estudantes de Chibok em 2014, evento amplamente noticiado e que gerou repercussão internacional (Folha de S. Paulo, 2014). A insatisfação com a insegurança e a corrupção no governo do Partido Democrático Popular (PDP) culminou na eleição de 2015, que marcou a primeira transição pacífica de poder para um partido de oposição, com a vitória de Muhammadu Buhari (Jovem Pan, 2015).

O governo Buhari (2015-2023) enfrentou uma recessão econômica em 2016, causada pela queda nos preços do petróleo e pela fragilidade das contas externas (El Khatib, 2020). Além disso, houve uma escalada de novos conflitos, como o banditismo em larga escala no noroeste, que se tornou uma ameaça crescente à segurança nacional (Okoli, 2019).

Esse período também foi marcado por grandes mobilizações sociais, como os protestos do #EndSARS em 2020 contra a brutalidade policial, que revelaram as profundas tensões entre o Estado e a juventude (Esquerda diário, 2020). É a partir do legado deste período conturbado que os desafios atuais da Nigéria devem ser compreendidos. É neste cenário, também, de profundas fraturas sociais e securitárias que emergem fenômenos culturais que, paradoxalmente, oferecem um senso de unidade nacional.

O futebol e a influência na cultura desde a Nigéria colonial

Quando falamos da Nigéria, estamos falando de um espaço de terra que, antes de ser um lugar unificado, foi um local onde havia mais um reino africano, que passa a ser controlado pela Royal Niger Company, uma empresa britânica que surgiu no século XIX. Isso significa que a origem acabou se misturando e que, talvez, os moradores do local tenham perdido parte de sua identidade no caminho da formação de sua identidade enquanto país (Nigéria).

O futebol foi introduzido e acabou se tornando uma grande referência cultural nigeriana. Alguns estudiosos defendem a ideia de que o futebol foi introduzido durante a era colonial na Nigéria, primeiramente por parte dos próprios soldados vindos de fora do país, que jogavam futebol, e que assim essa cultura foi, aos poucos, sendo implementada no país. As missões europeias em prol da colonização trouxeram a troca de contato entre os povos, o que é comum de se esperar. Mas, mais que isso, a possibilidade dessa troca cultural aconteceu, principalmente, porque os colonos dividiam suas vidas com os colonizados.

Tendo isso em vista, devemos entender o motivo do futebol ter ganho popularidade nesse local em específico. Isso poderia ter acontecido com qualquer esporte – a popularização do mesmo em um local –, todavia, o importante aqui não é o esporte em específico, mas sua causa no local e nas pessoas desse país. O futebol foi um divisor de águas para a cultura da Nigéria, pois foi uma das poucas coisas que não levava as pessoas a discutirem sobre a pauta racial, que durante o período colonial, era uma pauta enviesada e (claramente) racista. Isso ocorreu porque o futebol era uma das únicas atividades que gerava paz entre aqueles que jogavam o jogo durante a partida. Os colonos enfrentaram alguns problemas de saúde que viriam a se tornar ainda mais uma causa de segregação social entre colonos e moradores locais – brancos e negros. Mas o futebol mudou esse ponto de vista.

O futebol tornou-se um ponto de contato direto entre culturas e povos diferentes:

According to him, the friendship created by the football matches later spread to their parents and subsequently contributed to the end of crises ravaging the communities. According to him, such Europeans as Fr. Welsh of St. Columba's Parish (the first Roman Catholic Church in the region) organized football games where youths of these communities played. Some of these matches were staged between the students of Agbaghara Nsu and Umualumaku as a team against the staff of Holy Rosary Grammar School, Umuakagu and Europeans on the opposing team. (Anyanwu, Timothy Chibuikwe; Ani, Kelechi Johnmary 2023, p. 197).

No âmbito internacional, a emigração dos povos do continente africano também aconteceu por via do futebol, já que o colonialismo acabou exercendo uma forte função nesse sentido. Por exemplo, no caso de Portugal, os jogadores de suas respectivas colônias eram considerados “assimilados”, portanto, tinham a garantia de que receberiam a cidadania portuguesa. Nesse contexto, os jogadores não eram escravizados e nem obrigados a exercer sua função no esporte em outros países, caso não quisessem. É justamente nesse sentido que o futebol pôde ser visto (e começou a ser estudado) como um vínculo entre colonizador e colonizado, já que, apesar de ainda assim ser uma relação que acontece de maneira vertical, a aceitação do povo africano em relação ao contexto em que estavam sendo inseridos, isto é, dentro de culturas distintas e que, algumas vezes, até mesmo fazia com que tivessem uma perspectiva mais ampla, era necessária. Tudo isso a partir do exercício do esporte.

Essa questão do futebol perpassa o imaginário do povo nigeriano até os dias de hoje, onde há o sonho por parte de muitos garotos no que toca a vida profissional de um jogador de futebol. Mas, para além disso, no sentido social, a capacidade de ascensão social por meio do futebol é uma possibilidade vista com bons olhos por parte da população nigeriana, isto é, uma forma de garantir a segurança e o futuro de seus adolescentes por meio do esporte, já que nessa perspectiva eles estariam longe de conflitos armados e, principalmente, da pobreza. A cultura do futebol na Nigéria é um fator de união.

Tendo isso em vista, podemos ver o futebol como um fator de união para os jovens e, além do recreativo, pode ser visto como uma atividade realmente significativa no âmbito cultural, pois existe uma união ideológica através da representação dessa cultura e da participação dos jovens nela. Isso significa que o futebol, de certa maneira, desde o período colonial, conseguiu se configurar em um instrumento de união do povo nigeriano.

É importante compreendermos que, independente de tensões e complicações no que diz respeito a diferentes pontos de

vista entre colonizadores e colonizados, a cultura do futebol fez com que tenha existido uma troca equivalente de contato, sem a presença (ao menos o tempo inteiro) de tensões raciais entre ambos. O que também nos leva à outra conclusão inevitável e, talvez a mais importante deste tópico: o povo nigeriano desenvolveu a cultura deste esporte (futebol) através do contato direto com seus colonizadores; e do seu protagonismo no que diz respeito à sua história. Ou seja, cabe aqui a compreensão do protagonismo nigeriano na criação de uma cultura unificadora por meio do contato direto entre colonizados e colonizadores.

Por fim, podemos concluir algumas reflexões importantes sobre o futebol na Nigéria enquanto agente cultural. O futebol foi e continua sendo um dos elementos primordiais para a formação de uma identidade nacional que se traduz a partir do contato entre a juventude nigeriana, e que além disso, foi um instrumento importante para estabelecer um diálogo entre os colonizadores e os colonizados.

A relação entre a Nigéria e o Brasil

Ao abordar o continente africano, a ideia inicial que surge em nosso imaginário é, frequentemente, reducionista em comparação à complexidade intrínseca do continente. Esse problema se intensifica ao isolarmos um país africano, pois geralmente não se lidam com as especificidades dessas nações, tampouco com suas representações para o povo brasileiro, dada a relevância da diáspora africana. Neste tópico, buscaremos compreender a relação entre o Brasil e a Nigéria de maneira específica e empírica, evitando os reducionismos e misticismos oriundos do imaginário eurocentrista.

A relação diplomática entre Brasil e Nigéria iniciou-se em 1961. Contudo, o intercâmbio econômico efetivo consolidou-se apenas por volta da década de 1970, sob o governo Geisel. O Itamaraty foi um instrumento crucial para o investimento nesse mercado bilateral e para o fortalecimento da relação entre os dois países. Sobre essa questão, afirma-se que:

Esta política adquiriu maior urgência com a escalada dos preços do petróleo e, nesse sentido, a Nigéria afirmou-se como grande exportador de petróleo para o Brasil e importador de produtos brasileiros como eletrodomésticos, alimentos e automóveis. Desde esse período, a Nigéria tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil na África apesar das oscilações e crises econômicas ocorridas em ambos os países. (Alves, 2018, p. 47 e 48)

A relação entre Nigéria e Brasil, desde que estabelecida, desenvolve-se de maneira bilateral, o que significa que ambos os países desempenham papéis que resultam em uma troca econômica equivalente. O auge dessa relação ocorreu em 1985, quando as exportações brasileiras para a Nigéria alcançaram o valor de US\$ 914,7 milhões. Após esse pico, houve um breve período de declínio econômico, com o valor retornando a um patamar de US\$ 956,1 milhões em 2005.

A rápida expansão das trocas comerciais nos anos 1970/1980 e o interregno de seu declínio na década de 1990 expõe as bases frágeis das relações econômicas do Brasil com a Nigéria, mas também com os mercados africanos em geral. As trocas comerciais estavam alicerçadas na capacidade de geração de renda que o petróleo proporcionava ao estado nigeriano. (ALVES; JORGE, 2018, p. 48).

Apesar dos benefícios enormes dessa relação entre Brasil e Nigéria, é importante definir o grau de sensibilidade também dessa relação, já que a economia dos países africanos de uma maneira geral, era e ainda continua sendo um tanto frágil. A queda dos preços do petróleo na década de 80, acabou gerando uma crise na Nigéria, onde uma dívida de US\$ 25 bilhões surge em 1986, além disso, o governo de Ibrahim Babangida (1985-1993) implementa um programa de ajuste econômico que diminuiu as importações e os meios de pagamento para o exterior. Juntamente a essa crise na Nigéria, também teremos uma crise econômica no Brasil na década de 80, além de ter diminuído as linhas de crédito oficiais para as exportações para a África.

Houveram tensões no sentido político de ambos países, pois no momento onde o Brasil passava por uma ditadura civil militar, aconteceu também a tentativa de golpe de Estado e,

consequentemente, no assassinato do presidente general Murtala Mohammed. Porém, apesar dessas tensões envolvendo ambos os países, a reafirmação de uma relação cooperativa entre a Nigéria e o Brasil acontece durante o governo Lula, que em seu discurso em Abuja na abertura da I Cúpula América do Sul África (ASA) em 2006, reafirma a parceria entre o Brasil e os países do continente africano, além de assegurar a prioridade do Brasil em relação à África. Já no governo Dilma foi assinado em 13 de fevereiro de 2013, o memorando de entendimento da criação do Mecanismo de Diálogo Estratégico Bilateral, esse memorando visava “intensificar o entendimento em assuntos como agricultura, comércio, educação, petróleo e segurança alimentar.” (Alves, 2018, p. 49).

No governo Temer, o Itamaraty permanece com a política de apoio no que diz respeito à relação Brasil e Nigéria, a partir da nota do MRE com a visita do chanceler Aloysio Nunes Ferreira à Nigéria nos dias 11 e 12 de outubro de 2017. A relação entre Nigéria e Brasil seguiu inalterada no sentido de apoio, já que o governo brasileiro seguiu com sua política de cooperação bilateral.

Atualmente, a relação entre Brasil e Nigéria segue firme. O presidente da Nigéria, Bola Tinubu, realizou uma visita de Estado ao Brasil nos dias 25 e 26 de agosto deste ano (2025), onde se encontrou com o presidente Lula no Palácio do Planalto. Houve também uma cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa. O motivo dessa visita se deu também pelos 65 anos dessa relação bilateral entre os países. A relação entre os dois países só cresceu desde 2023 para cá e a perspectiva no que se refere ao contato comercial é muito boa.

Por fim, no que toca a relação entre Nigéria e Brasil, pode-se dizer que, apesar das tensões econômicas e sociais sofridas por ambos os países, a relação de bilateralidade seguiu de maneira firme, resultando numa parceria longínqua e benéfica para ambos países.

Considerações finais

A trajetória da Nigéria, desde a sua fundação colonial até à Quarta República, é a personificação de um paradoxo: um "Gigante da África" de imenso potencial, perpetuamente freado por fraturas internas. Este trabalho demonstrou que as raízes dessa instabilidade residem na herança de um Estado artificialmente unido e na consolidação de um "Estado-rentista" pós-independência, onde a riqueza do petróleo, em vez de fomentar o desenvolvimento, alimentou um ciclo de corrupção, golpes militares e conflitos étnico-regionais. A violência da Guerra de Biafra, a repressão das ditaduras e os desafios de segurança atuais, como o Boko Haram e a instabilidade no Delta do Níger, são manifestações diretas dessa frágil construção nacional.

Apesar disso, a Nigéria nunca abdicou da sua vocação para o protagonismo. A sua política externa assertiva, a liderança na CEDEAO e a sua crescente influência cultural através de produção de filmes e do futebol revelam uma notável capacidade de projetar poder e identidade no cenário africano e global. O desafio existencial da Nigéria, portanto, permanece o mesmo: encontrar uma forma de resolver as suas profundas contradições internas, causadas por um legado colonial que impôs fronteiras artificiais e por influências de potências que, mesmo após a descolonização, fomentam crises e instabilidades em defesa de seus próprios interesses, para que a força que a Nigéria demonstra regionalmente possa, finalmente, ser usada para construir uma nação estável e próspera para todos os seus cidadãos.

Além das questões econômicas, podemos também perceber como o esporte do futebol durante o período colonial (e após o mesmo) influenciou a Nigéria a ter uma identidade nacional, enquanto instrumento de comunicação entre colonizadores e colonizados, além de também ter surtido efeito na juventude nigeriana devido aos fatores de gosto e de condição social.

Por fim, também pode-se observar que há uma forte relação entre o Brasil e a Nigéria, que completou 65 anos em 2025 e que, apesar das complicações vividas em fases diferentes pelos dois

países, perdurou e, além disso, progrediu de maneira significativa com o passar dos anos, se traduzindo em uma relação sólida, benéfica e bilateral entre ambos.

Referências

ALVES, Jorge Luís dos Santos. *A importância estratégica da Nigéria para as relações entre o Brasil e a África Subsaariana*. 2018.

Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/895/1/Jorge%20Luis%20dos%20Santos%20Alves%20-%20VF.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

ANI, Kelechi Johnmary; **ANYANWU**, Timothy Chibuike. Football. Racism and peacebuilding in colonial Nigeria. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol*, São Paulo, 2023. Disponível em: Football, racism and peacebuilding in colonial Nigeria – DOAJ. Acesso em: 15 set. 2025.

EL KHATIB, A. S. *Uma análise do trade-off entre mercados e vidas em tempos de COVID-19*. [S.l.: s.n.], [2020?]. Disponível em:

https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/ahn_ed_14_-economia-_document_26.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

ESQUERDA DIÁRIO. Nigéria: dezenas de mortos após sangrenta repressão a protestos contra a violência policial no país. *Esquerda Diário*, 22 out. 2020. Disponível em:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Nigeria-dezenas-de-mortos-apos-sangrenta-repressao-a-protestos-contra-a-violencia-policial-no-pais>. Acesso em: 15 set. 2025.

FALOLA, Toyin; **HEATON**, Matthew M. *A History of Nigeria*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FOLHA DE S.PAULO. Boko Haram reivindica sequestro de mais de 200 meninas na Nigéria. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 maio 2014. Disponível em:

<https://www.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1449555-boko-haram-reivindica-sequestro-de-mais-de-200-meninas-na-nigeria.shtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

ITAMARATY. Lula recebe presidente da Nigéria em visita de Estado nesta segunda-feira. Brasília: Agência Gov, [2023?]. Disponível em: Lula recebe presidente da Nigéria em visita de Estado nesta segunda-feira — Agência Gov. Acesso em: 15 set. 2025.

JOVEM PAN. Obama felicita presidente eleito da Nigéria e pede transição pacífica. *Jovem Pan*, São Paulo, 1 abr. 2015. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/obama-felicita-presidente-eleito-da-nigeria-e-pede-transicao-pacifica-2015-04-01.html>. Acesso em: 15 set. 2025.

MOBOLAJI, Adeola Obafemi; **FADIPE**, Isreal A.; **EGBOKHARE**, Olayinka Abimbola. “Divided in Nigeria, United by Football” An Exploration of Football Fandom Culture as Motivating Factor for Communication and Unity among Nigerian Youths. *International Journal of Sport Communication*, 2024.

OKOLI, A. A ameaça do banditismo rural no noroeste da Nigéria. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 65-83, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/93808>. Acesso em: 15 set. 2025.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. *Nigéria: história da política externa e das relações internacionais*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71691>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SEQUEIRA, Jorge Nuno Ribeiro Gonçalves. *Futebol – O caminho de África até à Europa*. [S.l.: s.n.], [2018?]. Trabalho realizado no âmbito da Bolsa de Integração na Investigação Científica e Desenvolvimento do Instituto Politécnico do Porto - Banco

Santander Totta Centros de Estudos Interculturais Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

UN WOMEN. Burundi Country Data. 2023. Disponível em: <https://data.unwomen.org/country/burundi>.

WORLD BANK. *GDP (current US\$) – Nigeria*. DataBank: World Development Indicators. Washington, D.C.: The World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=NG>. Acesso em: 15 set. 2025

Burkina Faso: Crises, Golpes, Interferências Externas e Revolução na Trajetória Pós-Independência – O Contraste entre Thomas Sankara, Blaise Compaoré e Traoré

Isabela Barbosa Rodrigues¹

Marceline Lira²

Héctor Almeida³

Burkina Faso e os antecedentes da Revolução de 1983

O país hoje conhecido como Burkina Faso é, sem dúvidas, um dos que mais enfrentou, ao longo de sua história, diversas instabilidades políticas. Muitas delas foram derivadas de golpes de Estado e mudanças de regime. Até os dias de hoje, é possível perceber esse reflexo com as tentativas de golpe e insurgências nos últimos anos. Um fato que podemos atribuir a Burkina Faso e a sua política, sem dúvidas são as interferências externas e a política internacional na soberania e forma de governo, isso é evidente quando observamos essas influências externas desde sua colonização pela França, ou movimentos independentes pós os anos 60. Essas voláteis instabilidades são fundamentais para a

¹ Professora de História da Rede Municipal de Educação de Campo Grande, mestranda em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail:

² É graduanda do Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail:

³ É graduando do Curso de Bacharelado em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail:

compreensão, e estão intrinsicamente ligadas com o contexto do país nos dias de hoje.

Um fator que podemos atribuir a Burkina Faso e à sua política, sem dúvidas, são as interferências externas e a política internacional sobre a soberania e a forma de governo do país. Isso se torna evidente ao observarmos essas influências desde a sua colonização pela França ou nos movimentos independentes pós-anos 60. Essas voláteis instabilidades são fundamentais para a compreensão e estão intrinsecamente ligadas ao contexto atual do país.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) foi, sem dúvidas, uma das mais significativas influências externas na África, visto que as colônias receberiam a oportunidade de independência e uma leve desvinculação das suas metrópoles. Entretanto, no caso das colônias francesas, o futuro era decidido a partir de uma votação, na qual havia dois possíveis caminhos: a independência ou a união à metrópole, constituindo uma “nova Comunidade Francesa” (BARADEL apud MAZRUI, 2019, p. 48). A primeira opção, contudo, era claramente desestimulada pela metrópole, uma vez que o então chefe de Estado francês, o general Charles de Gaulle, afirmava que a independência resultaria em um rompimento completo com a França, abolindo todo tipo de relação, seja ela financeira, comercial ou político-educacional. Outra interferência externa a ser considerada ocorreu a partir de 1957, quando Nkrumah se tornou o primeiro-ministro da recém-independente Gana e começou a pautar a necessidade de outras independências na África. Embora reconhecesse as diferenças entre as colônias inglesas e francesas, ele enfatizava o apoio de Gana a uma possível independência das colônias francesas, sobretudo a partir do movimento pan-africanista que aflorava no continente.

Em 1958, a decisão frente à proposta da França a suas colônias foi tomada: o Alto Volta posicionou-se contra a independência e passou a pertencer à Comunidade Francesa, mas em uma posição de estado africano autônomo. Nesse contexto, surge Maurice Yaméogo como presidente do conselho, o

responsável por moldar o caminho que levaria à independência total do país em 1960.

Inicialmente, Yaméogo se reúne com Nkrumah, dizendo que iria rapidamente tomar medidas concretas para efetivar a independência completa de sua nação, consolidando alguns acordos financeiros entre Gana e o Alto Volta. Entretanto, já havia uma certa desconfiança dos aliados de Nkrumah sobre a possível futura participação do Alto Volta na União dos Estados Africanos, pessimismo que mostrou ser justificado posteriormente (Baradel, Apud Mazrui, 2019, p. 51).

Com o anúncio do governo francês, de que havia a possibilidade dos territórios de adquirir a independência sem a perda da assistência da França⁴, que Yameógo passa a articular a de fato independência de Alto Volta, mas é claro, ainda bastante ligada a França, assim a fazendo em 5 de agosto de 1960.

Ao longo do seu governo, Yaméogo tomou decisões impopulares, sobretudo internamente, tanto com militares, quanto com a classe trabalhadora. Em 1964, antagonizou os sindicatos, forçando-os a cortar suas relações com as centrais sindicais internacionais, ao mesmo tempo que os forçou a se afiliarem a um novo sistema sindical relacionado à própria UDV-RDA, o qual já havia se tornado o único partido legal no país (Harsch, 2017, p. 24). Implementou políticas de austeridade fiscal, as quais ele usou para enriquecimento pessoal. Inicialmente, Yaméogo não parecia dar muita importância ao possível balburdio que suas políticas poderiam causar internamente, sobretudo pelo baixo número de assalariados na época, sendo estimado aproximadamente 25.000 assalariados no país em 1965 (Harsch, 2017, p. 24). Porém, a coesão que esse setor da sociedade possuía afetaria o futuro do governo de Yaméogo. (Baradel, 2025, p. 23)

Em 1965, Yaméogo conseguiu a reeleição devido ao fato de não haver nenhum outro candidato de oposição. Seu segundo mandato, contudo, continuou extremamente impopular, marcado pela aplicação de medidas de corte no salário de trabalhadores e por

⁴ Partiu de um anúncio unilateral do governo francês pelo Ato n. 60-525 do conselho executivo em dezembro de 1959

viagens constantes ao estrangeiro (BARADEL apud HARSCH, 2017, p. 24). Assim, greves gerais começaram a surgir no país, contando com a adesão do setor estudantil, que passou a realizar protestos em massa. A reação do governo foi ordenar que o comandante das Forças Armadas reagisse agressivamente com armas, mas o comandante, Sangoulé Lamizana, recusou-se. Esse ato expôs a impopularidade e o descontentamento com o governo, evidenciando que essa insatisfação vinha até de setores pertencentes ao quadro executivo.

Com a aclamação popular do exército no poder, Yaméogo renunciou, transferindo seu poder para as Forças Armadas. Isso deu origem ao governo militar sob o comando de Sangoulé Lamizana. Sem apresentar muitas mudanças efetivas, o governo de Lamizana perdurou de 1966 a 1980 no poder, demonstrando-se apenas ligeiramente menos omisso que o anterior. A repressão política, embora mais sutil que no governo precedente, ainda era presente no Alto Volta (BARADEL apud HARSCH, 2017, p. 25). Em 1968, Lamizana autorizou o retorno do multipartidarismo, culminando em uma nova constituição em 1970 e dando início à Segunda República do Alto Volta, um período marcado pelo maior destaque da ala militar, apesar da presença civil na política do país.

Sete anos depois, outra constituição é aprovada, dessa vez com uma perspectiva mais liberal (Baradel, 2025, p. 25), garantindo a eleição direta do presidente e novos direitos civis. Entretanto, não foi o suficiente para uma estabilização política no país, uma vez que escândalos de corrupção, instabilidade social e política, ou seja, e velhos problemas, continuavam presentes em Alto Volta.

Uma nova conjuntura política foi instaurada no país em novembro de 1980 com um golpe de Estado liderado por militares, sob o comando do Coronel Saye Zerbo. Novamente, as atividades partidárias foram proibidas. Inicialmente, esse golpe contou com o apoio de setores sociais, mas logo o perdeu devido à redução das condições de trabalho, aos gastos públicos exacerbados e, mais uma vez, à manutenção de um governo corrupto. Nesse momento, Sankara passou a ocupar o cargo de secretário de informação,

apoiando jornalistas que denunciavam ainda mais o governo de Zerbo.

Nessa conjuntura, o regime autoritário de Zerbo passou a atacar os movimentos sindicais, proibindo o direito à greve, o que contribuiu para a piora de sua relação com os trabalhadores nacionais. Ainda assim, a medida não foi suficiente para impedir os ânimos, visto que greves não pararam e eclodiram no país durante o ano de 1981 e início de 1982. Com o apoio de uma ala jovem das forças armadas que defendiam uma mudança de governo, Zerbo foi destituído por uma unidade militar, em 1982, associada ao comandante Jean-Baptiste Ouédraogo, um médico militar pouco conhecido (Baradel, apud Harsch, 2017, p. 40).

Sankara é nomeado primeiro-ministro em janeiro de 1983, tornando-se o segundo homem mais poderoso de Alto Volta, atrás somente do presidente, mas, a pressão da ala conservadora foi o suficiente para garantir sua destituição, e posteriormente sua prisão junto a integrantes da ala jovem militar. Alguns integrantes desse grupo conseguem fugir, e organizam-se para libertar seus companheiros, incluindo Compaoré.

Esse objetivo foi alcançado em 4 de agosto de 1983, quando Compaoré e outros 250 integrantes das forças armadas marcharam para Ouagadougou (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 3), e com o apoio civil, conseguiram se apropriar de pontos-chaves na capital, liberando Sankara e depondo Ouédraogo (Baradel, apud Harsch, 2017, p. 49). Nesse mesmo dia, Sankara anuncia ao povo pelo rádio a deposição do governo de Ouédraogo, denunciando o que ele chamou de traição pelo grupo de Ouédraogo, que tiveram seus princípios desvirtuados e que passou a trabalhar contra os interesses da população. Dessa forma, ele estabeleceu o CNR, que assumiu o papel de Estado para preencher uma lacuna para com a sociedade que nunca foi preenchida desde a independência do país, em 1960 (Sankara; Waters; Prairie, 1988).

A mudança para além do nome

Até então, após três repúblicas sem mudanças efetivas, Alto Volta não conseguia sanar diversos problemas estruturais ainda presentes na sociedade, e sobretudo, nenhum governo seja ele

imposto ou eleito, não era capaz de atrair apoio popular, gerando assim enorme insatisfação e impopularidade.

Assim, partindo de um viés revolucionário, Sankara encabeça uma verdadeira revolução em Alto Volta, partindo de uma ruptura com esses problemas diretamente na raiz. Sankara discursa e expõe seu projeto de governo junto ao Conselho Nacional da Revolução, partindo de duas principais bases para seu governo: O apoio popular para com o governo, e a orientação para o povo do principal agente para a conjuntura do país até então: o neocolonialismo.

Percebemos, assim, duas principais correntes que orientavam as ações de Sankara e do CNR para com o país. A primeira corrente diz respeito à relação do Estado com os operários e o povo, seguindo a orientação marxista e revolucionária, a qual preconizava o uso da máquina estatal em prol do povo, diferenciando-se dos governos anteriores, como os de Yaméogo ou Lamizana. Simultaneamente, o projeto se preocupava com a aproximação popular frente ao contexto histórico da África como um todo, atribuindo o neocolonialismo e as forças estrangeiras como inimigos do continente. Essa postura era reforçada pelo afloramento das independências e dos levantes nas antigas colônias, impulsionados pelos movimentos pan-africanistas e anti-imperialistas.

O reconhecimento da perpetuação do neocolonialismo no Alto Volta foi usado para entender o que levou ao descontentamento popular e para valorizar a importância dos setores sociais como atores fundamentais para a revolução. Dessa forma, ainda em seu discurso, Sankara atesta os trabalhadores sindicalizados como um desses atores, instituição que foi ignorada e atacada ao longo das décadas, que recebeu de imediato um aumento de 10% em seus salários, medida que foi contra qualquer política de austeridade defendida por seus antecessores (Sankara, 1983, p. 9)

O principal objetivo de Sankara nos aspectos econômicos pautava-se na liquidação do neocolonialismo, de forma que o seu governo e o Conselho Nacional da Revolução (CNR) revertissem a máquina estatal em favor do povo. O intuito era mobilizar todas as forças do país contra o neocolonialismo presente por tantos anos.

Sankara expôs à população os verdadeiros responsáveis pelo atraso no desenvolvimento nacional: a burguesia local, por ele denominada de "inimigos do povo" (BARADEL, p. 28). Essa burguesia era dividida entre a ala estatal, a média e a alta burguesia, as quais estavam intrinsecamente ligadas às forças imperialistas e ao capital estrangeiro, visando atender a interesses externos.

No ano de 1983, o capitão Thomas Sankara — em uma aliança com o proletariado urbano, os trabalhadores rurais, partidos políticos de esquerda, sindicatos, parte do Exército alto-voltense e inspirado por ideais marxistas — concretizou a Revolução de Agosto, instituindo o Estado revolucionário de Burkina Faso. Em 1984, Sankara, liderando o Conselho Nacional da Revolução (CNR), mudou o nome do país para Burkina Faso (que significa “terra dos homens íntegros”) e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução (CDRs) por todo o país (VISENTINI, 2020).

O projeto revolucionário de Sankara e dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR) enfatizava expressivamente a participação dos setores operários, com foco na superação das desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Sankara ressaltava a emancipação das mulheres, estabelecendo, mais uma vez, um contato direto com as minorias sociais. Percebemos, portanto, a preocupação da revolução com a superação dos aspectos patriarcais presentes na sociedade. Tais questões, no caso da antiga República do Alto Volta, sequer eram levadas em consideração e até contribuíram para a opressão do setor feminino, sobretudo durante o governo de Lamizana.

Em 2 de outubro de 1983, o Conselho Nacional da Revolução declarou claramente no discurso de orientação política que era o principal eixo da luta pela libertação das mulheres. Ele se comprometeu a trabalhar pela mobilização, organização e união de todas as forças vivas da nação e das mulheres em particular. O discurso de orientação política afirma, sobre as mulheres: “Será incorporado em todos os combates que enfrentamos contra os obstáculos da sociedade neocolonial e a construção de uma nova sociedade. Está incorporado em todos os níveis de planejamento, decisão e execução para a organização da vida de toda a nação”. (SANKARA, 1987)

Ações Sociais e de Gênero

A transformação social de Burkina Faso, no que tange à questão feminina, foi expressiva. Sankara proibiu o casamento forçado, a mutilação genital feminina e também a poligamia. Entretanto, sua ênfase na luta feminina não se limitou a discursos ou livros: na prática, seu governo foi o primeiro de Burkina Faso a nomear mulheres para altos cargos no governo, além de tornar obrigatória a participação feminina nos comitês de governo nas aldeias e permitir o recrutamento militar de mulheres para servir ao exército burquinabê.

Reformas Estruturais Internas

Para além das questões de gênero, Sankara estabeleceu reformas estruturais na economia de Burkina Faso. Seu projeto de desenvolvimento se iniciou com uma de suas principais medidas: a reforma agrária. Esta reforma foi essencial para o estabelecimento de novas técnicas de cultivo após a redistribuição de terras. Combater a fome era crucial para o desenvolvimento que Sankara planejava para o país.

Impressão Externa sobre Sankara

É interessante analisar o legado de Sankara para além de Burkina Faso. A figura de um líder marxista que transformou um país governado por uma elite colonial em uma república popular, estabelecendo mudanças estruturais na sociedade frente à ofensiva neocolonial, o tornou uma referência tanto para a África quanto para o mundo. Frequentemente, Sankara é associado a Che Guevara, sendo chamado de "o Che Africano". De fato, o líder burquinabê se inspirava em Che, principalmente enquanto figura de liderança revolucionária. Em uma entrevista à Rádio Havana, Sankara expressou sua admiração pelo argentino.

Esse homem, que se entregou inteiramente à revolução, com sua eterna juventude, é um exemplo. Para mim a vitória mais importante

é aquela conquistada fundo dentro de você. Eu admiro Che Guevara por ter feito isso de uma forma exemplar. (SANKARA, Thomas. Nós podemos contar com Cuba. Entrevistador: Claude Hackin [Entrevista concedida em ,4 ago. 1987])

A aproximação com Cuba era clara. Sankara havia se encontrado com Fidel Castro em alguns momentos, sendo o primeiro deles durante a Sétima Conferência da Cúpula dos Países Não Alinhados, antes de Sankara liderar a revolução em Burkina Faso. Na cerimônia do 20º aniversário da morte de Che Guevara, em 8 de outubro de 1987, Sankara discursou em Ouagadougou. Uma semana após esse discurso – no qual expressou, mais uma vez, sua admiração por Che ao lado do filho do argentino – ocorreu o assassinato de Sankara⁵.

Queridos amigos, unimos nossas vozes a de todos os que no mundo inteiro recordam que um dia um homem chamado Che Guevara... com toda a fé em seu coração, se alistou na luta junto a outros homens e criou uma fálscia que tanto inquieta as forças de ocupação pelo mundo. Sensivelmente, queremos dizer que uma época nova advém sobre Burkina Faso, que uma realidade nova está em marcha em nosso país. Qualquer um pode ver assim o chamado de Che Guevara, o mesmo que queria acender fogos de luta por todas as partes do mundo. (Sankara, 8 out 1987)

O Legado de Sankara e a Frase Emblemática

Nesse dia, sem sequer imaginar sobre seu assassinato uma semana depois, Sankara proferiu uma de suas frases mais emblemáticas, ainda no contexto de Che Guevara: o líder burquinabê disse que "as ideias não se matam". Ele lembrou que essa frase havia sido dita em Cuba por um oficial de Batista no dia da tentativa de assalto a Moncada, quando o oficial não ordenou o fuzilamento do grupo. Sankara foi assassinado em 15 de outubro de 1987 em seu gabinete, juntamente com outros militantes do CNR, que em seguida foi dissolvido. Um golpe de Estado estabeleceu um

⁵ Segundo nota que acompanha a edição em francês desse discurso, o evento contou com a presença de Camilo Guevara March, filho de Che.

novo governo em Burkina Faso, a chamada Frente Popular, liderada por Blaise Compaoré. Sua morte é bastante controversa. Compaoré nega ter mandado o assassiná-lo; entretanto, é mais provável que ele o tenha orquestrado ou mandado, visto que, no mínimo, ele sabia que o assassinato iria ocorrer (BARADEL apud HARSCH, 2017, p. 106). Mesmo com o estabelecimento de um novo governo, oriundo de um golpe de Estado e liderado por uma figura pertencente ao quadro ministerial de Sankara, Compaoré não conseguiu o apoio popular.

A morte de Sankara foi recebida com surpresa e ódio, principalmente pelos cidadãos da capital, e apesar do nome Frente Popular, Compaoré inicialmente não conseguiu alavancar o apoio popular que ele visava (Baradel, apud Harsch, 2017, p. 106). (P. 32)

Não é novidade que Sankara falava contra o imperialismo ocidental, e levando em consideração todo o contexto de guerra fria, onde havia financiamento de golpes em outros países, seu assassinato criou dentro de Burkina Faso as suspeitas de envolvimento externo junto a Compaoré e o golpe.

Dessa forma, o assassinato de Sankara, em 1987, criou a desconfiança de uma possível intervenção externa. Uma investigação foi realizada, mas Compaoré a encerrou no início de seu governo e que foi reaberta somente em 2015, durante o governo de transição. A investigação encontrou diversos elementos que apontavam uma vontade externa no assassinato do capitão Thomas Sankara, mas não conseguiu concluir em definitivo quais eram os atores envolvidos, devido à recusa de outros países em compartilhar seus arquivos secretos sobre o caso. Há elementos que ligam o seu assassinato a países africanos, como a Costa do Marfim - país que nutriu um esfriamento das relações com o Burkina Faso após a chegada de Sankara, e onde Compaoré se refugiou em 2014 - e a Libéria, mas também possui elementos que ligam à França e até os Estados Unidos (Le Monde Diplomatique, 2021). No contexto da Guerra Fria, onde a intervenção externa se tornou um elemento intrínseco da geopolítica mundial, o assassinato de Sankara continua mergulhado em dúvidas, sem conseguir definir de onde de fato veio a ordem para a sua morte, e apesar de elementos

indicarem uma interferência externa, dificilmente parece que a morte desse líder será elucidada (Baradel, P. 46-47)

O governo de Compaoré se estendeu por vinte e sete anos, tornando-o o presidente com o maior tempo no poder em Burkina Faso. Seu mandato iniciou-se com o argumento de que daria continuidade à política de Sankara, mas logo começou a aplicar censuras a qualquer menção ao líder assassinado, além de reverter as principais mudanças estruturais e econômicas que Sankara havia construído. Um exemplo disso foi o retorno aos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O governo de Compaoré foi marcado por insatisfação popular por diversos motivos, com a presença de protestos e greves que exigiam melhores condições de trabalho e salários, e o fim das privatizações. Além disso, a gestão foi marcada por casos de corrupção e atos inconstitucionais, como em 2010, quando seus aliados tentaram driblar a proibição de um quinto mandato, vedado pela Constituição.

O Regime de Blaise Compaoré e a Reversão Neocolonial

Apesar da grande mobilização popular e do entusiasmo pelo novo regime político impulsionado pelo burquinabê Thomas Sankara – conhecido como "Che Guevara africano" –, seu governo durou somente quatro anos. Ele foi derrubado e assassinado em 15 de outubro de 1987 pelo então companheiro de luta e número dois no comando, Capitão Blaise Compaoré. De certa maneira, o golpe de Estado contra um antigo aliado foi fruto não somente das rivalidades entre militares, mas também de uma guinada radical de aproximação com a política neocolonial francesa. Isto é, as forças neocoloniais, das quais Sankara tanto procurava se desvencilhar, atuaram diretamente na queda de seu projeto político-ideológico (VICENTINI, 2020).

Iniciou-se, dessa forma, um período pós-revolucionário em Burkina Faso marcado pela manutenção do status quo e de antigas estruturas sociais, com a volta da burguesia urbana, da elite civil e de chefes tradicionais. Por mais que o discurso oficial fosse de

continuidade revolucionária por parte do novo líder, as ações práticas pouco condiziam com essa perspectiva. Contrariamente à linha anti-imperialista de Sankara, Compaoré encontrou-se com oficiais franceses somente três dias após o golpe e reestabeleceu o contato com o bloco francófono. Ao longo de seus mandatos, ele também se aproximou de diversas nações ocidentais, buscando apoio financeiro e político (BARADEL, 2025).

Nesse sentido, Compaoré se tornou o presidente de Burkina Faso e permaneceu no cargo até 2014, momento no qual foi deposto após uma série de levantes e protestos pelo país. Cumpre ressaltar que a mudança ideológica após o Golpe de 1987 foi radical, posto que ele paralisou diversas reformas anticolonialistas e de caráter progressista no país do Sahel. Caso exemplar é a redefinição da política econômica do país: de uma economia estatal para a volta do capitalismo com financiamento do capital estrangeiro. Isto é, não somente Sankara havia sido morto; suas ideias revolucionárias também (FLORES, 2022).

Repressão Interna e Adoção do Liberalismo

A princípio, Blaise Compaoré buscou apaziguar a elite civil, a ala de esquerda, os chefes tradicionais e os políticos de orientação francesa a fim de angariar apoio incontestável. No entanto, logo em seguida, ele realizou um processo de depuração dos opositores com intensa repressão política. Todos os críticos assíduos do regime, entre eles acadêmicos, estudantes e militares, foram silenciados por meio de prisões e torturas. Até mesmo os apoiadores do golpe – como o comandante Jean Baptiste Lingani e o capitão Henri Zongo – foram executados devido a divergências políticas com o presidente (FLORES, 2022). Reforçando os laços econômicos de dependência com os países do Ocidente, Compaoré solicitou uma série de empréstimos aos organismos financeiros internacionais. Em uma guinada ao liberalismo econômico e em um contexto de dificuldades financeiras, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) liberaram empréstimos e firmaram novos acordos bilaterais de auxílio econômico. Em

contrapartida, Compaoré se tornou uma espécie de "garoto propaganda" da Europa dentro da África saheliana (HARSCH, 2017).

Em 1991, uma nova constituição foi aprovada pelo país, estabelecendo eleições multipartidárias e propondo, pelo menos retoricamente, uma democratização da sociedade. Novamente, o discurso oficial diferia da realidade de um sistema democrático que garantisse os direitos fundamentais e a liberdade de sua população. A morte do jornalista Norbert Zongo se tornou um caso emblemático disso. Diretor do jornal L'Indépendant, Zongo foi encontrado carbonizado junto com outras três pessoas em seu automóvel no dia 13 de dezembro de 1998 em Sapouy, cidade ao sul de Burkina Faso (RSF, 2010).

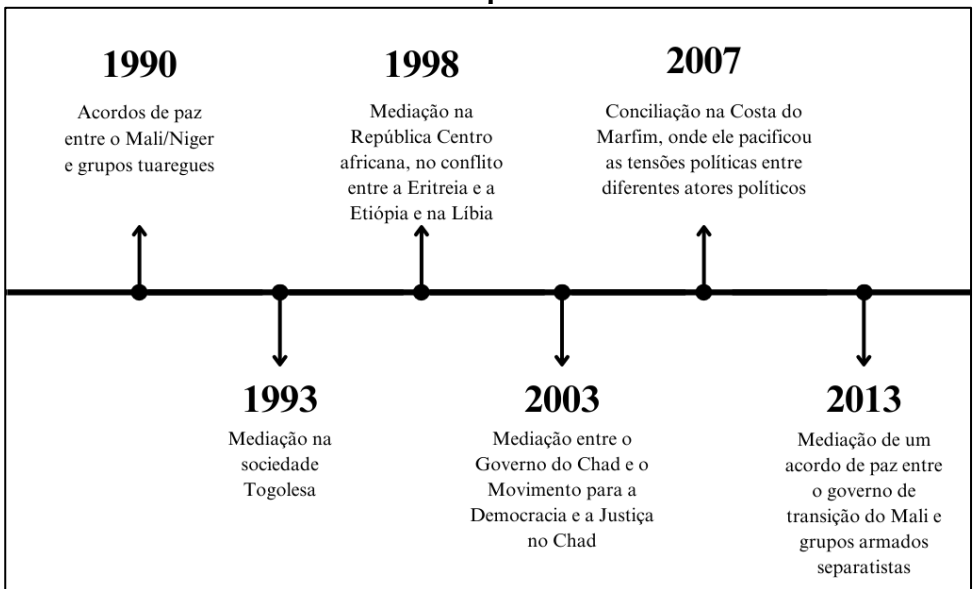
No momento de sua morte, Zongo estava investigando o assassinato suspeito de David Ouédraogo, motorista de François Compaoré, irmão do chefe de Estado. Até hoje sem resolução definitiva, os supostos mandantes do crime seguem impunes, pois na época houve pouca vontade política para solucionar o caso. Ainda, o assassinato de um estudante em 2011, espancado até a morte após protestar contra Compaoré na cidade de Koudougou, é mais um exemplo para demonstrar o clima de impunidade e medo durante os anos do regime (FLORES, 2022).

Dependência Econômica e Imagem Externa

Nesse ínterim, com Compaoré no poder, Burkina Faso, com uma população de um pouco mais de 16 milhões de habitantes, não conseguiu se desenvolver social ou economicamente. No quesito social e educacional, prevaleceram altas taxas de analfabetismo e pobreza, com o coeficiente de Gini não estabilizado, alcançando médias de 49.9 em 1998 e 39.8 em 2008 (WORLD BANK, 2021). Já no quesito economia, Burkina Faso consolidou durante os anos do regime um modelo baseado na exportação primária de produtos, algo que gerou grande dependência das flutuações do mercado internacional, além de baixo desenvolvimento econômico. O país, portanto, ainda hoje tem sua pauta produtiva baseada nos mesmos produtos de trinta anos atrás, como ouro, algodão, sementes oleaginosas, cocos, castanhas-do-pará e castanhas de caju e,

quando muito, cimento. Burkina Faso atuou na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como um mero abastecedor de outros países, com destaque para Suíça, Emirados Árabes Unidos, Índia, Mali e Costa do Marfim (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2025). Ao invés de modernizar e impulsionar o país para novos horizontes, Compaoré atuou, muitas vezes, em defesa de seus próprios interesses. Assim, a imagem interna de Blaise Compaoré contrasta com a visão internacional de um “homem da paz”, capaz de mediar conflitos regionais e apaziguar guerras entre nações africanas. Tanto como presidente de Burkina Faso quanto como representante da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou da Organização da Unidade Africana (OUA), ele mediou os conflitos regionais e auxiliou na integração africana. Como demonstra a figura 1, em pouco mais de vinte anos, Compaoré atuou para solucionar seis conflitos regionais em mais de dez países vizinhos (BARADEL, 2025).

Imagem 1 – Linha do tempo com as ações mediações regionais de Blaise Compaoré.



Fonte: Baradel, 2025. Elaborado pelos autores.

A Contradição Externa e a Imagem de "Homem da Paz"

Por outro lado, essa visão de Blaise Compaoré como um “homem da paz” pode ser questionada diante das inúmeras crises nas quais ele se envolveu. Além de ser considerado suspeito de estar envolvido em conflitos armados e tráfico de armas, ele supostamente apoiava grupos rebeldes na Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria, Angola, Mali e Níger. Contrastando com sua imagem sólida no exterior, ele também esteve envolvido em escândalos com atuações em redes de tráfico de armas e diamantes (EIZENGA; VILLALÓN, 2020).

Ou seja, as duas imagens geravam conflitos: de um lado, um mediador de conflitos com aprovação ocidental; de outro, um catalisador de instabilidades regionais, sobretudo com métodos autoritários dentro de seu próprio país. É nesse cenário que se encontrava Burkina Faso às vésperas da queda do regime de Blaise Compaoré. Em meio a disputas políticas e ações imperialistas francesas, o líder conseguiu se manter no poder por mais de duas décadas. Contudo, um movimento de insatisfação popular e raiva reprimida viria a eclodir na forma de um levante popular em 2014, colocando em xeque a estabilidade política do país.

A Queda Rápida de Blaise Compaoré e o Levante Popular de 2014.

Compaoré governou por vinte e sete anos em quatro mandatos consecutivos, conferindo-lhe um dos governos mais longevos do continente africano. No entanto, uma reviravolta rápida e gigantesca aconteceu em 30 de outubro de 2014: dezenas de milhares de manifestantes foram às ruas da capital, Ouagadougou, em uma onda de protestos. Os manifestantes também invadiram a Assembleia Nacional e atearam fogo ao prédio como forma de protesto ao projeto de lei cuja proposta central era realizar uma modificação no art. 37 que ampliaria os limites para o mandato presidencial (EIZENGA; VILLALÓN, 2020).

Em 48 horas, a agitação social se intensificou e o regime perdeu o controle, culminando tanto na renúncia do presidente Blaise Compaoré do cargo quanto em sua fuga para a Costa do Marfim.

Esse fim abrupto foi uma resposta dos partidos de oposição, organizações da sociedade civil, sindicatos e universitários ao projeto de “monarquização” da república burquinabê. Cabe lembrar que essa manobra política de ampliação dos mandatos presidenciais já havia sido usada outras duas vezes para o terceiro e quarto mandato (EIZENGA; VILLALÓN, 2020).

A Insurreição Popular – nome pelo qual ficaram conhecidas as mobilizações sociais contra o regime – já podia ser sentida muito antes do final de 2014. Todos os ingredientes já estavam presentes para uma revolta. Rumores sobre a intenção do governo em modificar novamente dispositivos constitucionais a seu bel-prazer já suscitavam protestos periódicos desde o início de 2010. Até mesmo membros do partido político de Compaoré (o Congresso para Democracia e Progresso (CDP)) organizaram manifestações massivas alertando sobre a possibilidade de mudança da Constituição. Em resposta, movimentos de mulheres, associações estudantis, celebridades da cultura popular e ativistas de Direitos Humanos lideraram campanhas de desobediência civil (EIZENGA; VILLALÓN, 2020).

Imagem 2 – Fogo em frente à Assembleia Nacional de Burkina Faso em 2014.



Descrição: Em uma foto embaçada pela fumaça, um jovem enrolado com a bandeira de Burkina Faso nas cores amarela, vermelha e verde alimenta o fogo à sua frente com um pano amarelo. Fonte. Reprodução do YouTube

Em um espírito de rebeldia, os jovens foram os mais presentes no levante popular de 2014 que marcou a queda do regime de Blaise Compaoré. Cansados de mais de vinte anos de um regime pouco transparente – apesar de todo o prestígio internacional junto ao Ocidente –, vários locais foram incendiados e depredados em um momento de fúria popular. A Assembleia Nacional, casa representante do povo, ficou em cinzas após o fim da revolta (VICE NEWS, 2014). Com medo de um referendo popular negativo, o governo optou por orquestrar uma emenda constitucional por meio da Assembleia Nacional. Para isso, seria necessário obter três quartos dos deputados e angariar apoio não somente dentro de sua base, mas principalmente fora dela. Tendo, aparentemente, conseguido maioria, o CDP tentou contornar o debate público e, por isso, enviar o projeto de lei com as supracitadas modificações diretamente à Assembleia. A notícia rapidamente repercutiu em protestos públicos em Ouagadougou, assim como em várias capitais regionais (BONNECASE, 2011).

Em 23 de outubro, o governo fechou todas as escolas do país em uma tentativa de controlar os protestos estudantis. As forças de segurança tentaram dispersar a multidão que bloqueava as ruas e impedia a chegada dos deputados à Assembleia Nacional. Tudo isso foi em vão. A indignação popular era tamanha que nada adiantou. Em uma reviravolta, a população ultrapassou as forças de segurança e entrou na Assembleia. Com isso, edifícios foram queimados e saqueados, símbolos do regime derrubados, residências privadas invadidas – incluindo a casa do irmão do presidente – e a sede do CDP posta abaixo (BONNECASE, 2011). Em uma tentativa de apaziguar a situação, Compaoré anunciou publicamente o cancelamento do projeto de lei, dissolveu o governo e prometeu não concorrer às eleições previstas para 2015. Isto, todavia, provou ser insuficiente. As várias organizações se uniram em torno de uma nova reivindicação: sua renúncia imediata. Na manhã de 31 de outubro, os líderes deste movimento – como professores, universitários, advogados, líderes da sociedade civil e personalidades conhecidas – realizaram uma reunião com as forças

de segurança. Dessas intensas discussões, o porta-voz oficial do governo anunciou a renúncia imediata de Blaise Compaoré à presidência (BONNECASE, 2011).

A Disputa Militar e o Breve Retorno à Democracia

Nota-se que a queda de Compaoré abriu uma disputa entre os militares sobre quem iria liderar o país. O Tenente-Coronel Issac Yacoub Zida, membro da guarda presidencial, foi nomeado presidente interino, apesar dessa ação não ter sido o suficiente para acalmar o ânimo popular. O povo desejava, definitivamente, uma abertura democrática. Desse modo, novas eleições aconteceram em 2015 com um feito inédito de participação popular de 5,5 milhões de pessoas, cerca de 70% a mais do que nas eleições presidenciais de 2010. O resultado foi a eleição de Roch Marc Christian Kaboré, novo presidente com 53,5% dos votos. Frisa-se que ele seria reconduzido para um segundo mandato em 2020 (FLORES, 2022).

Instabilidade Pós-2022: O Retorno dos Golpes

A paz e a estabilidade em Burkina Faso durariam pouco tempo. Em 2022, dois golpes militares subsequentes aconteceriam em menos de um ano. Sem Compaoré no poder, grupos jihadistas entraram em intensos conflitos nas fronteiras. Incapaz de solucionar essa crise, Kaboré seria deposto. A junta militar Movimento Patriótico pela Salvaguarda e Restauração (MPSR), além de derrubar o presidente, dissolveu o governo, suspendeu a Constituição e interditou as fronteiras do país. Logo em seguida, outro golpe viria a derrubar o presidente interino Paul-Henri Sandaogo Damiba em setembro de 2022. Com apenas oito meses de poder, Damiba foi derrubado por conta de uma dissidência com Ibrahim Traoré, atual líder do país (PADRÃO, 2025).

De Compaoré a Ibrahim Traoré e ascensão de novas lutas

Em 31 de outubro de 2014, findava-se o governo ditatorial de Blaise Compaoré, que comandava despoticamente Burkina Faso

desde 1987, sobretudo após o assassinato de Sankara, devido a intensas revoltas em massa de uma população marcada pela intensa exploração estrangeira, pela miséria, sendo que à época 44% da população vivia em situação de extrema-pobreza¹; o custo de vida para a população aumentou vertiginosamente durante a administração de Blaise devido aos efeitos colaterais da guerra civil em Costa do Marfim, país vizinho e fonte importante de comércio para o país.⁴

Além disso, houve um aumento na interferência estrangeira e de instabilidades políticas advindas das questões religiosas, com a escalada dos conflitos *jihadistas* no Sahel com grupos ligados a *Al-Qaeda* e ao *ISIS* que afetam diretamente países como Mali e Níger; a despeito disso, havia e ainda há suspeitas de que o então presidente inclusive teria acordos e parcerias com grupos terroristas; relatórios indicam que Blaise intermediou um acordo com grupos rebeldes *Tuaregues*² no Mali associados a *Al-Qaeda*, as organizações teriam concordado em não realizar ataques dentro do país, porém poderiam operar livremente no território burkinabe.³ Algo que posteriormente causaria graves efeitos colaterais no futuro político, social e econômico de Burkina Faso.

A situação política do país se agravou devido a tentativa de Compaoré, após já ter vencido as eleições de presidenciais em 1991, 1998, 2005 e 2010, de se reeleger novamente para um 5º mandato, algo estritamente proibido pela então constituição burkinabe vigente; por meio de um projeto de lei que alterava a constituição e derrubaria os limites de dois mandatos consecutivos e permitiria que seu governo de 27 anos fosse estendido com mandatos adicionais. Havia a expectativa de Blaise renunciar, porém dado o contexto tal fato parecia que não seria concretizado. O povo de Burkina Faso foi às ruas de Ouagadougou e em outras cidades para protestar contra o projeto de lei em tramitação na Assembleia Nacional, e em 30 de outubro, no dia em que os legisladores votariam a emenda, os protestos se tornaram extremamente violentos; carros e prédios públicos, como o da Assembléia Nacional, foram incendiados, a sede de televisão estatal fora invadida por manifestantes.⁴

Compaoré, em resposta aos distúrbios, declarou estado de emergência, dissolveu o governo e afirmou que iria manter conversações com a oposição, porém os protestos continuaram e horas depois, o General Honoré Traoré, chefe das forças armadas burkinabe à época, reiterou a dissolução governamental juntamente com a dissolução da Assembléia Nacional e declarou o estabelecimento de um governo de transição; após tais acontecimentos, Blaise renunciou no dia seguinte e logo em seguida Honoré assumiu o cargo de chefe de Estado. Porém, a sua ascensão fora contestada por diversos setores das forças armadas, que optaram por nomear Isaac Zilda, o Tenente-Coronel que comandava a guarda presidencial, uma unidade criada por Compaoré conhecida como RSP (*Régiment de Sécurité Présidentielle*) e atuava como uma espécie de guarda pretoriana; e que sob fortíssima pressão, concordou em realizar a entrega do poder para uma administração civil de transição em duas semanas.

Após a transição civil, o ex-diplomata Michel Kafando fora nomeado como presidente interino no dia 18 de novembro, e Zida nomeado como primeiro ministro, algo que preocupou veementemente os diversos setores da população quanto ao nível de envolvimento das forças militares no governo interino; com as eleições marcadas para 11 de outubro de 2015 e a situação minimamente controlada, começou-se um processo de cassação e prisão de vários aliados e associados a Compaoré durante 2015, inclusive o próprio Blaise fora indiciado por traição.⁴

Em setembro, a Comissão de Reconciliação emitiu um relatório contendo diversos pontos a serem trabalhados, e inclusive recomendou para o bem da transição a dissolução do RSP, e dentro de alguns dias, após a emissão do relatório, em 16 de setembro, o RSP insurgiu-se e prenderam o Zida, Kafando e demais membros do governo interino; novamente houve a dissolução das instituições do governo e houve a aclamação de um novo líder do novo regime interino; Gilbert Diendéré, um general fora um antigo assessor de Compaoré, e agora chefe do Conselho Nacional para a Democracia (CND).⁴

Sob a promessa de realizar eleições inclusivas, devido ao entendimento do CND de que a proibição de candidatos ligados a Compaoré era temerária, e que as eleições marcadas para 11 de outubro eram prematuras⁴; não havia quaisquer certezas a respeito do futuro político de Burkina Faso; após forte reprovação internacional, novamente a problemática da política volta a ser pauta de intensos protestos na capital e por todo o país; mediadores da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África) propuseram, em 20 de setembro, um acordo para pôr fim à crise que consistia em uma anistia para os golpistas, a reintegração de Kafando e a permissão de indivíduos que tinham ligações com Compaoré pudessem concorrer nos próximos pleitos, e inclusive seria marcado para novembro⁴.

Tal proposta gerou insatisfação na população e em setores do governo de transição deposto, devido, especificamente, à cláusula de anistia. Paralelamente a esses acontecimentos, os militares burquinenses anunciaram, em 21 de setembro, um motim e que estavam indo em direção à capital, inclusive dando um ultimato a Diendéré e os membros do RSP para entregarem as armas e se renderem dentro de 24 horas; algo que Gilbert tentou desafiar, porém ao final cedeu, e abriu negociações com o exército, chegando aos termos de que o RSP voltaria aos quartéis e se retiraria de Ouagadougou, e Kafando seria restabelecido como presidente interino; algo que efetivamente aconteceu, porém ainda havia incerteza se o RSP respeitaria os termos do acordo da CEDEAO e pela administração de transição.⁴ O *Régiment de Sécurité Présidentielle* tentou resistir, porém logo cedeu ao desarmamento, Diendéré e demais asseclas foram acusados por suas ações durante o golpe e os candidatos ligados a Blaise continuaram fora das eleições. Posteriormente houveram eleições em 29 de novembro de 2015, onde quatorze candidatos disputaram o pleito presidencial, e o vencedor foi o ex-primeiro ministro e ex-presidente da Assembleia Nacional durante a Era Compaoré, Roch Marc Christian Kaboré; que rompeu relações com Blaise ainda em 2014. Kaboré foi eleito com 53% dos votos, e seu partido, MPP (*Mouvement du Peuple pour le*

Progrès) conquistou efetivamente a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional, porém não conseguiu maioria absoluta.⁴

Durante seu mandato, Burkina Faso enfrentou graves ameaças dos movimentos *jiihadistas* em seu território; a partir de 2015 o país começou a enfrentar ataques transfronteiriços em postos policiais e do exército ao longo da fronteira com Mali; em dezembro do mesmo ano Kaboré anunciou o que seria uma das suas principais pautas governamentais: o contra-terrorismo. A situação escalaria rapidamente quando em janeiro de 2016, militantes filiados à *Al-Qaeda* atacaram o *Hotel Splendid*, na capital do país, matando 30 pessoas e ferindo outras 70;⁵ o braço norte-África o AQMI (*Al-Qaeda* no Magreb Islâmico) e o *Al-Mourabitoun*, grupo filiado ao AQMI, reivindicam a autoria do atentado. Embora se desconhecesse o fato de o grupo e as demais células estarem efetuando recrutamentos tão evidentes dentro do território burkinabe antes de 2015, a polícia já alegara que havia descoberto e desmantelado uma célula terrorista dentro da Capital, em 2016, nos bairros de Yagma e Kilwin; o governo alegou que havia uma célula terrorista recrutando burkinabes lá para treinarem com grupos terroristas no exterior e voltarem ao país com o objetivo de realizar ataques; havia suspeitas de que a célula tivesse vínculos com o AQMI, uma vez que várias já estavam filiadas, embora não se soubesse ao certo a sua filiação terrorista.⁵ Em 2017, o AQMI anunciou que faria uma fusão com grupos Salafistas⁶ locais: *Al-Mourabitoun* e *Ansar al-Dine* (AAD) para formar o amálgama que aglutina esses movimentos, chamado de *Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen* (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos) ou a sigla JNIM. Sob esse mesmo processo de fagocitose terrorista, o JNIM também absorveu o MLF (Frente de Libertação de Macina), um dos grupos filiados a AAD; embora o grupo esteja sob a administração de um novo *Emir* e sobre outra sigla, o JNIM ainda parece estar sob comando do AQMI e subordinado à *Al-Qaeda* central.⁵

Mesmo que o JNIM seja mais ativo no Mali, ele também conduziu incursões no Níger e em Burkina Faso; devido ao fato do grupo ter considerado a França como principal inimigo muçulmano no *Magreb*, inclusive realizando e reivindicando diversos ataques a

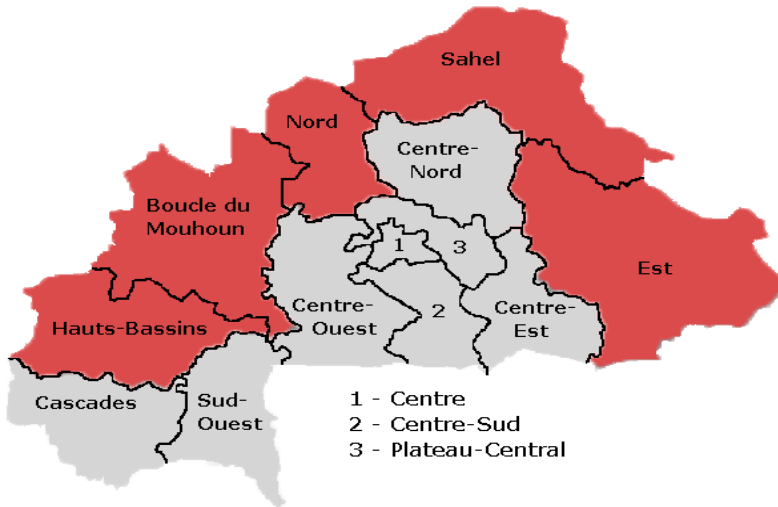
interesses regionais franceses em 2018, e em março do mesmo ano lançou ataques coordenados em Ouagadougou, atingindo o quartel-general militar burkinabe e a embaixada da França.⁵

O Movimento dos Defensores da Fé (*Ansar al-Dine* ou AAD) foi fundado em novembro de 2011 pelo guerrilheiro tuaregue malinês Iyad Ag Ghaly, primo do líder sênior da AQMI, Hamada Ag Hama. É um grupo que é em sua grande parte nacional, composto por tuaregues e árabes berberes do norte do Mali, o AAD atua juntamente com a AQMI em seu objetivo conjunto de implementar a sharia. A maioria de seus membros são tuaregues que lutaram ao lado de Muammar Gaddafi, ex-presidente líbio, e regressaram ao Mali posteriormente após sua queda. O AAD não tem um histórico de longa data de atividades terroristas em Burkina Faso, porém o grupo aumentou suas atividades em 2016. Em 15 de janeiro de 2016, no mesmo dia do atentado promovido pela AQMI na capital, o AAD sequestrou um casal de idosos australianos na cidade de Djibo, no norte de Burkina Faso.⁵

O país também é ameaçado pelos ataques do grupo terrorista *Boko Haram*, que embora tenha sua sede na Nigéria, acredita-se possuir algum grau de atividade dentro do território burkinabe, há indícios de ataques a um posto policial perto da fronteira com Mali em meados de agosto de 2015⁵; acredita-se que em março do mesmo ano, o Boko Haram tenha se tornado filiado ao ISIS (*ad-Dawlah al-Islamiyyah fi 'Iraq wa ash-Sham* ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria), e um ano depois, em meados de 2016, embates internos levaram a uma cisão dentro do grupo, e disso originou-se dois grupos: a Província da África Ocidental do Estado Islâmico (ISWAP), chefiada por Mamman Nur e Abu Musab al-Barnawi, e a Jama'atu Ahl al-Sunnah lil-Dawa wal-Jihad (JAS), liderada por Abubakar Shekau. Além de sofrer ataques e incursões da AQMI e de suas agregadas, o país também sofre ataques do Estado Islâmico do Grande Saara (EISGS), uma facção dissidente do grupo al-Mourabitoun, ligado à AQMI. O grupo EISGS é liderada pelo desertor al-Mourabitoun, Adnan Abu Walid al-Sahrawi, ex-porta-voz do al-Mourabitoun. Os jihadistas também têm como alvo indivíduos do grupo étnico *Fulani*, uma etnia muçulmana nômade no Sahel, para

aliciamento. Os *Fulani* têm sido historicamente uma minoria em Burkina Faso, algo que os grupos salafistas extremados e grupos ligados à AQMI têm explorado efetivamente.⁵ Dado todo esse cenário, Kaboré recebeu intensas pressões por resultados e também se viu diante de vários pedidos de *impeachment* durante 2016, após uma série de ataques em postos ao norte de Burkina Faso, e em resposta ele anunciou que estaria retirando as forças burkinabes da missão de paz da ONU no Sudão e no Mali, devido a todo esse histórico Burkina Faso se configurou como um importante membro na luta contra o terrorismo na África, atuando como membro do grupo G-5 SAHEL, formado por Chade, Mali, Mauritânia, Burkina Faso e Níger; e da Parceria Trans-Saara de Contra-terrorismo⁶; além de Kaboré também ter estreita colaboração com os EUA e França.

Tais medidas se demonstraram ineficazes, e a situação piorou vertiginosamente nos anos seguintes, Pela primeira vez desde a independência do domínio colonial francês, as autoridades do estado de Burkina Faso perderam o controle de partes do país, ao longo de 2018, a violência terrorista se espalhou da província de Soum, para outras províncias do norte. O leste do país também sofreu ataques extremistas violentos, que tiveram como alvo principal militares e civis. No início de 2020, a violência jihadista igualmente se espalhou para o oeste, para a região de *Boucle du Mouhoun*, área conhecida como o celeiro do país, colocando em risco uma importante fonte de alimentos em um país onde a insegurança alimentar afeta dois milhões de pessoas.

FIGURA 1 - MAPA DAS REGIÕES AFETADAS ⁸

fonte:<<https://web.archive.org/web/20190325053826/https://bf.usembassy.gov/burkina-faso-travel-advisory-map-february-2019/>>. Acesso em: 27 set. 2025

Tais acontecimentos fomentaram e causaram efeitos colaterais drásticos para o país, resultando em um deslocamento interno de proporções homéricas, tendo aumentado mais de dez vezes entre o período de 2018 e 2020⁷; algo que propícia ainda mais o fenômeno é justamente o fato da maioria das população do país viver em áreas rurais e depender da agricultura e atividades pastoris para subsistência; cerca de 3,3 milhões de pessoas estavam enfrentando insegurança alimentar e fome em 2020 ⁷, além de que o deslocamento separa tanto famílias quanto comunidades; acrescido das problemáticas sócio-econômicas, a questão climática também se faz evidente, como por exemplo as inundações de 2020 causadas pelas chuvas acima da média, causando a destruição de mais de 3 mil casas e resultando em mais 20 mil novos deslocados.⁷ De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, o país se tornou o palco de "uma das crises humanitárias de crescimento mais rápido na África" no ano de 2019. Em outubro de 2019, 486 mil pessoas foram forçadas a deixar

suas casas, mais de seis vezes o número de pessoas deslocadas em janeiro; em um ano, o número de refugiados praticamente dobrou para 1 milhão. O Secretário-Geral Interino da ONU para Assuntos Humanitários, Ramesh Rajasingham, advertiu em fevereiro de 2021 que Burkina Faso estaria à beira de se tornar uma crise prolongada; acrescido a isso, o país também continua a receber mais de 20.000 refugiados e requerentes de asilo, advindos principalmente do Mali, em julho de 2021.⁵

Em 22 de novembro de 2020, o então presidente Kaboré fora reeleito com 58% das intenções de voto, com o seu partido, o MPP, tendo ganhado novamente a maioria das cadeiras porém sem fazer maioria absoluta mais uma vez ⁴; há indícios de que representantes do governo burkinabe supostamente se encontraram com jihadistas perto da cidade de Djibo, na província de Soum, para negociar o fim da violência antes das eleições gerais de novembro de 2020.⁵ Mais uma vez seu governo foi pautado nos combate ao terrorismo, porém rapidamente a popularidade do governo foi piorando gradativamente devido a ineficiência do combate ao terrorismo; a situação se agravou ainda mais após o um ataque na vila de Solhan, no norte de Burkina Faso, em junho de 2021, onde mais de 100 pessoas foram mortas durante o atentado, e a principal suspeita é de que o ato tenha sido feito por radicais que cruzaram a fronteira com Mali. Essa foi uma das principais causas que levaram a intensos protestos em Ouagadougou ⁶; o caos se instalava novamente no país, centenas de assassinatos, destruição de vilas e todo tipo de violência foram registradas entre 2021 e 2022 ⁵; outro episódio marcante e decisivo para o início dos distúrbios: o ataque a base militar de Inata, em novembro do mesmo ano, causando a morte de mais de 50 militares; houve relatos de que a base solicitou ajuda do governo, porém o pedido nunca chegou, depois do ocorrido Kaboré nomeou um novo ministro da defesa e um novo primeiro-ministro.⁹ Então em 23 de Janeiro de 2022, os militares se amotinaram novamente por todo o país, e no dia seguinte os soldados tomaram conta da base militar da capital, inclusive com o próprio presidente sendo detido, embora ele horas antes tendo negado que havia um golpe acontecendo no país; os militares anunciaram em televisão

que Kaboré havia sido deposto do cargo, declararam a dissolução do parlamento e do governo, e ainda haveria a anulação da constituição¹⁰; o golpe foi encabeçado pelo general Paul-Henri Sandaogo Damiba.

Damiba já comandou o RSP no período de 2003 a 2011, inclusive estudando na *École Militaire* (Escola Militar de Paris), assim como vários oficiais das antigas colônias francesas, e também teve um mestrado em Ciências Criminais na CNAM (“*Conservatoire national des arts et métiers*” ou Conservatório Nacional de Artes e Ofício); entre 2019 e 2021 ele atuou como comandante regimental e lá pode testemunhar em primeira mão os principais problemas das forças armadas precarizadas e aquém dos Jihadistas que são altamente móveis e disciplinados.¹¹

Ao findar do dia, Damiba e o MPSR (Movimento Patriótico para a Salvaguarda e Restauração) haviam tomado conta do governo, porém a nova junta militar não permaneceu no poder por muito tempo, e em 30 de setembro, Paul é substituído pelo capitão Ibraim Traoré⁴, um jovem oficial. Traoré tem apenas 37 anos, porém seu ímpeto revolucionário, inspirado por Sankara, o levou a ser um dos principais nomes da luta contra o neocolonialismo no continente e um bastião do renascente Pan-africanismo; geógrafo de formação pela Universidade de Uagadugu, chegando até o mestrado na área¹³; Ibraim pode viajar pelo interior do país, dando-o uma visão holística e de primeira mão da realidade de sua nação, graça aos estudos. Essa experiência juntamente ao contato de ideias marxistas na universidade o fizeram um ardente defensor da causa popular e da aversão aos colonizadores franceses, que sob pretexto de atuarem contra o terrorismo que eles mesmo financiavam, ocupavam áreas estratégicas do país e forçava Burkina Faso a ainda se manter na “Zona Franco”, utilizando o Franco CFA/AOF (*Colonies françaises d’Afrique* ou Colônias Francesas na África), que impedem o desenvolvimento monetário de 14 países do continente e mandando uma dependência do Banco Central Francês, desvalorizando-a intencionalmente para manter o domínio sobre suas ex-colônias; mediante os acordos de Bretton Woods, em 1945 o governo francês estabeleceu que a paridade do franco para a do

dólar seria 119,10 para 1. Significando uma desvalorização substancial de mais de 50% se comparada com a cotação de 1939, antes da guerra, no mesmo período o então líder francês Charles De Gaulle assina um decreto criando duas moedas coloniais: o CFP (Franco das Colônias do Pacífico) que valeriam na paridade de 1 franco CFP para 2,4 Francos Franceses; e o CFA (Franco das Colônias Francesas da África) que equivaleria na paridade de 1 Franco CFA para 1,7 Franco Francês; o que tinha como claro objetivo negociar produtos e *commodities* a um preço inferior no mercado, e obviamente tirá-los das colônias e serem comprado a preço mercadológico abaixo pela metrópole francesa.¹²

A França mantinha tropas na região para o combate contra-terrorista, porém rapidamente evidencia-se que era meramente tentativa de controle sobre as riquezas naturais de suas ex-colônias, em especial Burkina Faso que possui grandes reservas de cobre, zinco, manganês, fosfatos, ouro etc; estima-se que somente na Mina de ouro de Bagassi pretende-se extrair 3 toneladas de ouro por anos, durante uma década; existem 8 minas semelhantes em Burkina Faso.¹⁴ Neste contexto surge a figura mítica de Traoré, entre o combate aos imperialistas e Jihadistas.

Ibrahim se juntou às forças armadas burkinabes em 2010 e chegou a patente de capitão em 2020, fazendo parte de uma unidade antiterrorista do exército conhecida como “Cobra”¹⁵, fundada em 2019, tendo lutado na linha de frente contra os grupos insurgentes; principalmente durante seu comando em uma unidade militar em Kaya, no norte do país. Ele foi um dos oficiais que apoiou o golpe do MPSR, porém rapidamente Damiba se demonstrou ambicioso demais e ineficaz no combate à insurgência, o que levou Traoré a derrubá-lo, embora tentasse reorientar Paul a focar na questão terrorista. Traoré rapidamente expulsou as tropas francesas e da Legião Estrangeira do território burkinabe, em 21 de janeiro de 2023, suspendendo um acordo militar vigente com a França desde 2018; fora expulso do país em torno de 400 militares franceses, algo que incentivou diversos protestos massivos da população exigindo o fechamento da base militar da França no norte e que o embaixador francês fosse retirado do país; tendo tudo

isso ocorrido, a França encerrou as atividades em Burkina Faso em 19 de fevereiro de 2023. A junta militar liderada por ele, nacionalizou duas minas de ouro pertencentes ao capital estrangeiro e já está se construindo uma refinaria nacional; somente com o ouro nacionalizado, o governo foi capaz de distribuir aproximadamente 179 milhões de dólares em maquinário agrícola para a população do país, atavicamente agrária¹³; além da questão da distribuição de riquezas, há a instauração de uma política protecionista por meio de uma estatal mineradora criada por Traoré que exige participação mínima de 15% nas suas operações no território burkinabe; mesmo com empresas russas, a regra permanece, demonstrando uma relação “win-win” entre a aliança estratégica do Sul-Global, e não mais a velha e sórdida relação assimétrica neocolonial que primava por apenas retirar.

Os progressos sociais e políticos em Burkina Faso são notórios, estima-se que mais de 700 mil pessoas tenham deixado a extrema pobreza somente nos últimos 12 meses, e o país cresceu 4,9% em apenas 1 ano ¹³; o apoio popular também se faz muito presente, de forma massiva, principalmente entre a juventude burkinabe, com além de mobilizações massivas, há vigílias populares em pontos chaves da cidade para proteger Ibrahim de qualquer perigo ou atentado e adesão maciça ao fundo de colaboração para sustento da revolução, já sendo arrecadado até o momento aproximadamente 106 Bi de francos CFA, e há expectativas de se cunhar moedas próprias ao invés de utilizar o CFA ¹³.

No âmbito militar, há avanços igualmente substanciais, com o governo tendo comunicado que 71% dos territórios perdidos para a *jihad* foi recuperado é de acordo com o Ministro da Segurança burkinabe, Mahamadou Sana, 679 localidades estão novamente sob autoridade do Estado. Além disso, o país firmou um tratado de proteção mútua com Mali e Níger no dia 16 de setembro de 2023, chamada de Aliança dos Estados do Sahel (*Alliance des États du Sahel* ou AES) com o objetivo de fortalecer e de se proteger contra ameaças externas, principalmente da CEDEAO; ambos os países estão sob controle de juntas militares e promoveram a expulsão de forças francesas de seus territórios, além de prejudicar gravemente

os interesses franceses na região do Sahel. Além de objetivar a construção e melhoria de infraestrutura, o estabelecimento de uma união monetária, a industrialização e um mercado comum. Recentemente a AES assinou acordos com o governo russo, que visavam reforçar as capacidades operacionais das forças combinadas da AES com equipamentos e treinamento russos, algo que os russos prontamente aceitaram e se dispuseram a fornecer qualquer ajuda que fosse necessária.¹⁷ Outro fato relevante é a saída dos três países da CEDEAO em 28 de janeiro de 2024, por considerarem um órgão eficiente e colaboracionista com o neocolonialismo.

Em 15 de dezembro de 2022, Burkina Faso fez um acordo com o *Wagner Group*, grupo mercenário que possui ligações diretas à Rússia. O *Wagner Group* se configurou como um elemento de segurança no Sahel, com Burkina Faso, Mali e Níger se alinhando com a então empresa mercenária privada. Os três países se distanciaram ainda mais do Ocidente e dos governos imperialistas. Em meados de fevereiro de 2024, após certo tempo de especulação, Burkina Faso e Rússia finalmente anunciaram planos para uma cooperação militar ainda maior. O governo russo anunciou o envio de 100 combatentes paramilitares do "Corpo Africano" (*Afrikanskiy korpus* ou Африканский корпус) ou "Corpo Expedicionário", para auxiliar o país a proteger suas fronteiras, garantir a segurança do líder da junta do país e proteger os civis burkinabes de ataques ou atentados terroristas. As tropas Wagner que permaneceram na África foram oficialmente transferidas para o *Afrikanskiy korpus*, uma divisão formal do Ministério da Defesa da Rússia. A expectativa é de que mais 200 militares russos sejam enviados no futuro para integrar as fileiras da força expedicionária russa.

O novo governo de Burkina Faso representa, além de esperança para o bravo povo burkinabe, um farol de liberdade para todo o continente, um baluarte inexpugnável da retomada do Pan-africanismo e dos ideais revolucionários de Thomas Sankara, encarnados nesta vez na figura heróica de Ibrahim Traoré; com ele, pode-se sonhar com um com uma África enfim livre e soberana, tal qual todos que antes vieram dele e aqueles que virão após lutaram.

Referências bibliográficas

AGUIAR, P. A revolução de Ibrahim Traoré: o que está acontecendo em Burkina Faso? Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/08/17/a-revolucao-de-ibrahim-traore-o-que-esta-acontecendo-em-burkina-faso/>. Acesso em: 27 set. 2025.

ALJAZEERA. Burkina Faso: Ghost of ‘Africa’s Che Guevara. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2014/10/31/burkina-faso-ghost-of-africas-che-guevara/> Acesso em 19/09/2025.

BARADEL, G.A. POLÍTICA EXTERNA E AS MUDANÇAS GOVERNAMENTAIS NO BURKINA FASO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ OS GOLPES DE 2022 (1960-2022). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/45425/1/Pol%C3%ADticaexternamudan%C3%A7as.pdf> Acesso em 28/08/2025.

BBC. Thomas Sankara murder: Ex-Burkina Faso President Blaise Compaoré found guilty. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-61008332> Acesso em 17/09/2025.

BIVAR RIBEIRO, Dimitri-Alexander Lenine; KAPPES, Sylvio Antonio. O OUTRO LADO DA MOEDA: FRANCO CFA, COLONIZAÇÃO MONETÁRIA E NEOCOLONIALISMO. Cadernos CEPEC, [S.l.], v. 13, n. 2, nov. 2024. ISSN 2238-118X. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/16081>. Acesso em: 27 set. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/cepec.v13i2.16081>.

BONNECASE, Vincent. Sur la chute de Blaise Compaoré. Autorité et colère dans les derniers jours d’un régime. Politique africaine, n. 137, 2015, p. 151-168. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue->

politique-africaine-2015-1-page-151?lang=fr&tab=texte-integral.

Acesso em: 03 set. 2025.

BRASIL DE FATO. Educação, reforma agrária, saúde e direito das mulheres: o legado de Thomas Sankara. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/15/educacao-reforma-agraria-saude-e-direito-das-mulheres-o-legado-de-thomas-sankara/>. Acesso em 17/09/2025.

BURKINA FASO: Extremism and Terrorism. Disponível em: <https://www.counterextremism.com/countries/burkina-faso-extremism-and-terrorism>.

Burkina Faso - Independence. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Burkina-Faso/Independence>.

Burkina Faso coup: Gunshots in capital and roads blocked. BBCNews, 1 out. 2022.

Burkina Faso military says it has seized power. BBC News, 24 jan. 2022.

Burkina Faso: Uma oportunidade de ouro. Disponível em: <https://pt.euronews.com/business/2016/12/05/burkina-faso-uma-oportunidade-de-ouro>. Acesso em: 27 set. 2025.

BURKINA, IN. Burkina Faso Travel Advisory Map - February 2019 | U.S. Embassy in Burkina Faso. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190325053826/https://bf.usembassy.gov/burkina-faso-travel-advisory-map-february-2019/>. Acesso em: 27 set. 2025.

CHIN, J.; BARTOS, H.; HANDRINOS, A. What Burkina Faso's Tragic History Teaches Us | Journal of Democracy. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/what-burkina-fasos-tragic-history-teaches-us/>.

DURÃO, R. Rússia e países do Sahel assinam parceria estratégica em segurança e defesa. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/04/russia-e-paises-do-sahel-assinam-parceria-estrategia-em-seguranca-e-defesa/>. Acesso em: 27 set. 2025.

EIZENGA, Daniel; **VILLALÓN**, Leonardo. The Undoing of a Semi-authoritarian Regime: The Term Limit Debate and the Fall of Blaise Compaoré in Burkina Faso. In: MANGALA, Jack (ed.). *The Politics of Challenging Presidential Term Limits in Africa*. London: Palgrave Macmillan Cham, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-40810-7_5.

EXAME.COM. Sankara, o "Che africano" que inspirou revolução na Burkina. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150225024922/http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/sankara-o-che-africano-que-inspirou-revolucao-na-burkina> Acesso em 17/09/2025.

FLORES, Luiza Ferreira. As revoluções africanas: o caso de Burkina Faso (1983-1987). TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

HARSCH, Ernest. *Burkina Faso: a history of power, protest, and revolution*. London: Zed Books, 2017.

L.A. TIMES ARCHIVES. Sankara, Charismatic Leader of Burkina Faso, Killed in Coup. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1987-10-17-mn-3711-story.html> Acesso em 10/09/2025.

MSKT. Burkina Faso reclaims 71% of lost territories, says minister - WADR. Disponível em: <https://wadr.org/burkina-faso-reclaims-71-of-lost-territories-says-minister/>. Acesso em: 27 set. 2025.

NASCIMENTO, M. PET-REL - Burkina Faso: do golpe militar ao deslocamento interno. Disponível em: <https://petrel.unb.br/destaques/158-burkina-faso-do-golpe-militar-ao-deslocamento-interno>. Acesso em: 22 set. 2025.

OCHIENG, B. Burkina Faso coup: Why soldiers have overthrown President Kaboré. BBC News, 25 jan. 2022.

PADRÃO, Márcio. Quem é Ibrahim Traoré, polêmico presidente militar de Burkina Faso. Portal Uol, 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/06/05/quem-e-ibrahim-traore-presidente-de-transicao-do-burkina-fasso.htm>. Acesso em: 02 set. 2025.

PENNEY, J. How America 's Counterterror Strategy Helped Destabilize Burkina Faso. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/11/22/burkina-faso-us-relations/>.

SANKARA, T. WOMNAS LIBERATION AND THE AFRICAN FREEDOM STRUGGLE. 1987. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sankara/1987/03/08.htm> Acesso em 15/09/2025.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. The Atlas of Economic Complexity – Country Profile: Burkina Faso. Cambridge, MA: Center for International Development, Harvard University, 2025. Disponível em: <https://atlas.hks.harvard.edu/countries/854>. Acesso em: 03 set. 2025.

VERMELHO. Em memória de Thomas Sankara, líder anti-imperialista africano. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/10/17/em-memoria-de-thomas-sankara-lider-anti-imperialista-africano/> Acesso em 10/09/2025.

VICE News. Revolution in Burkina Faso: The Fall of Compaoré. In: VICE News. 15 jan. 2015. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=8slgtY2uueU>. Acesso em: 3 set. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Regimes militares marxistas africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, [S. l.], v. 5, n. 9, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/97061>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WILSON CENTER. Thomas Sankara's Lost Legacy. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/thomas-sankaras-lost-legacy> Acesso em 17/09/2025.

WIRES, N. Burkina Faso's writer-colonel coup leader starts a new chapter in country's history. Disponível em: <https://www.france24.com/en/africa/20220125-burkina-faso-s-writer-colonel-coup-leader-starts-a-new-chapter-in-country-s-history>.

WORLD BANK. Gini index. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=ZG>. Acesso em: 3 set. 2025.

Sudão: Trajetória Política, Instabilidade e a Luta pela Autonomia do Sul

Vinicius Williams Ferreira de Moura¹

Kesia Costa Pereira²

Introdução

O objetivo deste capítulo é fornecer uma análise histórico-política acerca do Sudão e da atual guerra civil que assola o país – conflito este iniciado em abril de 2023 – que opõe o governo do general Abdel Fattah al-Burhan (atual presidente sudanês) às Forças de Apoio Rápido (FAR), comandadas por Mohamed Hamdan Dagalo (também conhecido como Hemedti). Para além da mera descrição dos fatos ocorridos no decorrer do conflito armado, nossa análise também busca traçar um panorama acerca dos impactos deste na população sudanesa, das crises humanitárias que surgiram consequentemente e dos efeitos provocados por tal conjuntura nos países vizinhos. Por fim, há espaço também para uma abordagem sobre as atuais tensões políticas no vizinho Sudão do Sul, que enfrenta uma escalada autoritária na figura de seu presidente, Salva Kiir, em face do vice-presidente, Riek Machar, e seus partidários. Esta situação gera temores de que o jovem país se veja envolvido em novos confrontos.

História pós-independência do Sudão

O Sudão se tornou independente no dia 1º de janeiro de 1956, sob a liderança de Ismail al-Azhari e o seu Partido Unionista Nacional

¹ É graduando do Curso de Bacharelado em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail:

² É graduanda do Curso de Bacharelado em História da Faculdade de Ciências Humanas - FACH Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, membro do Grupo de Estudos de Política Internacional (GEPI-UFMS) E-mail:

(NUP). A ideia inicial de al-Azhari era a formação de um governo único entre Sudão e Egito; contudo, pressões internas, a falta de apoio e o temor causado por alguns distúrbios no sul do país o levaram a proclamar a independência sudanesa. (BRITANNICA, 2025). Ainda sobre tal conjuntura, P. M. Holt (1979, p. 167) destaca o seguinte:

O Dia de Ano Novo de 1956 marca uma nova era na história do Sudão apenas em um sentido formal e convencional. A verdadeira linha de demarcação deve ser colocada antes, seja no "dia designado" de 9 de janeiro de 1954, quando ocorreu a transferência essencial de poder das mãos britânicas para as sudanesas; ou, de forma menos apropriada, em 17 de novembro de 1958, quando o golpe de estado do Exército encerrou a primeira fase do governo parlamentar.

Como bem apontado por Akram-Boshar (2021), antes da independência o Sudão já passava por algumas tensões envolvendo a produção interna e exportação de algodão; nesse contexto, ocorreram levantes como o dos inquilinos de Gezira em 1953 (que contou com o apoio da Frente Anti-imperialista Comunista, futuro Partido Comunista), que exigia uma maior participação nos lucros e a remodelação das relações de produção. Ocorreram outros exemplos de radicalização das classes mais baixas – tais como a sindicalização dos agricultores da região do Nilo Branco ou a greve dos trabalhadores do algodão em Jouda – que foram violentamente reprimidas, resultando em mortes e detenções arbitrárias.

Imagem 1 – [Ismail al-Azhari, primeiro líder do Sudão independente]



Fonte: Independence of Sudan, [s.d.]

É importante destacar que a experiência democrática liberal promovida por al-Azhari teve vida curta, uma vez que sua ideia de unificação política entre Sudão e Egito encontrou resistência – principalmente na figura da Irmandade Khatmiyya, principal ordem islâmica no país que, futuramente, se tornaria uma força política proeminente e poderosa. Tendo perdido o apoio dos grupos religiosos, o governo de al-Azhari sofreu um voto de desconfiança perante a Assembleia Constituinte e acabou sendo forçado a renunciar (ZUBER, 2022); para o seu lugar foi eleito e empossado Abdallah Khalil, do Partido Umma.

De acordo com Holt e Daly (1979, p. 168 e 171), o novo governo não se mostrou capaz de conter o clima de instabilidade que assolava o país, uma vez que a coalizão que o apoiava (que unia o Partido Umma e o Partido Democrático do Povo/PDP, este formado por ex-partidários dos Unionistas de al-Azhari) se mostrou

demasiadamente frágil, com facções internas buscando diferentes zonas de influência e projetos para o novo país – o PDP via como inspiração a Revolução Egípcia de 1952 de Gamal Abdel Nasser; enquanto a Umma almejava o apoio de países ocidentais como um meio para a consolidação de seu líder, Sayyid Abd al-Rahman al-mahdi, de modo que governasse como uma espécie de “presidente vitalício”. Tal conjuntura culminou num golpe militar ocorrido no dia 17 de novembro de 1958. liderado pelo General Ibrahim Abboud (comandante-chefe das Forças Armadas), que tomou o controle de partes estratégicas da capital Cartum, Omdurman e Bahri/Cartum Norte, derrubando assim o governo civil.

Imagem 2 – Ibrahim Abboud



Fonte: Wikidata, [s.d.]

Sob o comando do General Abboud, o país experimentou o acirramento de disputas étnico-religiosas que já datavam desde o período pré-independência. A questão quanto ao Sudão do Sul teve como marco inicial a repressão aos protestos na cidade de Torit, ainda no ano de 1955, nos quais eram exigidos uma maior autonomia para a região sul do país. Tais disputas têm raízes profundas na sociedade sudanesa, possuindo como uma de suas origens a diferença cultural entre o norte - de influência árabe e muçulmana - e o sul, de maioria animista e cristã, além de contar com uma notória influência cultural subsaariana (MOMODU, 2020). Frente a esse cenário, Abboud agiu ativamente com o objetivo de promover a islamização das províncias sulistas. Um passo inicial para esse processo de desculturação promovido na região ocorreu ainda em 1957, durante o governo civil de Khalil, quando as escolas missionárias foram nacionalizadas para, posteriormente, serem convertidas em instituições corânicas onde, além do ensino religioso, o idioma árabe seria difundido para a população; de mesmo modo, também estava sendo imposta a mudança do dia de descanso semanal de domingo para a sexta-feira (conforme manda a tradição islâmica), o que gerou respostas da população - tais como greves estudantis e o fechamento de escolas (ANYA-NYA NATIONAL ORGANIZATION, s.d., p.11; POGGO, 2002, p. 6-7).

Imagem 3 – [Guerrilheiros separatistas do Anya-nya]

Fonte: Paanluel Wel, [s.d.]

A tentativa de introdução forçada do Islã no sul do país se mostrou infrutífera. Além das manifestações populares contrárias a tais medidas, o governo militar começou a perder cada vez mais apoio - chegando ao ponto de até as irmandades religiosas islâmicas se afastarem do regime de Abboud (BRITANNICA, 2025). Frente a tal situação, o general se viu obrigado a renunciar; para o seu lugar foi montado um gabinete de transição, sob a liderança de Sirr Al-Khatim Al-Khalifa. O governo provisório acabou fracassando em seus objetivos; logo, diante de uma economia estagnada, um sistema político disfuncional e com o impasse quanto ao sul ainda indefinido, um grupo de militares - liderado pelo Coronel Jaafar Mohamed el-Nimeiri - orquestrou um novo golpe em 25 de maio de 1969.

O novo governo militar teve de lidar com forças opositoras à direita (Umma) e à esquerda (Partido Comunista), o que culminou numa intensa perseguição política - com líderes assassinados, apoiadores exilados e o banimento de todos os partidos políticos, restando apenas a União Socialista do Sudão, liderada pelo próprio Nimeiri. Apesar de tal expurgo, o governo inicialmente ganhou

crédito pelo êxito em parar a guerra civil por meio dos acordos de Adis Abeba, assinados em 1972. Estes colocaram fim a 17 anos de conflitos entre o governo de Cartum e o Movimento de Libertação do Sudão do Sul (juntamente do Anya-Nya, seu braço armado), além de atribuírem certa autonomia política e administrativa às províncias sulistas (JOFFE, 2009; FEGLEY, 2023).

Imagem 4 – da esquerda para a direita: Abel Alier, representando o governo do Sudão, Haile Selassie, mediador e anfitrião das negociações, e Ezboni Mondiri, representando o Movimento de Libertação do Sudão do Sul



Fonte: Wikipédia, 1972

Um período de relativa paz durou no país, ao menos até o fim da década de 1970, quando o fracasso dos planos econômicos propostos pelo governo jogou o Sudão em uma crise inflacionária; diante desse cenário repleto de incertezas, as disputas entre norte e sul tiveram novos capítulos. Conforme explica Lawrence Joffe (2009), o estopim para o recrudescimento das tensões regionais foi

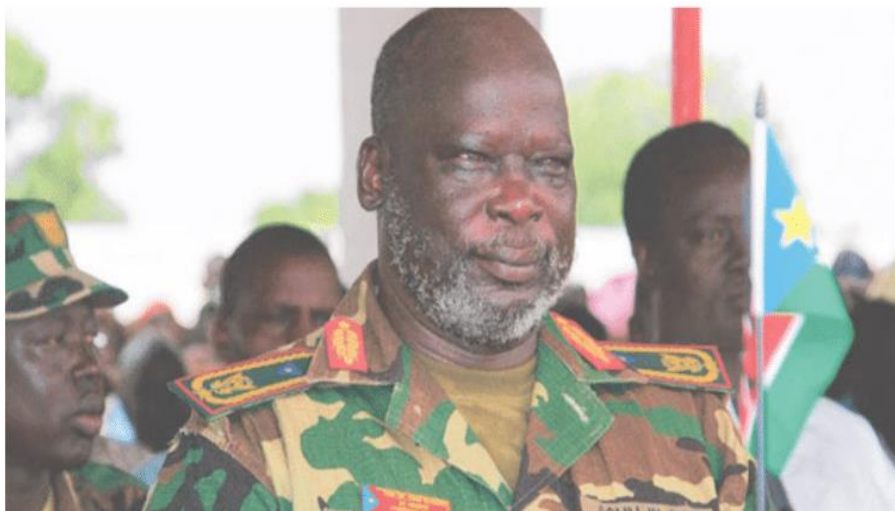
a descoberta de depósitos de petróleo próximos da cidade de Bentiu, na região sul, no ano de 1981. Usando esse fato como justificativa, o governo Nimeiri se aproveitou para revogar permanentemente a autonomia sulista e, como uma forma de angariar apoio popular do norte, implantou a Sharia (lei religiosa islâmica) em todo o território nacional. Com as novas interferências do governo de Cartum e com a posterior deterioração dos acordos de Adis Abeba, o conflito armado foi reiniciado sob a liderança de John Garang e o seu Exército de Libertação do Povo do Sudão (*Sudan People's Liberation Army/SPLA*). A nova guerra civil causou grandes crises de fome, falta de combustíveis e o aumento da inflação, o que gerou grandes manifestações contra o regime de Nimeiri. Sobre os acontecimentos subsequentes, Randall Fegley (2023) explica:

Em 6 de abril de 1985, durante uma visita aos Estados Unidos, Nimeiri foi deposto pelo ministro da defesa, General Abdel Rahman Suwar al-Dahab, em um golpe sem derramamento de sangue. As eleições de 1986 deram poder a um governo civil, chefiado por Sadiq al-Mahdi. No entanto, em 30 de junho de 1989, o Coronel Omar al-Bashir tomou o poder.

Após o golpe bem-sucedido, al-Bashir e seu Conselho de Comando Revolucionário (RCC) concentraram todo o poder, revogando a constituição provisória de 1985, dissolvendo a Assembleia Nacional e, por fim, suspendendo todos os partidos políticos e sindicatos; como base de apoio de seu minoritário governo, foi escolhida a Frente Nacional Islâmica (NFI), liderada por Hassan al-Turabi - figura político-religiosa da linha-dura, que já havia servido de sustentáculo para o regime de Nimeiri. Conforme explica Zárte Arce (2023), passado esse período de estabilização interna do novo governo militar, este buscou legitimar seu poder por meio de eleições; para isso, o RCC acabou sendo dissolvido e Bashir tomou para si todo o poder executivo do país, tornando-se, efetiva e formalmente, o Presidente da República - visando a vitória e concretização de seu poder nas futuras eleições de 1996 e 2000.

A continuidade - e recrudescimento - das políticas pró-islâmicas por parte do governo de Cartum fez com que os conflitos contra o SPLA de John Garang se intensificassem. Apesar da luta sulista não ter sido unificada em sua totalidade - uma vez que haviam desentendimentos entre os cinco maiores grupos étnicos da região: Nuer, Shilluk, Bari, Azende e Dinca; este último sendo o povo do próprio Garang -, ainda assim a escalada dos conflitos foi capaz de gerar um intenso fluxo migratório de civis fugindo para países vizinhos (como Uganda, Quênia e Etiópia, por exemplo); isso, aliado a uma grande epidemia de fome se alastrando, a uma infraestrutura precária (que foi ainda mais comprometida pelos combates) e aos ataques deliberados do governo sudanês contra alvos civis e estoques de suprimentos, foi capaz de jogar o país em uma crise sem precedentes (NEUMANN, 2023).

A guerra entre sul e norte só foi terminar em 2005, quando al-Bashir e John Garang (em nome do SPLA) assinaram o chamado Acordo de Paz Abrangente (CPA), também conhecido como Tratado de Naivasha. Segundo Jon Temin (2018), além das antigas promessas de maior participação política e redistribuição de recursos (demandas que já foram objeto de tratados anteriores), a grande inovação do CPA é o fato de que ele estipulava a realização de um referendo na região sul, para decidir sobre sua separação ou não de Cartum em definitivo. Ainda que houvesse temores de violência política rondando o pleito, a votação aconteceu dentro da normalidade, com a opção separatista ganhando com folga. Assim, em 9 de julho de 2011, nascia a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo.

Imagem 5 – [John Garang, líder rebelde sul-sudanês]

Fonte: The Kenya Times, [s.d.]

Apesar da questão sobre a independência ter sido resolvida mediante votação, ainda havia sérias questões a se tratar sobre como exatamente essa separação aconteceria. Segundo consta na enciclopédia Britannica, os principais problemas relativos à independência do Sudão do Sul diziam respeito a coisas como a partilha das riquezas oriundas da exploração petrolífera (nesse ponto em específico, a maior parte da produção era proveniente do Sudão do Sul; enquanto isso, os oleodutos e a infraestrutura necessária pertenciam ao governo de Cartum), a divisão da dívida externa do país outrora unificado e a demarcação final da fronteira; quanto a este último ponto, há a chamada região de Abyei (que ainda está em disputa), localizada entre os estados de Cordofão Ocidental (Sudão), Bahr el-Ghazal, Warrap e Unity (estes no Sudão do Sul), um local rico em petróleo; diante das violentas disputas sobre repartição de terras e recursos, a ONU, por meio da Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei/UNISFA, costuma propor uma administração conjunta como forma de encerrar as animosidades - sugestão essa que, infelizmente, ainda não foi aceita por nenhum dos dois governos (AFRICA DEFENSE FORUM, 2023).

Imagem 6 – [Mapa dos dois Sudões, com destaque para as regiões em conflito: Darfur e Abyei]



Fonte: INTERNACIONALIZE-SE, 2012

Em paralelo ao acordo de paz com os sulistas, o governo al-Bashir teve de lidar com um novo conflito em Darfur (na região oeste do país). Segundo relatam as Nações Unidas (2023), a origem desse conflito foi um levante armado ocorrido no ano de 2003, o qual foi liderado pelo Movimento de Libertação do Sudão (SLM) e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM); entre suas exigências estavam o combate contra a negligência do governo de Cartum para com a região e a oposição à discriminação contra as populações locais não arabizadas. A resposta ao levante foi brutal; o governo al-Bashir - auxiliado pelas milícias Janjaweed, forças paramilitares árabes que foram armadas e financiadas por Cartum - foi responsável pela morte de 300 mil pessoas e pelo deslocamento de milhões de pessoas internamente e em direção aos países vizinhos.

Imagem 7 – [Tropas das Nações Unidas atuando em Darfur]

Fonte: Democracy in África, [s.d.]

As atrocidades cometidas em Darfur chamaram a atenção da ONU, que alertou para as violações de direitos humanos e para o potencial genocida das investidas de al-Bashir na região. Perante tal discurso, o governo sudanês prontamente negou seu envolvimento no conflito, acusando este de ser uma mera “disputa tribal” em andamento no oeste do país. Essa negativa não foi convincente o bastante, o que motivou a chegada de tropas da União Africana e um subsequente cessar-fogo. Apesar desses esforços, houve uma escalada de tensões no ano de 2007, levando as Nações Unidas a autorizarem uma missão híbrida em conjunto com a União Africana: a UNAMID/*United Nations-African Union Mission in Darfur* (UNRIC, s.d.). Segundo Flavia Ellen Silva Gauger (2024, apud ICC, 2002), a violência e os massacres ocorridos no decorrer do conflito levaram o Tribunal Penal Internacional (TPI) a emitir um mandado de prisão contra Omar al-Bashir em março de 2009. Dentre as acusações, constavam crimes de guerra (como ataques a civis e pilhagem) e

crimes contra a humanidade (homicídio, extermínio, deslocamento forçado, tortura e estupro).

Entre conflitos, limpezas étnicas e vitórias eleitorais questionáveis, Omar al-Bashir conseguiu se manter de maneira relativamente estável no governo até 2018; neste ano, devido à deterioração da economia nacional, diversos protestos populares eclodiram - evoluindo, em pouco tempo, para manifestações que exigiam a renúncia de al-Bashir. Apesar da repressão, os protestos continuaram, o que levou o governo a declarar estado de emergência em fevereiro de 2019, dissolvendo os governos central e estaduais e, no lugar dos antigos representantes eleitos, nomeando militares para os cargos - em uma clara tentativa de fechar o regime. Contudo, houve o recrudescimento das manifestações, chegando ao ponto em que, no dia 11 de abril, Omar al-Bashir acabou sendo deposto e preso - conforme relatado pelo ministro da defesa à época, Awad Mohamed Ahmed Ibn Auf, em um pronunciamento transmitido pela televisão; a partir desse ponto, foi estabelecido um governo transitório que duraria dois anos, seguido de eleições; para liderar o mandato tampão foi criado o Conselho Soberano, sendo escolhido como presidente o general Abdel Fattah al-Burhan e tendo como primeiro-ministro, representando grupos civis, Abdalla Hamdock (BRITANNICA, 2025; DEUTSCHE WELLE, 2019).

As esperanças de construção de um novo futuro democrático não duraram muito, uma vez que a relação entre civis e militares no poder se mostrou tormentosa. As tensões aumentaram após uma tentativa de golpe orquestrada por partidários de Bashir. Usando essa intentona fracassada como justificativa, o general al-Burhan liderou uma ofensiva contra os elementos civis do governo, prendendo o primeiro-ministro Hamdock, anunciando estado de emergência em todo o território nacional e dissolvendo o Conselho Transitório; além disso, foram anunciadas novas eleições para julho de 2023 e uma nova constituinte. Assim, em 25 de outubro de 2021, foi concretizado mais um golpe militar no Sudão (BRITANNICA, 2025; G1, 2021). Contudo, as eleições novamente não ocorreram, pois, conforme noticiado

pelo podcast África em Pauta (2023, 50min42s), no dia 15 de abril (dois meses antes da realização do suposto pleito eleitoral) houve uma insurreição das chamadas Forças de Apoio Rápido/RSF - grupo paramilitar cuja origem remonta às já citadas milícias Janjaweed, surgidas no contexto dos conflitos em Darfur, que, posteriormente, foram legalizadas e atuaram como uma força auxiliar ao exército sudanês -, lideradas por Mohamed Hamdan Dagalo (popularmente conhecido como Hemedti). Tal insurreição se deu com a tentativa de tomada do palácio presidencial e do Aeroporto Internacional de Cartum, clamando por uma rebelião popular contra as Forças Armadas Sudanesas e o general al-Burhan. Tal ação desencadeou uma nova guerra civil no Sudão, que ainda está em andamento.

Conflitos e abusos na capital sudanesa, Cartum e correlatos

Em 15 de abril de 2023, uma guerra civil tomou a capital sudanesa, Cartum. Os agentes responsáveis pelos ataques ao Palácio Presidencial e ao Aeroporto Internacional de Cartum tinham o objetivo claro de guerrear contra as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e o general Abdel Fattah al-Burhan, líder do Conselho Soberano do Sudão. Antes de tratarmos sobre os conflitos e disputas que jazem nesse território, é fundamental contextualizarmos instituições, títulos e personalidades que são importantes para este cenário e que possuem papel crucial na tomada de decisões, bem como influência na continuidade desse extenso histórico de desavenças.

Contexto Pré-Guerra Civil de 2023

No contexto pré-guerra civil de 2023, antes de Abdel Fattah deter a liderança militar do país, Omar al-Bashir era o chefe de Estado. Sua permanência no poder central do Sudão perdurou por cerca de 30 anos, até o momento em que Mohamed Hamdan Dagalo (Hemedti) e Abdel Fattah al-Burhan deflagraram um golpe de Estado. As duas figuras que agora disputam a liderança eram, antes, parceiras. Burhan (SAF) e Hemedti (RSF) faziam parte de uma estratégia política de al-Bashir para se manter no poder. Ele

fortaleceu os laços, dando empoderamento militar e autonomia para que esses grupos controlassem as regiões designadas como bem quisessem, mas ainda respondendo aos comandos de al-Bashir e sendo sua principal força de proteção. Por conseguinte, al-Bashir era intocável. Entretanto, a confiança e a autonomia depositadas em seu círculo protetivo se mostrariam uma ameaça à sua própria posição mais tarde. As forças paramilitares, Forças de Apoio Rápido (FAR) – ou RSF (Rapid Support Forces) em inglês –, têm suas raízes na antiga milícia chamada Janjaweed. Estas milícias lutaram em Darfur durante os anos de 2003 a 2008 junto às Forças Armadas Sudanesas (SAF) contra os grupos do Movimento de Libertação do Sul (SLA/SLM) e o JEM (Movimento pela Justiça e Igualdade), reprimindo as revoltas populares com a finalidade de realizar uma "limpeza étnica". Dados estimam que as fatalidades ultrapassassem 300 mil mortos e mais de 2,5 milhões de pessoas deslocadas durante o conflito.

Imagem 8: Refugiados deixando o Sudão



Fonte: Middle East Institute, 2024

Grupos étnicos como Fur, Zaghawad e Masalit foram alvo de ataques violentos sistemáticos, civis que faziam parte desses mesmos grupos étnicos que os rebeldes foram demasiadamente afetados; muitos dos habitantes das vilas atacadas tinham imensa

vontade de voltar, entretanto, temiam que seriam alvo novamente de mais investidas violentas (Holocaust Encyclopedia, 2025). Sem perspectiva para onde ir ou se era seguro voltar para suas comunidades, milhares de pessoas deslocaram-se para o Chade, país vizinho que não apresentava infraestrutura para abrigar o alto contingente de pessoas e que também não dispunha das melhores condições. Mariel Muller e Martina Schikowski, em matéria de julho de 2024, indicam que “mais de 600 mil pessoas cruzaram a fronteira com o Chade, que já abrigava 400 mil refugiados sudaneses antes da eclosão do conflito, em abril de 2023.” (MULLER; SCHIKOWSKI, 2023).

A retaliação por parte da milícia e dos soldados sudaneses incluíram a destruição de suprimentos, ataques aéreos à civis, atearam fogo em casas e destruíram centenas de vilas, desestabilizaram a economia local e o mercado de Darfur. A agressão sexual é um ponto de grande peso aqui, milhares de mulheres e jovens foram alvo de violência sexual, tanto nas zonas de guerra quanto em campos de refugiados. O estupro era usado como uma arma de guerra (Holocaust Encyclopedia, 2025), e estamos falando de milhares de jovens mulheres e adultas que foram violentadas, usadas e assassinadas pela mera motivação da “limpeza étnica”.

Dos casos de Abuso e Violência Sexual

O Sudão, bem como o Sudão do Sul, enfrenta diversos ataques e investidas do grupo paramilitar RSF (Forças de Apoio Rápido em tradução livre), esses ataques são destinados a qualquer civil e em qualquer lugar alcançável. Um dado do jornal Sudanese Tribune, de julho desse ano, fornecido pelo *Preliminary Committee of the Sudan Doctors Syndicate*, traz um dado importante sobre os abusos cometidos por soldados do RSF contra mulheres, jovens e crianças e o resultado dessas atrocidades. Estima-se que entre 679 mulheres vítimas de estupro, 135 delas cometem suicídio, 48 dessas vítimas ficam gestantes e optam pelo aborto e em alguns casos, se concebem, estes bebês são abandonados. Isso é um levantamento de quando a guerra começou para cá, nem incluímos (ou podemos

mensurar com exatidão) a quantidade de indivíduos que passaram ou vivenciaram a mesma situação, pois um dos pontos que também pesa para essas mulheres e jovens é a estigmatização da violência sexual.

O abuso sexual não deixa uma marca apenas física, mas ela tem raízes profundas que impactam demasiadamente no convívio social, nas relações interpessoais e na maneira como as vítimas levam a vida após o ocorrido. Nos Sudões, os casos de estupros e escravidão sexual cresceram exponencialmente, porém as organizações de apoio e de ajuda humanitária conseguem esses dados de maneira gradual e pouco a pouco, a ajuda também chega aos poucos, isso quando não é barrada. Muitos fatores dificultam o acesso à ajuda: as distancias extensas percorridas para chegar em uma base médica ou um posto de atendimento clínico, dificuldades no percurso, condições financeiras, culpa e, principalmente, o medo de julgamentos e retaliação. Muito dos casos não vem à tona pois ainda existe uma rotulação bastante discriminatória que recai sob as vítimas. São abandonadas, expulsas de casa, vivenciam vergonha pública e segregação, são persuadidas a não procurar ajuda e são convencidas de que elas estão cometendo o erro. Ou seja, as vítimas são culpabilizadas pelos abusos que sofreram.

Dos ataques e ocupação dos paramilitares em Cartum

O RSF é mais um dentre outros mecanismos que dificultam a paz e o convívio dos sudaneses. Desde 2023, após um período de tensões entre os dois militares, Hemeti e al-Burhan, e a ocupação de Cartum por militares do RSF, milhões de pessoas foram realocadas, indo de um lugar para outro, as vezes migrando dentro do próprio país e, em outros casos, emigrando para outros países vizinhos, ato que deixou milhares de mortos e piorou a crise alimentar no país.

Metade da população do Sudão – cerca de 25 milhões de pessoas – precisa de assistência humanitária e proteção. O país enfrenta escassez extrema de alimentos, água, medicamentos e combustível, e mais da metade da população (25,6 milhões) enfrenta insegurança alimentar aguda,

incluindo 8,5 milhões em situação de emergência. (UNHCR, 2025)

Isso reflete o cenário de guerra que durante anos tem acometido esses países. O Sudão do Sul “nasceu” nesse envolvimento separatista e de conflitos internos. Vale lembrar que o Sudão do Sul é o país mais jovem do mundo, tendo sua independência em 2011, depois de longos anos de tensão com a região Norte. O Sudão do Sul já sofria com fomes, conflitos internos e instabilidades, com os conflitos no Sudão, um alto fluxo de pessoas migraram para lá. Muitos desses que conseguem cruzar as fronteiras e chegar ao país sofrem os impactos da falta de assistência, muitas pessoas são, na verdade, sul-sudaneses que retornam ao seu país de origem, que já enfrenta pobreza e instabilidade.

Imagem 9: Cenário de guerra no Sudão



Fonte: United Nations, 2025

Em Cartum, no terceiro ano de guerra, as Forças Armadas Sudanesas (SAF) retomaram o poderio e estão em processo de realizar uma "limpeza" do território, após um longo período de batalhas intensas (AL JAZEERA, 2025). Em março de 2025, o líder militar al-Burhan declarou em pronunciamento: "Cartum está livre", após a retomada do Aeroporto Internacional do Sudão e do Palácio

Presidencial, mesmo que em localidades paralelas os embates com os milicianos da RSF ainda estivessem ocorrendo.

A obtenção do controle da capital representa uma vitória significativa para um dos lados; entretanto, os métodos aplicados por ambos os grupos militares são igualmente brutais. Muitos civis se encontram no meio desse fogo cruzado. A rejeição aos paramilitares é altíssima: eles saqueiam, roubam, abusam e estupram, destroem edifícios, invadem casas e localidades e transformam esses lugares invadidos em prisões improvisadas. Em entrevista à *Al Jazeera*, Montesser, ativista e trabalhador local, relata que as pessoas perdem suas casas e tudo que há dentro: "além disso, não há água nem eletricidade em seus bairros e eles não têm internet... Em alguns casos, o exército ainda precisa retirar os cadáveres das ruas" (NASHED, 2025).

Por outro lado, ataques a civis, aprisionamentos equivocados, tortura e perseguição de grupos étnicos também são cometidos pela SAF. "Centenas de pessoas foram mortas sob suspeita de apoiarem a RSF, devido às suas origens étnicas" (NASHED, 2025). Os conflitos são marcados por destruição em massa, abalando as infraestruturas da cidade e localidades próximas. Drones aéreos são lançados para atacar o inimigo e, nesse processo, tudo que atingem é destruído. Muitas pessoas deslocadas sentem vontade de retornar às suas casas desde a vitória temporária das forças militares, mas seus lares se encontram devastados, o que aumenta ainda mais o número de indivíduos em situação de deslocamento.

Crise Humanitária e Surto de Cólera

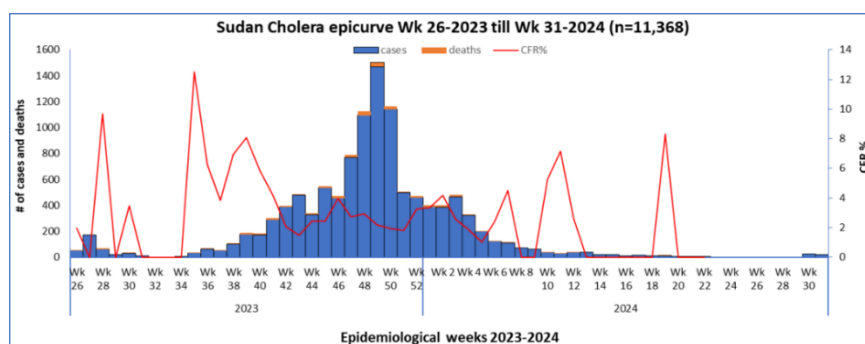
O aumento de surtos de doenças como a cólera, em detrimento da má condição de saneamento básico, da saúde pública debilitada e da restrição de alimentos e medicamentos, são aspectos humanitários que evidenciam esse momento conflituoso. Não somente as infraestruturas, mas o saneamento e o sistema elétrico foram afetados em pelo menos treze estados. De acordo com a UNICEF, cerca de 70% desses sistemas encontram-se parcial ou completamente danificados, impactando a vida de pelo menos

nove milhões de crianças e mulheres sem acesso à água em casas e escolas. Uma proporção maior ainda se forma nos campos de refugiados, onde o acesso a esses itens sanitários básicos é muito mais escasso e limitado.

O surto de cólera é um reflexo desse esgotamento sanitário. Na falta de sistemas elétricos e de água, muitas comunidades recorreram a fontes de água não seguras para consumo. Uma série de fatores contribuem para o surto de cólera, como os deslocamentos que forçam os indivíduos a se aglomerarem nos campos onde não há a sanitização necessária, a destruição de centros e postos médicos sem infraestrutura para abrigar os infectados, além de questões climáticas como as enchentes, que auxiliam na transmissão da doença (UNICEF, 2025).

Estima-se que a cólera já tenha atingido cerca de doze estados e noventa localidades em todo o Sudão, com mais de 57 mil casos de suspeita de cólera e 1.534 mortes relatadas. A resposta da UNICEF, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o ministro da saúde, organizou a vacinação, e comunidades estão sendo mobilizadas para participar ativamente. Ainda assim, o nível de cólera duplicou entre junho e julho desse ano, com taxas de 0,4% para 0,9%, respectivamente (REACH, 2025, p. 4).

Imagem 10: Gráfico dos casos de Cólera entre 2023 e 2024



Fonte: WHO Country Office Sudan, 2024

A dimensão dessa guerra é demasiadamente preocupante, porém basta nos perguntarmos quantas vezes vemos notícias

acerca de Cartum, Sudão ou sobre seus conflitos regionais, que nos damos conta de como é escasso esse tipo de conteúdo na mídia. Não acontece por acaso, é revoltante que em tantas horas de reportagens e noticiários, o pouco que vemos e descobrimos sobre os Sudões, e a África em geral, surge quando fazemos um esforço a mais para procurar textos, autores, matérias e conteúdo que envolvam o país sudanês, pois o que está a acontecer não é transmitido, mesmo que sua guerra seja umas das mais violentas e sangrentas de todos os tempos. Nos resta questionar por que esses conflitos e temas que envolvem a África não recebem a mesma atenção que outros países europeus recebem, por exemplo, mesmo tendo proporções absurdas de destruição em massa e de crimes contra a humanidade. Questionemos também por que os líderes globais parecem não estar interessados em resolver o que está acontecendo no Sudão. O primeiro motivo seria a razão geopolítica, por mais que uma boa parte da terra apresente minérios valiosos, não é interessante pois o país não afeta ou impacta nos fluxos econômicos locais, deste modo não há cobrança para os líderes intervirem.

Em setembro desse ano, as tropas sudanesas levaram ao Conselho de Segurança da ONU uma queixa formal em acusação aos Emirados árabes Unidos de enviarem combatentes colombianos para lutarem ao lado do RSF. Na carta relata “autoridades sudanesas coletaram extensas evidências de uma campanha sistemática dos Emirados Árabes Unidos para minar a paz, a segurança e a soberania do Sudão, financiando e enviando mercenários para lutar junto à RSF” (A REFERÊNCIA, 2025). Segundo dados do mesmo canal, cerca de 350 a 380 colombianos juntaram-se à RSF e suas funções eram variadas, desde operar drones à ataques diretos e combatentes. Muitos desses soldados foram enganados com a falsa promessa de um salário muito melhor do que recebiam na Colômbia. Não seria a primeira vez que os Emirados Árabes estiveram envolvidos nesse conflito. Outra acusação, recente também, é de ajudar a prolongar a guerra, fornecendo munição e apoio indireto para a RSF; “as autoridades sudanesas continuam a culpar os EAU pelo que dizem

ser um apoio clandestino fundamental às Forças de Apoio Rápido (RSF) paramilitares” (ADF MAGAZINE, 2024).

O que acontece no Sudão é um misto de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais, muitos deles herdados do período colonial e de processos internos mal resolvidos. A influência colonizadora do Egito e dos britânicos em solo sudanês aconteceu sem considerar as diferenças religiosas, étnicas e culturais no país. Essas diferenças geraram conflitos que duram até hoje, que culminam no cenário que estamos presenciando. É válido ressaltar que essa guerra ainda está em andamento, o conflito só vai cessar quando um dos lados ceder, ou talvez não. Enquanto isso não acontece, nos resta buscar entender as complexidades que permeiam essa situação de conflito, sem julgar *a priori*, e tentando estabelecer meios de solucionar os problemas e não fomentá-los.

Referências

AFRICA DEFENSE FORUM. Situação não Resolvida da Região de Abyei Contribui para Surtos de Violência. *ADF Magazine*, 2023. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2023/12/situacao-nao-resolvida-da-regiao-de-abyei-contribui-para-surtos-de-violencia/>. Acesso em: 6 set. 2025.

AKRAM-BOSHAR, Shireen. Contrarrevolução no Sudão: uma história de golpes militares e luta de massas no Sudão. *Revista Movimento*, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/11/contrarrevolucao-no-sudao/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

AL-AZHARI, Ismail. Primeiro líder do Sudão independente. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://independenceofsudan.blogspot.com/p/presidents-of-sudan.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

ANYA-NYA NATIONAL ORGANIZATION. *Resistance: the Story of Southern Sudan*. Edição 13. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://sudanarchive.net/?a=d&d=WMRG-13.1.11&e=-----en-20--1--txt-txIN%7CtxTI%7CtxAU----->. Acesso em: 28 ago. 2025.

Apoio dos Emirados Árabes Unidos às RSF Acusado de Prolongar Guerra no Sudão. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/11/apoio-dos-emirados-arabes-unidos-as-rsf-acusado-de-prolongar-guerra-no-sudao/>. Acesso em 11 de set de 2025.

A violência sexual como arma de guerra. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/crise-no-sud%C3%A3o-viol%C3%A2ncia-sexual-como-arma-de-guerra/a-69561048>. Acesso em 09 de set de 2025.

BRITANNICA. *History of Sudan*. Chicago: Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/history-of-Sudan>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CARVALHO, Marcus; **FILHO**, Luís Fernando; **ZAMBO**, Camila. África em Pauta #54 - Tentativa de Golpe no Sudão. In: PONTA DE LANÇA PODCASTS. [S. l.], 2023. [Podcast]. 3h16min47s. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6ZCxWPjkYaOOBdxaNxteyK?si=762125f1dc994312>. Acesso em: 6 set. 2025.

Darfur. <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/darfur> Acesso em 10 de set de 2025.

DEMOCRACY IN AFRICA. [Tropas das Nações Unidas atuando em Darfur]. [s.d.]. Disponível em: <https://democracyin africa.org/the-legacy-of-unamid-and-the-future-of-hybrid-peacekeeping-missions/>. Acesso em: 20 set. 2025.

DEUTSCHE WELLE. Regime de Omar al-Bashir chega ao fim no Sudão. *Deutsche Welle*, 11 abr. 2019. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/regime-de-omar-al-bashir-chega-ao-fim-no-sud%C3%A3o/a-48287441>. Acesso em: 6 set. 2025.

Escalating humanitarian needs in Renk amid reduced mobility, operational challenges and environmental risks. Disponível em: https://repository.impact-initiatives.org/document/impact/8d39fa52/REACH_SSD_Brief_Renk-Emergency-Assessment_July-2025.pdf Acesso em 09 de set de 2025.

FEGLEY, Randall. *Nimeiry Takes Charge in Khartoum*. [S. l.]: EBSCO, 2023. Disponível em: <https://www.ebsco.com/research-starters/politics-and-government/nimeiri-takes-charge-khartoum>. Acesso em: 30 ago. 2025.

G1. Militares dão golpe de Estado no Sudão e prendem premiê interino do país; manifestantes protestam. G1, 25 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/25/sudao-primeiro-ministro-abdalla-hamdok.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2025.

GAUGER, Flavia Ellen Silva. Desafios da Comunidade Internacional Frente às Violações de Direitos Humanos no Conflito de Darfur. *Relações Exteriores*, 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/desafios-direitos-humanos-darfur/#tpi-e-a-responsabilidade-internacional>. Acesso em: 6 set. 2025.

HENRY, Jehanne. The Worst Forgotten Conflict in The World: Sudan's civil war one year on. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/worst-forgotten-conflict-world-sudans-civil-war-one-year> Acesso em 21 de set de 2025.

HOLT, P. M.; **DALY**, M. W. *The history of Sudan: from the coming of Islam to the present day*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1979.

INTERNACIONALIZE-SE. [Mapa dos dois Sudões, com destaque para as duas regiões em conflito: Darfur e Abyei]. 2012. Disponível em: <https://internacionalizese.blogspot.com/2012/02/sudao-do-sul-um-referendo-incapaz-de.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

JOFFE, Lawrence. Jaafar Nimeiri. The Guardian, 5 jun. 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/jun/05/obituary-jaafar-nimeiri>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MOMODU, Samuel. First Sudanese Civil War (1955 - 1972). [S. l.]: Blackpast, 2020. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/first-sudanese-civil-war-1955-1972/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MULLER, Mariel; SCHWIKOWISKI, Martina. Estupro é usado como arma de guerra no Sudão. DW, [S. l.]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/estupro-%C3%A9-usado-como-arma-de-guerra-no-sud%C3%A3o/a-69560261>. Acesso em: 10 set. 2025.

NASHED, Mat. Sudan's army carries out ethnic killings in Gezira state. Al Jazeera, [S. l.]. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/longform/2025/1/23/sudans-army-accused-of-ethnic-killings-after-recapturing-strategic-city>. Acesso em: 11 set. 2025.

NEUMANN, Caryn E. Sudanese Civil War Resumes. [S. l.]: EBSCO, 2023. Disponível em: <https://www.ebsco.com/research-starters/history/sudanese-civil-war-resumes>. Acesso em: 2 set. 2025.

ONU NEWS. Entenda como a crise em Darfur se tornou humanitária e de direitos humanos. ONU News, Nova York, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824957>. Acesso em: 6 set. 2025.

PAAN LUEL WEL. Guerrilheiros separatistas do Anya-nya. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://paanluelwel.com/2017/12/18/revisiting-the-meaning-of-the-anya-nya-movement/>. Acesso em: 20 set. 2025.

POGGO, Scopas S. General Ibrahim Abboud's Military Administration in the Sudan, 1958-1964: Implementation of the Programs of Islamization and Arabization in the Southern Sudan. *Northeast African Studies*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 67-101, 2002.

Q & A: Crisis in Darfur. Human Rights Watch, [S. l.], 25 abr. 2008. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2008/04/25/q-crisis-darfur>. Acesso em: 11 set. 2025.

SUDAN CONFLICT AND REFUGEE CRISIS. World Health Organization (WHO). [S. l.], 2024. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/emergencies/20240815_sudan-emergency-sitrep-3.pdf?sfvrsn=aa6c456_1&download=true. Acesso em: 23 set. 2025.

SUDAN CRISIS EXPLAINED. UN Refugee Agency (UNHCR). [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/news/sudan-crisis-explained/>. Acesso em: 9 set. 2025.

SUDAN CRISIS: Surge in Summary Executions by all warring parties. ONU News, [S. l.], 22 set. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/09/1165889>. Acesso em: 22 set. 2025.

SUDAN: Fighters Rape Women and Girls, Hold Sex Slaves. Human Rights Watch, [S. l.], 15 dez. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/12/15/sudan-fighters-rape-women-and-girls-hold-sex-slaves>. Acesso em: 10 set. 2025.

SUDAN'S CONFLICT, explained. YouTube, [S. l.], 5 set. 2024. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://youtu.be/IDfhxMwoyWo?si=S-Uas4KPyn3F2pXR>. Acesso em: 5 set. 2025.

SUDANESE DOCTORS SAY 135 RAPE VICTIMS DIED BY SUICIDE SINCE WAR BEGAN. Sudan Tribune, [S. l.], 5 set. 2025. Disponível em: <https://sudantribune.com/article303384/>. Acesso em: 5 set. 2025.

SUDÃO LEVA À ONU ACUSAÇÕES CONTRA EMIRADOS ÁRABES POR ENVIO DE MERCENÁRIOS COLOMBIANOS. A Referência, [S. l.], 11 set. 2025. Disponível em: <https://areferencia.com/afrika/sudao-leva-a-onu-acusacoes-contr-emirados-arabes-por-envio-de-mercenarios-colombianos/>. Acesso em: 11 set. 2025.

SUDAN UNREST: What are the Rapid Support Forces? Al Jazeera, [S. l.], 16 abr. 2023. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2023/4/16/sudan-unrest-what-is-the-rapid-support-forces?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 set. 2025.

TEMIN, Jon. South Sudan: Ethnic Conflict and Civil War. [S. l.]: United States Holocaust Memorial Museum, 2018. Disponível em: <https://www.ushmm.org/genocide-prevention/countries/south-sudan/case-study>. Acesso em: 2 set. 2023.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. Country Profile: Burkina Faso. Cambridge, MA: Center for International Development, Harvard University, 2025. Disponível em: <https://atlas.hks.harvard.edu/countries/854>. Acesso em: 3 set. 2025.

THE KENYA TIMES. John Garang, líder rebelde sul-sudanês. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://thekenyetimes.com/latest-kenya-times-news/today-in-history-sudans-vice-president-john-garang-dies-at-helicopter-crash/>. Acesso em: 20 set. 2025.

THE FIGHT AGAINST CHOLERA IN SUDAN: Amidst the ongoing conflict. UNICEF, [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/sudan/fight-against-cholera-sudan>. Acesso em: 23 set. 2025.

UNITED NATIONS REGIONAL INFORMATION CENTRE. Darfur: duas décadas de sofrimento. UNRIC, Bruxelas, [S. l.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-duas-decadas-de-sofrimento/>. Acesso em: 6 set. 2025.

VICE NEWS. Revolution in Burkina Faso: The Fall of Compaoré. In: VICE News. YouTube, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8slgtY2uueU>. Acesso em: 3 set. 2025.

WIKIDATA. Ibrahim Abboud. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://www.wikidata.org/wiki/Q319216>. Acesso em: 20 set. 2025.

WIKIPÉDIA. Da esquerda para a direita: Abel Alier, representando o governo do Sudão, Haile Selassie, mediador e anfitrião das negociações, e Ezboni Mondiri, representando o Movimento de Libertação do Sudão do Sul. [S. l.: s. n.], 1972. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Addis_Ababa_Agreement_%281972%29. Acesso em: 20 set. 2025.

ZÁRATE ARCE, Roberto Ortiz de. Omar al-Bashir. Barcelona: Barcelona CIDOB, 2023. Disponível em: <https://www.cidob.org/lider-politico/omar-al-bashir>. Acesso em: 2 set. 2025.

ZUBER, David. Ismail al-Azhari (1900-1969). [S. l.]: Blackpast, 2022. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/ismail-al-azhari-1900-1969/>. Acesso em: 26 ago. 2025

Mali: na onda da transformação do Sahel e da segunda independência Africana

Matheus Cardoso Barbosa¹

Eduardo Eudociak²

Introdução

O Mali encontra-se na África Ocidental Subsaariana, denominada de Sahel por estar na região entre o deserto do Saara e as vegetações férteis ao sul. Tem uma economia de baixa renda e dependente da exploração do ouro, algodão e castanhas; sendo uma das razões de ser considerado um dos países mais pobres do mundo segundo relatórios mais recentes da ONU. Dividido em 8 regiões administrativas (Timbuktu, Kidal, Gao, Mopti, Ségou, Sikasso, Kayes, Koulikoro), tendo fronteiras com vários países tais quais: Argélia, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mauritânia, Níger e Senegal. Aliado a isso, o país possui uma população de aproximadamente 24 milhões de habitantes e de maioria islâmica. Abriga uma grande quantidade de etnias: Bambara, Malinke, Sonike, Tuaregue, Moorish, Fulani, Songhay, Dogon e Peuhl. Nesse sentido, este trabalho objetiva sintetizar os principais conflitos no Mali, traçando um panorama histórico desde a sua independência tardia da França em 22 de setembro de 1960, passando por revoltas em 1962, 1990, 2006, 2012 e 2020; além de analisar os grupos políticos e religiosos envolvidos; até a situação presente de 2025 com a

¹ Acadêmico do curso de História em Bacharelado da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: matheus.c@ufms.br

² Acadêmico do curso de História em Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: e.eudociak@ufms.br

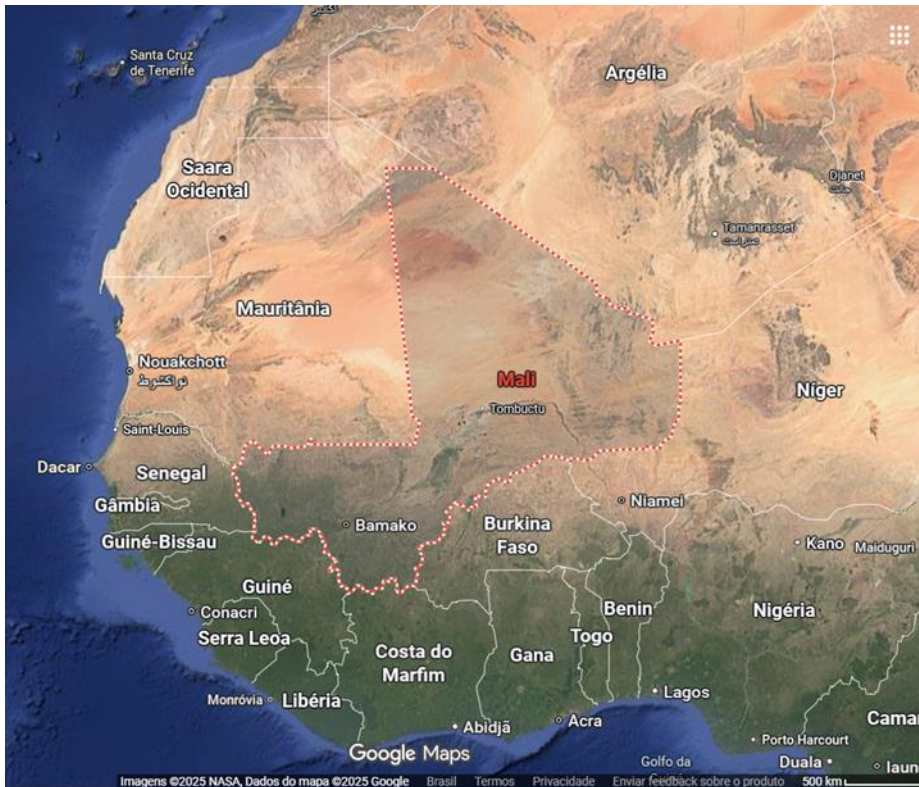
consolidação da junta militar nomeando Assimi Goïta como presidente interino por tempo indeterminado.

Para tal empreita, será utilizado artigos do GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional): *O Complexo e Multifacetado conflito no Mali*. e autores renomados no tema: Maria Carolina Chiquinatto Parenti e Pierre Boilley. Outrossim, será utilizado como fontes de pesquisa e cruzamento de informações as mídias brasileiras e internacionais: Brasil de Fato, Agência Brasil, Folha de São Paulo, L' Eclair Journal, Le Combat e Journal du Mali.

Da Independência de Mali à Guerra Fratricida

A colonização francesa torna-se oficial desde 1890 no Mali, sendo recortada administrativamente diversas vezes, passando a receber nomes como “Sudão Francês” e “Alto Senegal e Níger”, a data é resultado das resoluções finais do Conferência de Berlim (1885); na qual a África e Ásia foram repartidas entre as principais potências do século XIX. O processo de emancipação da metrópole se inicia com o colapso dessa no pós- II Guerra Mundial (1945) e quando territórios dos atuais países Senegal, Dahomey (atual Benin) e Alto Volta (atual Burkina Faso) formaram a Federação do Mali em janeiro de 1959. A aliança não perdura muito e 2 meses depois restam apenas Senegal e Mali, os quais também se separam por desconfianças militares. Dessa forma, o Mali adota o formato do território atual, bandeira e nome atuais (NOVAES, 2013).

Imagem 1: Mapa do Mali



Fonte: Google Maps

Até 1968 o país adota o unipartidarismo, uma linha independente e nacionalista ao, inclusive, evocar a doutrina socialista e nacionalizando os recursos do país. Desse modo, ele tenta escapar da ingerência francesa e conseguir apoio soviético no contexto da Guerra Fria. Modibo Keita governa durante esses 8 anos e faz diversas tentativas de reforma agrária, as quais geram revoltas nas tribos tuaregues nortistas cuja participação foi apartado do governo e recusam ceder suas terras. Mesmo derrotados em 1964 por uma sangrenta repressão, Keita cai alguns anos mais tarde por um golpe militar de Estado liderado pelo Tenente Moussa Traoré (NOVAES, 2013). Junto a isso, houveram secas severas na região do Sahel entre as décadas de 1970 a 1980, crises do petróleo, e surgimento do neoliberalismo frente ao

enfraquecimento do bloco soviético. Casos de corrupção e falta de participação popular minam cada vez mais a estabilidade política e a confiança nas instituições, destaca-se nesse contexto os tuaregues; etnia historicamente marginalizada e discriminada pelos governos a aspirarem uma segunda independência da região norte do país e a criação do Estado autônomo de Azawad (PARENTI, 2020).

Imagem 2: Tenente Moussa Traoré



Fonte: Wikimédia Commons: Nationaal Archief

Nas últimas décadas, a região do Sahel consolidou-se como um dos principais epicentros da instabilidade geopolítica global. O Mali, em especial, tornou-se um caso paradigmático de como dinâmicas internas de conflito se entrelaçam a interesses externos, projetando a região para o centro de debates sobre soberania, colonialidade e violência estrutural. Desde a rebelião tuaregue e a ofensiva jihadista de 2012 até os recentes golpes militares e o reposicionamento de alianças internacionais, o Mali e o Sahel revelam como a herança do colonialismo francês, a fragilidade institucional e as disputas transnacionais se articulam. O presente artigo busca analisar a geopolítica do Mali nos últimos quinze anos,

articulando a interpretação de Michel Galy com as perspectivas críticas de Frantz Fanon e Achille Mbembe, de modo a iluminar os mecanismos de dominação, resistência e experimentação geopolítica que marcam a região.

Imagem 3: Região do Sahel



Fonte: TudoGeo

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica crítica, mobilizando autores centrais para a compreensão do Sahel. Michel Galy, em *La guerre au Mali* (2013), fornece uma análise detalhada da guerra híbrida que envolve atores locais, regionais e internacionais. Frantz Fanon, em *Os condenados da Terra* (1961), permite refletir sobre a permanência da violência colonial e suas expressões nas sociedades pós-independência. Achille Mbembe, por sua vez, através do conceito de necropolítica (2003), oferece

ferramentas para interpretar a forma como populações inteiras são submetidas a regimes de morte. Além desses, foram considerados relatórios internacionais e literatura acadêmica sobre segurança e geopolítica africana.

O Mali experimentou desde 2012 uma sucessão de crises políticas e militares que desestabilizaram o Estado. A rebelião tuaregue, articulada pelo Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA), uniu-se inicialmente a grupos jihadistas como Ansar Dine e Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). O resultado foi a rápida ocupação do norte do país e a proclamação da independência do Azawad. Michel Galy (2013, p. 45) observa que 'o Mali tornou-se o epicentro de uma guerra híbrida, na qual reivindicações étnicas, fundamentalismo religioso e interesses internacionais se entrelaçam'. Essa instabilidade foi agravada pela fragilidade do exército e pelo golpe de Estado de 2012, que abriu espaço para maior intervenção externa.

A França interveio militarmente em 2013 por meio da Operação Serval, sucedida pela Operação Barkhane, sob a justificativa de conter o avanço jihadista. Contudo, como alerta Galy (2013, p. 112), tais operações reproduzem uma lógica neocolonial, pois reforçam a dependência militar e política do Mali em relação ao Ocidente. A presença de tropas francesas, estadunidenses e de contingentes da ONU (MINUSMA) transformou o país em espaço de experimentação geopolítica, sem que houvesse estabilização efetiva. Em contrapartida, nos últimos anos, observou-se o crescimento da presença russa, sobretudo por meio do grupo Wagner, como alternativa às antigas potências coloniais.

Imagem 4: Soldados franceses da Operação Barkhane sobre o Mali



Fonte: Wikipédia

O fator étnico constitui dimensão fundamental da instabilidade. Os tuaregues, historicamente marginalizados e vítimas de políticas centralizadoras de Bamako, reivindicam autonomia no norte. A instrumentalização dessas identidades pelos atores externos, entretanto, contribui para fragmentar ainda mais o território. Fanon (1961, p. 39) já advertia que 'o colonialismo não se contenta em impor sua dominação no presente; ele fabrica um passado e aprisiona o futuro'. Nesse sentido, as fronteiras herdadas do colonialismo francês permanecem como fonte estrutural de tensões. Frantz Fanon fornece uma chave interpretativa essencial para compreender a persistência da violência no Mali. Para ele, a independência política não significa ruptura imediata com as estruturas coloniais, mas sim a continuidade de formas de dominação. Ao analisar o Mali, é possível perceber que o Estado pós-colonial se encontra aprisionado entre elites locais que reproduzem as lógicas de exclusão e a intervenção de potências externas. A

violência, nesse contexto, não é anômala, mas constitutiva da ordem política herdada.

A presença de grupos jihadistas no Mali e no Sahel não pode ser compreendida apenas em termos religiosos. Trata-se também de uma economia política da violência, baseada em contrabando, tráfico de armas e exploração de recursos naturais. A ausência de alternativas socioeconômicas viáveis e a fragilidade estatal criaram terreno fértil para que esses grupos se consolidassem, transformando o Sahel em corredor estratégico para redes criminosas transnacionais.

Imagem 5: Combatentes Jihadistas na fronteira do Mali e Niger



Fonte: Abaran Kotogo

Achille Mbembe (2003) desenvolve o conceito de necropolítica, no qual a soberania se manifesta pela capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No Sahel, essa lógica é evidente: populações inteiras são submetidas a zonas de morte, seja pela ação de grupos armados, seja pelas políticas seletivas de intervenção internacional. Como afirma Mbembe (2003, p. 30), 'a política da morte substitui a política da vida, transformando territórios em campos de extermínio controlados à distância'. O Mali

e seus vizinhos constituem, assim, espaços de experimentação dessa governamentalidade³ necropolítica. A confluência de interesses militares, estratégicos e econômicos transforma o Sahel em laboratório geopolítico global. Segundo Mbembe (2016), a África ainda é pensada como espaço administrado pelo Ocidente sob a retórica da ajuda humanitária e do combate ao terrorismo. O Mali se insere nesse quadro como palco de disputas que vão além de seu território, envolvendo potências como França, EUA, Rússia e China, cada qual projetando seus interesses na região.

Movimentos populares e o golpe militar de 2020

Ibrahim Boubacar Keïta (IBK) que esteve à frente do governo malinês desde 2013, e sendo reconduzido em 2018 para o segundo mandato, sofrera um golpe militar em 18 de agosto de 2020 no qual resultou em renúncia de seu mandato e dissolução da Assembleia Nacional após ser detido com o primeiro ministro, Boubou Cissé, por uma junta militar. Os militares automeados Comitê Nacional de Salvação do Povo (CNSP) prometeram a devolução do poder aos civis por meio de uma eleição organizada em até 18 meses, anunciaram que cumpririam os acordos internacionais aos quais o Mali estiver vinculado e conclamaram a população à calma e respeito à ordem.

Tal levante se insere dentro do já mencionado quadro de escalada da precarização das condições de vida malinesas, agravamento da violência dos movimentos separatistas e islâmicos contra as populações civis, intervenção militar estrangeira e se soma a denúncias de fraude nas eleições legislativas do corrente ano. IBK foi responsabilizado por toda essa conjuntura mais a frequentes casos de corrupção sob a sua administração. Dessa forma, em 5 de junho as forças da oposição constituídas de partidos e movimentos

3 Governamentalidade é um conceito central da obra de [Michel Foucault](#) que se refere a um conjunto de instituições, procedimentos, saberes, cálculos e táticas que visam o governo de uma população, tendo como alvo a população em si, a economia política como saber essencial e os "dispositivos de segurança" como instrumentos estratégicos de poder. Foucault analisou como o Estado foi "governamentalizado" através de um processo histórico que o transformou de um poder soberano em um poder que administra a população, utilizando formas específicas de controle e regulação.

socias se unificaram na liderança islâmica de Imã Mahmoud Dick e do Agrupamento de Forças Patrióticas (RFP). Nomeados como Movimento 5 de junho (M5), convocaram manifestações na capital, Bamako, pedindo a renúncia do presidente; as forças de segurança reprimiram e resultou em 23 mortos e 150 feridos. A partir de 12 de agosto, os protestos passaram a ser diários e o país já se encontrava semiparalisado até que em 18 agosto, o oficialato de baixa patente dá um fim no governo ao deter o presidente, o primeiro ministro entre outros ministros de Estado. A junta militar organizada pelo CNSP é liderada pelo Coronel Assimi Goïta, o qual passou a ocupar a chefia do novo governo (CASTRO, BENÁRIO, 2020).

Imagem 6 – Ibrahim Traoré apoiado por manifestantes populares



Fonte: Reprodução do Youtube

De fato, como mostrado na imagem acima, os militares tiveram com amplo apoio popular. O M5-RFP se colocou a disposição dos golpistas para restaurarem a um “Mali democrático, republicano e laico”, e Imã Mahmoud Dick anuncia a sua retirada da

vida política. Embora apoiado massivamente, o golpe foi condenado pela França, União Africana, CEDEAO (Comunidade Econômica da África Ocidental), e pela ONU. Consequentemente, suspenderam o Mali como membro da CEDEAO e das suas fronteiras com os países membros, exigiram o retorno de IBK à Presidência e o restabelecimento da ordem constitucional, levantando-se até a possibilidade de uma intervenção militar no Mali (CASTRO, BENÁRIO, 2020).

O novo governo, chamado de transição prometera eleições futuras brevemente até meados de março de 2021, o Presidente da Transição empossado é Bah Ndaw; o vice-presidente, Assimi Goïta; e do primeiro-ministro, Moctar Ouane. Ainda no mesmo ano, protestos tomaram as ruas pedindo publicamente a dissolução do governo provisório por um “mais legítimo”. Reformas foram anunciadas em 14 de maio de 2021 para ampliar o gabinete ministerial. Em 24 de maio, houve aumento de atividades militares e remodelação de quadros do governo foi considerada uma “sabotagem” da transição pela junta militar e por Assimi Goïta, uma das principais lideranças. Deteram Ndaw e Ouane em uma base militar em Kati, nos arredores de Bamako, e após, renunciaram aos seus cargos. O Tribunal Constitucional declara a vacância da Presidência da República e do Chefe de Governo, e nomeia Goïta, Presidente Interino, prometendo eleições até 2022.⁴

Início da transformação do Sahel e da “Descolonização efetiva”

A consolidação do golpe em maio de 2021 no Mali inicia uma onda de transformação institucional, política e econômica da região do Sahel, onde países como Burkina Faso e Níger aderiram passando por golpes militares e iniciando governos de perfil nacionalista e que buscam superar a dependência da França e abandonarem a CEDEAO, considerada por esse grupo rendida aos interesses

⁴ Disponível em: <https://www.france24.com/en/africa/20210525-mali-junta-leader-says-transitional-president-pm-have-been-stripped-of-duties> Acessado em 02/10/2025

estrangeiros, formando uma nova organização denominada AES (Aliança dos Estados do Sahel).

Segundo Hugo Albuquerque ⁵, os franceses começam a perder o controle dessa região nos pós 2ª Guerra Mundial, quando eles coordenam um processo de descolonização e apoiam uma falsa independência ao criarem repúblicas de fachada. Isso se deve, parafraseando Mamane Sani Adamou⁶, aos acordos de cooperação: reconhecer os “benefícios” da colonização, reembolsar os investimentos franceses no Mali, mesmo sendo através de trabalho compulsório; comprometer-se ao direito de preferência, as empresas da França são preteridas às demais empresas estrangeiras; usar a língua francófona como idioma oficial do país; e obrigado a usar o Franco FCA como moeda nacional, algo que nem mesmo a própria França a utiliza por estar na zona do Euro.

Ao se fazer um estudo do caso malinês, é evidente os novos rumos tomados após a institucionalização da CNSP, mesmo com resultados mistos: conquistas inegáveis e deficiências persistentes. fazendo um balanço dos resultados nos últimos 5 anos desde o golpe de 18 de agosto de 2020, foram 8 meses para o aparato de Transição formar uma burocracia responsável por iniciar as reformas. Até que em maio de 2021 já sobre a presidência de Assimi Goïta, há a reorientação das prioridades para defesa, soberania econômica e reconstrução política listados no Plano de Ação do Governo (PAG). Recrutaram 9.500 militares adicionais, modernização da infraestrutura militar como aquisição de novos equipamentos: aeronaves de combate, drones, veículos táticos blindados, equipamentos logísticos e ambulâncias. Embora com os esforços e o anúncio do Ministro da Defesa, Sadio Camara, sobre a situação da segurança “estar completamente sob controle”; os ataques persistem nas principais estradas e certas áreas urbanas. A repressão e a redução do espaço democrático são evidentes, pois a

⁵ Jurista, Analista Geopolítico e Editor do Autonomia Literária

⁶ Secretário geral da Organização Revolucionária pela Nova Democracia (ORDN), um partido fundado em 1992, após a abertura do multipartidarismo, e conhecido por sua participação ativa na luta sindical do país, principalmente na organização dos professores, liderando greves e manifestações

Transição adota uma nova Constituição que traz algumas reformas política, dentre elas, a criação da Autoridade Independente de Gestão Eleitoral (AIGE) e uma nova Lei Eleitoral. Em maio de 2025, o Tribunal Constitucional (Suprema Corte de Justiça do Mali) dissolve todos os partidos políticos e seus líderes cujo julgamento ainda está sendo aguardado. Ao mesmo tempo há maior combate à corrupção e em casos envolvendo peculato, por exemplo, na aquisição do avião presidencial e em equipamentos militares, no qual os réus foram condenados (MAGUIRAGA, 2025).

O Ministro da Economia e Finanças, Alousséni Sanou, forneceu informações sobre a taxa da inflação, estagnada no patamar de 3,2%; e sobre o desemprego que recuou de 6,5% em 2020 para 3,5% em 2024. A companhia de energia (Mali Energy) conseguiu subsídios estatais massivos, cerca de 461 bilhões de Francos FCA nos últimos anos. O governo liquidou dívidas não pagas no valor de 69 bilhões de Francos FCA do setor algodoeiro, aumentou o preço de incentivo a produção (de 290 para 300 FCA/ kg); dessa forma, a Companhia de Desenvolvimento Têxtil do Mali (CMDT) atingiu uma produção recorde de 795 mil toneladas em 2022, tal setor é considerado estratégico por empregar formalmente e informalmente mais de 4 milhões de malineses. Apesar do quadro econômico positivo, as queixas da população continuam as mesmas do período IBK, “o alto custo de vida aliado ao baixo poder aquisitivo” (MAGUIRAGA, 2025).

Outra área econômica que passou por reformas foi o da mineração, adotou-se o novo Código de Mineração e uma Lei de Conteúdo Local em 2023, o Estado passou a deter até 30% das ações em novos projetos de mineração, fixando mais 5% ao setor privado nacional. As receitas passaram de “235,5 bilhões para 767,3 bilhões de dólares” afirma Sanou. Na esteira da corrida por minerais críticos, é criada em 2022 a empresa estatal SOREM (Companhia de Pesquisa e Exploração de Recursos Minerais do Mali) com o objetivo de explorar, desenvolver e explorar minas. Adquiri empresas como a Morila, Yatéla e Tassiga. Em 2024 é inaugurada a primeira fase da mina de lítio de Goulamina com capital chinês da Ganfeng Lithium, produzindo 85 mil toneladas do minério a partir do espodumênio e

exportando 35 mil toneladas, a mina já possui o status de maior mina da África Ocidental. Paralelamente em junho de 2025, Goïta consegue no Tribunal de Comércio de Bamako mesmo com apenas 20% de participação acionária, a medida judicial que oficializa o controle administrativo provisório da empresa canadense Barrick Mining. O Estado maliano afirma alta inadimplência de impostos da gestora e contratos desfavoráveis firmados com governos anteriores. No mesmo dia da passagem de comando, o governo inicia a construção da primeira refinaria de ouro estatal da África Ocidental em parceria com o conglomerado russo Yadrin. No cerimonial de lançamento da obra, o mandatário colocou o primeiro tijolo na construção e declarou: “É um sonho há muito esperado do povo maliano e hoje se torna realidade” (MAGUIRAGA, 2025).

Entretanto há um gargalo na produção de minérios que esbarra na crise energética do país. A qual afeta também diversos setores, incluindo o informal. Houveram avanços desde março de 2025 com o aumento de fornecimento de eletricidade entre 12 a 19 horas diárias em comparação às 6 horas anteriormente. A melhoria é resultado do forte subsídio do governo à Énergie du Mali (EDM-SA), oriundos da introdução de impostos do Fundo de Apoio à Infraestrutura Básica e ao Desenvolvimento Social. Outras três usinas solares estão em construção em Safo, Sanankoroba e Tiakadougou Dialakoro desde maio de 2024 (MAGUIRAGA, 2025).

Movimentos populares e o golpe militar de 2020

Ibrahim Boubacar Keïta (IBK) que esteve à frente do governo malinês desde 2013, e sendo reconduzido em 2018 para o segundo mandato, sofrera um golpe militar em 18 de agosto de 2020 no qual resultou em renúncia de seu mandato e dissolução da Assembleia Nacional após ser detido com o primeiro ministro, Boubou Cissé, por uma junta militar. Os militares automeados Comitê Nacional de Salvação do Povo (CNSP) prometeram a devolução do poder aos civis por meio de uma eleição organizada em até 18 meses, anunciaram que cumpririam os acordos internacionais aos quais o

Mali estiver vinculado e conclamaram a população à calma e respeito à ordem.

Tal levante se insere dentro do já mencionado quadro de escalada da precarização das condições de vida malinesas, agravamento da violência dos movimentos separatistas e islâmicos contra as populações civis, intervenção militar estrangeira e se soma a denúncias de fraude nas eleições legislativas do corrente ano. IBK foi responsabilizado por toda essa conjuntura mais a frequentes casos de corrupção sob a sua administração. Dessa forma, em 5 de junho as forças da oposição constituídas de partidos e movimentos sociais se unificaram na liderança islâmica de Imã Mahmoud Dick e do Agrupamento de Forças Patrióticas (RFP). Nomeados como Movimento 5 de junho (M5), convocaram manifestações na capital, Bamako, pedindo a renúncia do presidente; as forças de segurança reprimiram e resultou em 23 mortos e 150 feridos. A partir de 12 de agosto, os protestos passaram a ser diários e o país já se encontrava semiparalisado até que em 18 agosto, o oficialato de baixa patente dá um fim no governo ao deter o presidente, o primeiro ministro entre outros ministros de Estado. A junta militar organizada pelo CNSP é liderada pelo Coronel Assimi Goïta, o qual passou a ocupar a chefia do novo governo (CASTRO, BENÁRIO, 2020).

De fato, como mostrado na imagem acima, os militares tiveram com amplo apoio popular. O M5-RFP se colocou a disposição dos golpistas para restaurarem a um “Mali democrático, republicano e laico”, e Imã Mahmoud Dick anuncia a sua retirada da vida política. Embora apoiado massivamente, o golpe foi condenado pela França, União Africana, CEDEAO (Comunidade Econômica da África Ocidental), e pela ONU. Consequentemente, suspenderam o Mali como membro da CEDEAO e das suas fronteiras com os países membros, exigiram o retorno de IBK à Presidência e o restabelecimento da ordem constitucional, levantando-se até a

possibilidade de uma intervenção militar no Mali (CASTRO, BENÁRIO, 2020).

O novo governo, chamado de transição prometera eleições futuras brevemente até meados de março de 2021, o Presidente da Transição empossado é Bah Ndaw; o vice-presidente, Assimi Goïta; e do primeiro-ministro, Moctar Ouane. Ainda no mesmo ano, protestos tomaram as ruas pedindo publicamente a dissolução do governo provisório por um “mais legítimo”. Reformas foram anunciadas em 14 de maio de 2021 para ampliar o gabinete ministerial. Em 24 de maio, houve aumento de atividades militares e remodelação de quadros do governo foi considerada uma “sabotagem” da transição pela junta militar e por Assimi Goïta, uma das principais lideranças. Deteram Ndaw e Ouane em uma base militar em Kati, nos arredores de Bamako, e após, renunciaram aos seus cargos. O Tribunal Constitucional declara a vacância da Presidência da República e do Chefe de Governo, e nomeia Goïta, Presidente Interino, prometendo eleições até 2022.

Início da transformação do Sahel e da “Descolonização efetiva”

A consolidação do golpe em maio de 2021 no Mali inicia uma onda de transformação institucional, política e econômica da região do Sahel, onde países como Burkina Faso e Níger aderiram passando por golpes militares e iniciando governos de perfil nacionalista e que buscam superar a dependência da França e abandonarem a CEDEAO, considerada por esse grupo rendida aos interesses estrangeiros, formando uma nova organização denominada AES (Aliança dos Estados do Sahel).

Segundo Hugo Albuquerque, os franceses começam a perder o controle dessa região nos pós 2ª Guerra Mundial, quando eles coordenam um processo de descolonização e apoiam uma falsa independência ao criarem repúblicas de fachada. Isso se deve, parafraseando Mamane Sani Adamou, aos acordos de cooperação: reconhecer os “benefícios” da colonização, reembolsar os investimentos franceses no Mali, mesmo sendo através de trabalho

compulsório; comprometer-se ao direito de preferência, as empresas da França são preteridas às demais empresas estrangeiras; usar a língua francófona como idioma oficial do país; e obrigado a usar o Franco FCA como moeda nacional, algo que nem mesmo a própria França a utiliza por estar na zona do Euro.

Imagem 7- Líderes militares nos países do Sahel: Níger, Mali e Burkina Faso



Fonte: EBC Reprodução do instagram

Ao se fazer um de estudo do caso malinês, é evidente os novos rumos tomados após a institucionalização da CNSP, mesmo com resultados mistos: conquistas inegáveis e deficiências persistentes. fazendo um balanço dos resultados nos últimos 5 anos desde o golpe de 18 de agosto de 2020, foram 8 meses para o aparato de Transição formar uma burocracia responsável por iniciar as reformas. Até que em maio de 2021 já sobre a presidência de Assimi Goïta, há a reorientação das prioridades para defesa, soberania econômica e reconstrução política listados no Plano de Ação do Governo (PAG). Recrutaram 9.500 militares adicionais, modernização da infraestrutura militar como aquisição de novos equipamentos: aeronaves de combate, drones, veículos táticos blindados, equipamentos logísticos e ambulâncias. Embora com os esforços e o anúncio do Ministro da Defesa, Sadio Camara, sobre a situação da segurança “estar completamente sob controle”; os

ataques persistem nas principais estradas e certas áreas urbanas. A repressão e a redução do espaço democrático são evidentes, pois a Transição adota uma nova Constituição que traz algumas reformas política, dentre elas, a criação da Autoridade Independente de Gestão Eleitoral (AIGE) e uma nova Lei Eleitoral. Em maio de 2025, o Tribunal Constitucional (Suprema Corte de Justiça do Mali) dissolve todos os partidos políticos e seus líderes cujo julgamento ainda está sendo aguardado. Ao mesmo tempo há maior combate à corrupção e em casos envolvendo peculato, por exemplo, na aquisição do avião presidencial e em equipamentos militares, no qual os réus foram condenados (MAGUIRAGA, 2025).

O Ministro da Economia e Finanças, Alousséni Sanou, forneceu informações sobre a taxa da inflação, estagnada no patamar de 3,2%; e sobre o desemprego que recuou de 6,5% em 2020 para 3,5% em 2024. A companhia de energia (Mali Energy) conseguiu subsídios estatais massivos, cerca de 461 bilhões de Francos FCA nos últimos anos. O governo liquidou dívidas não pagas no valor de 69 bilhões de Francos FCA do setor algodoeiro, aumentou o preço de incentivo a produção (de 290 para 300 FCA/ kg); dessa forma, a Companhia de Desenvolvimento Têxtil do Mali (CMDT) atingiu uma produção recorde de 795 mil toneladas em 2022, tal setor é considerado estratégico por empregar formalmente e informalmente mais de 4 milhões de malineses. Apesar do quadro econômico positivo, as queixas da população continuam as mesmas do período IBK, “o alto custo de vida aliado ao baixo poder aquisitivo” (MAGUIRAGA, 2025).

Outra área econômica que passou por reformas foi o da mineração, adotou-se o novo Código de Mineração e uma Lei de Conteúdo Local em 2023, o Estado passou a deter até 30% das ações em novos projetos de mineração, fixando mais 5% ao setor privado nacional. As receitas passaram de “235,5 bilhões para 767,3 bilhões de dólares” afirma Sanou. Na esteira da corrida por minerais críticos, é criada em 2022 a empresa estatal SOREM (Companhia de Pesquisa e Exploração de Recursos Minerais do Mali) com o objetivo de

explorar, desenvolver e explorar minas. Adquiri empresas como a Morila, Yatéla e Tassiga.

Em 2024 é inaugurada a primeira fase da mina de lítio de Goulamina com capital chinês da Ganfeng Lithium, produzindo 85 mil toneladas do minério a partir do espodumênio e exportando 35 mil toneladas, a mina já possui o status de maior mina da África Ocidental. Paralelamente em junho de 2025, Goïta consegue no Tribunal de Comércio de Bamako mesmo com apenas 20% de participação acionária, a medida judicial que oficializa o controle administrativo provisório da empresa canadense Barrick Mining.

O Estado maliano afirma alta inadimplência de impostos da gestora e contratos desfavoráveis firmados com governos anteriores. No mesmo dia da passagem de comando, o governo inicia a construção da primeira refinaria de ouro estatal da África Ocidental em parceria com o conglomerado russo Yadrin. No cerimonial de lançamento da obra, o mandatário colocou o primeiro tijolo na construção e declarou: “É um sonho há muito esperado do povo maliano e hoje se torna realidade” (MAGUIRAGA, 2025).

Imagem 8 - O Presidente Assimi Goïta



Fonte: Wikipédia

Entretanto há um gargalo na produção de minérios que esbarra na crise energética do país. A qual afeta também diversos setores, incluindo o informal. Houveram avanços desde março de 2025 com o aumento de fornecimento de eletricidade entre 12 a 19

horas diárias em comparação às 6 horas anteriormente. A melhoria é resultado do forte subsídio do governo à Énergie du Mali (EDM-SA), oriundos da introdução de impostos do Fundo de Apoio à Infraestrutura Básica e ao Desenvolvimento Social. Outras três usinas solares estão em construção em Safo, Sanankoroba e Tiakadougou Dialakoro desde maio de 2024 (MAGUIRAGA, 2025).

A crise humanitária

A crise humanitária no Mali é agravada por uma escalada de violência contra civis, cujo índice aumentou 38% nos oito primeiros meses de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior. A partir desse agravamento, espera-se que a situação se torne ainda mais grave, considerando-se os conflitos em múltiplas frentes e as recentes alianças formadas entre grupos armados inicialmente pró-governo e forças de oposição. Essa violência exacerba a vulnerabilidade da população civil, dificultando o acesso a serviços essenciais de saúde, educação, água e saneamento, que já são precários em muitas regiões do país. Muitos malineses não têm acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, água e saneamento. Quase metade do país enfrenta a pobreza. As novas sanções impostas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em resposta à interrupção do comércio nas áreas de fronteira pelo exército malinês devem agravar a situação.

Imagem 9: Famílias deslocadas chegam a Gao, no Mali, depois de serem forçadas a fugir das suas casas devido à violência.



Fonte: ACNUR: Abdoulatif Halidou

Além do conflito armado, o Mali enfrenta uma crescente vulnerabilidade às mudanças climáticas, como secas prolongadas que ameaçam os meios de subsistência de agricultores e pastores. Essas condições de seca aumentam a escassez de recursos vitais, como água e terras férteis, contribuindo para o agravamento do deslocamento interno, a intensificação da pobreza e a incapacidade de acesso a bens e serviços básicos. Como consequência, as filas de crianças menores de cinco anos que enfrentam risco de desnutrição aguda sobrecarregam os sistemas de saúde, com um alerta emitido pelas Nações Unidas de que cerca de um milhão de crianças estão ameaçadas e que aproximadamente 200.000 podem morrer se a ajuda humanitária não for efetivamente entregue.

A combinação de conflitos armados, desigualdades econômicas agravadas por sanções econômicas como as impostas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e as mudanças climáticas coloca o Mali numa situação de crise multifacetada.

Conclusão

A análise da geopolítica do Mali e do Sahel nos últimos 15 anos evidencia a permanência da colonialidade e a intensificação da necropolítica como formas de gestão da vida e da morte no continente africano. A partir de Michel Galy, é possível compreender a guerra no Mali como conflito híbrido e transnacional; com Fanon, identificam-se as raízes coloniais da violência; e com Mbembe, percebe-se a lógica necropolítica que atravessa os dispositivos de poder no Sahel. Longe de se tratar apenas de uma crise regional, o caso maliano revela dinâmicas globais de dominação, resistência e experimentação geopolítica que continuarão a marcar o destino da região nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

AZAWAD, MALI? QUAIS RAÍZES E QUAIS EVOLUÇÕES? Entrevista com Pierre Boilley. *Revista de História da PUCSP*, [São Paulo], 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10044/9823>. Acesso em: 12 set. 2025.

BARROS, Igor Corrêa. A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas, Estética da Universidade Federal de São João Del-Rei*, São João Del-Rei, ano 11, n. 11, jan./dez. 2018 e jan./dez. 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

GALY, Michel. *La guerre au Mali*. Paris: La Découverte, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-152, 2003.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2016.

NOVAES, João. História do Mali é Marcada por conflitos separatistas desde o início do século XX: Da Colonização Francesa até a guerra na Líbia, conflitos do passado ajudam a explicar crise atual. *Opera Mundi*, São Paulo, 19 jan. 2013. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/historia-do-mali-e-marcada-por-conflitos-separatistas-desde-o-inicio-do-seculo-xx/>. Acesso em: 10 set. 2025.

PARENTI, Maria Carolina Chiquinatto. O Complexo e Multifacetado Conflito no Mali. **GEDES** – Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, [São Paulo], 16 jun. 2020. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/o-complexo-e-multifacetado-conflito-no-mali/>. Acesso em: 10 maio 2025

Líbia em transe: entre a fragmentação estatal e a possibilidade de Reconstrução democrática

Ivone Cortina¹
Samuel de Jesus²

Líbia: Crise, Conflito e Perspectivas de Paz

Desde a derrubada de Muammar Gaddafi em 2011, a Líbia tem enfrentado um ciclo constante de instabilidade, marcado pela desintegração do Estado, pela existência de governos paralelos e pela presença de milícias armadas. Em 2025, os confrontos em Trípoli, desencadeados pela determinação de dissolução da milícia SSA, evidenciaram a continuidade da fragilidade institucional e reacenderam os receios de uma nova guerra civil. O conflito é mantido, e o progresso do processo democrático é impedido, devido à disputa pelo poder entre o Governo de Unidade Nacional (em Trípoli) e a administração rival de Tobruk, esta última respaldada pelo general Khalifa Haftar. A essa polarização soma-se a interferência de atores externos, como Turquia, Rússia, Emirados Árabes Unidos e Egito.

Além da crise política, a população civil enfrenta sérias violações dos direitos humanos, como tortura, prisões arbitrárias e homicídios, conforme o relatório da Human Rights Watch (2025). Nesse cenário complexo, a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) sugeriu quatro possibilidades para a reconstrução institucional, que variam desde a realização de eleições até a criação

¹ Acadêmica do curso de História em Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Estudos de Política Internacional GEPI-FACH-UFMS. E-mail: ivone.cortina@ufms.br

² É Doutor em Ciências Sociais pela UNESP e professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenador do Grupo de Estudos de Política Internacional GEPI-FACH-UFMS. E-mail: samuel.jesus@ufms.br

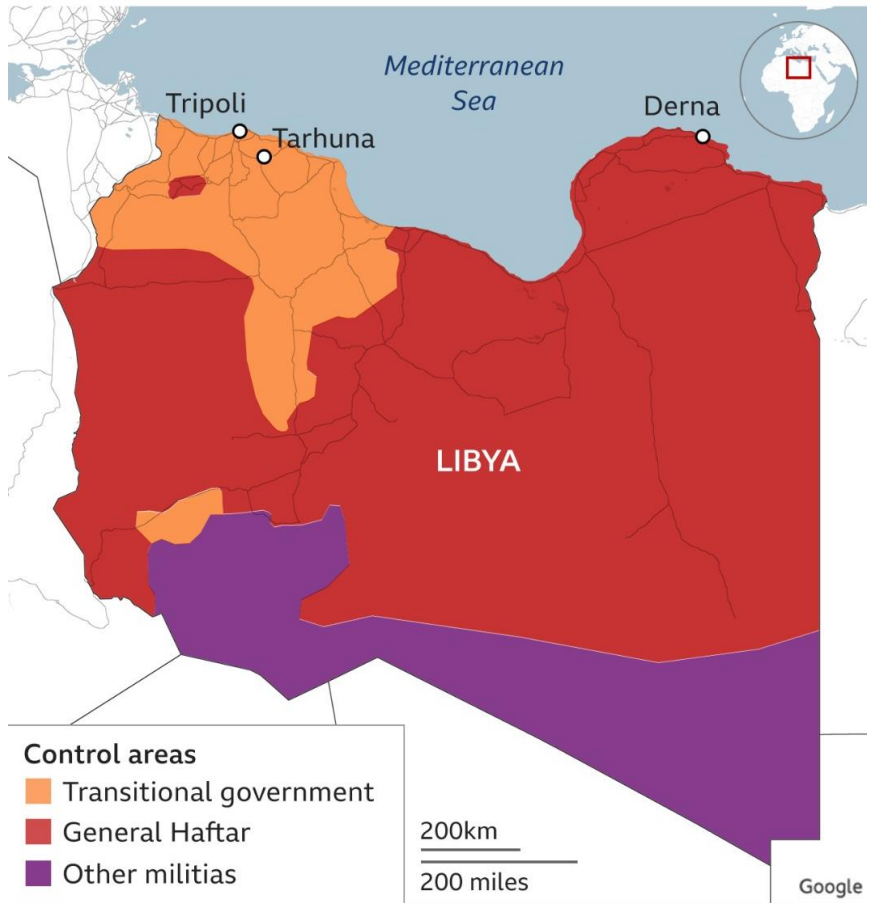
de uma nova Constituição e a formação de um comitê para diálogo político. No entanto, estudiosos como Tim Eaton (Chatham House) e Hanan Salah (Human Rights Watch) enfatizam que a exclusão das milícias do processo político e a responsabilização por crimes de guerra são medidas fundamentais para alcançar uma paz duradoura. O futuro do país está intrinsecamente ligado ao fortalecimento do Estado de Direito, à realização de eleições justas e transparentes e a um compromisso coletivo – tanto nacional quanto internacional – com a paz e a estabilidade.

Contextualização da Crise Líbia

A Líbia, desde a deposição de Muammar Gaddafi em 2011, encontra-se inserida em um processo contínuo de instabilidade política e social que resultou em acentuada fragilidade institucional. Longe de inaugurar um período de estabilidade democrática, a derrocada do regime autoritário abriu espaço para um cenário caracterizado pela recorrência de conflitos armados internos, pela sobreposição de administrações rivais e pela consolidação de grupos milicianos que disputam poder, influência e controle de recursos estratégicos (HOLLEIS, 2025; CHATHAM HOUSE, 2025).

Essa dinâmica de fragmentação é intensificada pela atuação de atores externos, cuja intervenção, conforme sublinha a Organização das Nações Unidas, compromete os processos de pacificação e coloca em xeque a própria soberania nacional (ONU, 2024). O presente estudo se propõe a analisar os eventos recentes de 2025, quando novos confrontos armados em Trípoli reacenderam o temor de uma nova guerra civil generalizada, expondo a precariedade da "falsa estabilidade" que vinha sendo mantida (CHATHAM HOUSE, 2025). A partir da análise de Jennifer Holleis (Deutsche Welle, 2025), que discute a situação do país em uma nova encruzilhada, e de relatórios de instituições cruciais como a Human Rights Watch (2025) e a Missão de Apoio da ONU na Líbia (UNSMIL) (2025), o trabalho discute os desafios e as possibilidades de uma transição democrática.

Imagem 1: - Líbia: situação de controle territorial, abril de 2025.



Fonte :Country Policy and Information. Cookies no GOV.UK. (2025)

Os eventos de 2025, embora marcados por elevada tragédia humanitária, destacam não só a persistência da crise na Líbia, mas também a possibilidade de que a recente intensificação da violência funcione como um catalisador para o reinício das negociações e da reforma institucional. Essa ambivalência demonstra a natureza dupla da instabilidade: enquanto intensifica a desintegração social e política, também cria espaço para a reestruturação de acordos que podem redefinir o cenário da governabilidade. Nesse cenário, a falta

de um governo central unificado apresenta-se como um dos maiores obstáculos à reconstrução do país, pois a proliferação de milícias armadas compromete o monopólio legítimo da força, enfraquece a autoridade judicial e controla grandes áreas do território (HUMAN RIGHTS WATCH, 2025). Simultaneamente, destaca-se um contexto de governança fragmentada, no qual diversos agentes, tanto estatais quanto não estatais, competem por recursos e legitimidade (CHATHAM HOUSE, 2025).

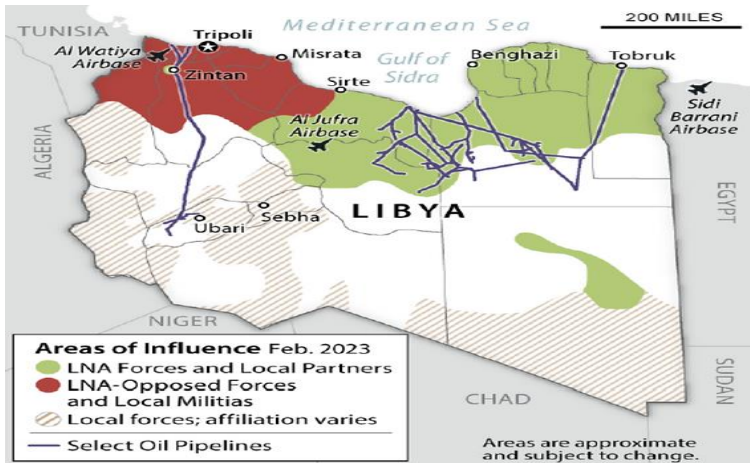
É preciso analisar, respectivamente, como os esforços diplomáticos podem ser ajustados a esse cenário de alta volatilidade. Ações como o Fórum de Diálogo Político da Líbia, organizado pela Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) (2025), representam esforços para criar um ambiente de deliberação inclusivo. No entanto, esses mecanismos enfrentam os limites estruturais impostos pela violência constante e pela falta de confiança entre os participantes. Portanto, este estudo defende que a resolução do atual impasse na Líbia depende da combinação de mecanismos de segurança que restabeleçam o monopólio legítimo da força e de processos políticos inclusivos que facilitem a consolidação de um Estado democrático. Nesse contexto, a pacificação duradoura não pode se limitar apenas à interrupção temporária da violência. É necessário implementar reformas estruturais que sustentem um ciclo de estabilidade institucional e justiça social.

O cenário atual: conflitos e a proliferação de milícias

O cenário líbio de 2025 é marcado por uma escalada de violência. O governo de Abdul Hamid Dbeibah, apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ordenou a dissolução da milícia Autoridade de Apoio à Estabilidade (SSA). Tal determinação provocou uma reação violenta que resultou em dezenas de mortos em Trípoli. Esse evento demonstra, de maneira contundente, a força das milícias e a fragilidade do controle estatal (HOLLEIS, 2025). O poder do país continua dividido entre duas administrações: o Governo de Unidade Nacional (GUN), sediado em Trípoli, e um

governo rival no Leste, sediado em Tobruk e liderado por Ossama Hammad, com apoio do general Khalifa Haftar. Essa divisão política inviabiliza o progresso de negociações e acordos (ONU, 2024).

Imagem 2: Divisões e áreas de influência na Líbia.

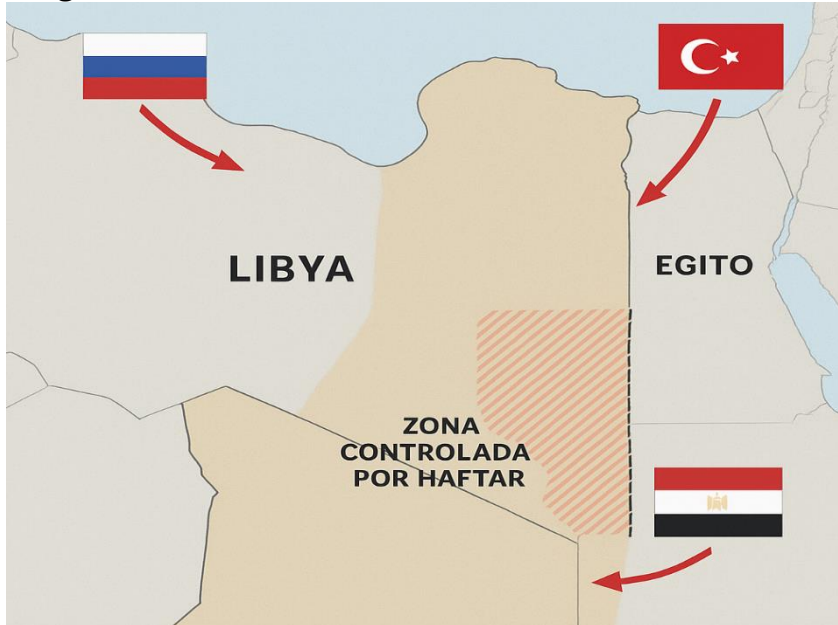


Fonte: Country Policy and Information. Cookies no GOV.UK. (abril,2025)

As milícias desempenham um papel central no fracasso da unificação nacional. Atuam como autoridades locais, impondo leis e mantendo forças armadas paralelas ao Exército Nacional. Essa situação compromete a soberania do Estado e impossibilita a construção de uma institucionalidade democrática (HUMAN RIGHTS WATCH, 2025). Além do mais, a HUMAN RIGHTS WATCH (2025) alerta para graves violações de direitos humanos cometidas por esses grupos milicianos, incluindo detenções arbitrárias, tortura e assassinatos, deixando a população civil vulnerável e sem proteção judicial ou assistência estatal efetiva. De acordo com a ONU (2024), a Líbia também é palco de uma disputa geopolítica mais ampla. Países como Turquia, Emirados Árabes Unidos, Egito e Rússia apoiam facções rivais com armamentos, dinheiro e mercenários. A presença do grupo russo Wagner é registrada em zonas controladas por Haftar. Essa interferência externa perpetua o conflito,

desequilibra tentativas de diálogo e inviabiliza soluções pacíficas internas.

Imagem 3- Divisão de Poder e Interferência Externa na Líbia



Fonte: Country policy and information. Cookies no GOV.UK, 2025.

A Queda de Muammar Gaddafi e a Perspectiva da Guerra Híbrida

Muammar Gaddafi foi deposto do poder na Líbia em 2011, após uma série de eventos que se iniciaram naquele ano e que foram enquadrados ideologicamente na Primavera Árabe. A oposição a Gaddafi organizou uma sucessão de manifestações e protestos que escalaram em violência e exigiram sua saída, resultando na perda de inúmeras vidas. O conflito interno culminou na intervenção militar da OTAN, autorizada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a influência decisiva da administração de Barack Obama nos Estados Unidos. Atualmente, analisa-se o papel dos Estados Unidos no estímulo a esses protestos

sob o conceito de Guerra Híbrida. Este termo define um tipo de conflito que minimiza o uso de armas convencionais em favor da manipulação de informação ou desinformação para estimular reações populares – como protestos – com a finalidade política de desestabilizar governos não alinhados a Washington. As Guerras Híbridas se valem de insatisfações populares preexistentes, crises ou tensões sociais. Tais estratégias visam provocar uma reação popular direta contra as forças de segurança estatais, o que, por sua vez, desencadeia uma reação policial violenta. Nesta perspectiva, as manifestações não são vistas como espontâneas, mas sim como fenômenos estimulados artificialmente para alcançar objetivos geopolíticos externos. (NEXO JORNAL, 2022)

O Estado falido e os desafios para a paz.

O caso da Líbia é representativo do conceito de "Estado falido" apresentado por Rotberg (2004), no qual o enfraquecimento das instituições impede a oferta de serviços básicos e a garantia da segurança pública. A falta de um governo centralizado dificulta o monopólio legítimo da força, levando a uma governança fragmentada em que agentes estatais e não estatais competem por recursos e legitimidade. Apesar dos esforços diplomáticos, como os promovidos pelo Fórum de Diálogo Político da Líbia (LPDF), mediado pela Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL), o país ainda não definiu um calendário para as eleições nem conseguiu unificar suas instituições (UNSMIL, 2025; CHATHAM HOUSE, 2025). Nesse contexto, é importante levar em consideração a diferenciação feita por Johan Galtung (1996) entre paz negativa – a qual se refere apenas à ausência de conflitos armados – e paz positiva – que compreende a construção de instituições democráticas robustas, justiça social e integração política. Atualmente, a Líbia não conseguiu alcançar de forma consistente sequer a paz negativa, o que torna a paz positiva um objetivo ainda mais remoto.

O Grupo Wagner na Líbia: Instrumento de Projeção Russa e Desestabilização

Embora Vladimir Putin tenha justificado a guerra contra a Ucrânia sob a retórica de combate ao "nazi-fascismo", grupos paramilitares com conexões de extrema-direita ou características neonazistas, como o Grupo Wagner, têm atuado sob a batuta do Kremlin e expandido sua influência de forma notória, sobretudo no continente africano. Com a morte de seu líder, Yevgeny Prigozhin, em um suposto acidente, o Wagner consolidou-se, de forma mais explícita, como um instrumento do governo russo para garantir e expandir sua influência global.

O que se observa na África é um novo tipo de imperialismo russo, também denominado de Entente Roscolonial (DW *apud* ISTOÉ, 2024). No caso da Líbia, após a chamada "Primavera Árabe" e a deposição de Muammar Gaddafi, o país se encontra fragmentado, o que favorece a influência de milícias estrangeiras. Dentre elas, o Grupo Wagner, agora sob a liderança do general Andrei Averyanov (ISTOÉ, 2024).

A Líbia é um país estratégico, rico em petróleo e ouro, e está dividida em duas administrações rivais desde 2014:

1. Região Oeste: Controlada pelo Governo de Unidade Nacional (GUN), uma liderança provisória reconhecida e mediada pela ONU. Concentra-se em Trípoli sob o governo do primeiro-ministro Abdul Hamid Dbeibah e possui o apoio de milícias turcas.
2. Região Oriental: Governada pelo Governo de Estabilidade Nacional, sob o primeiro-ministro Ossama Hamad, sediado em Tobruk e apoiado pelo Exército Nacional Líbio (LNA), liderado pelo general Khalifa Haftar.

Atuação Militar do Grupo Wagner na Líbia

O Grupo Wagner está presente na Líbia desde outubro de 2018. Segundo um relatório produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2020, o número de mercenários variava entre 800 e 1.200 soldados. O papel do Wagner se intensificou após a incursão lançada sobre a capital, Trípoli, em abril de 2019, sob a liderança do

general Khalifa Haftar. As forças do Wagner permanecem ativas em uma região estratégica que se estende pelas províncias de Sirte, localizada a aproximadamente 450 km de Trípoli, e de Jufra que fica a 600 km ao sudoeste da capital. Eles estão localizados em bases aéreas cruciais, como a de Gardabia, próxima a Sirte, e a base aérea de Brak Al Shati, situada a cerca de 700 km ao sul de Trípoli. Embora o número total de mercenários russos presentes em solo líbio tenha sido estimado em cerca de 2.200, a Rússia retirou aproximadamente 1.300 combatentes do Wagner para enviá-los à Ucrânia, devido à guerra em curso. A retirada dos mercenários russos tem levado o grupo a depender mais da contratação de mercenários africanos para manter o controle e reforçar suas posições estratégicas (MONITOR DO ORIENTE, 2022).

Impacto e Violações de Direitos Humanos

As bases russas na Líbia, muitas estabelecidas e mantidas pelo Wagner, permitem o acesso e a extração do ouro líbio (ISTOÉ, 2024). A presença do Grupo Wagner na Líbia resulta em graves abusos dos direitos humanos, incluindo acusações de tortura, estupro e execuções extrajudiciais. Além da violência militar, o Wagner também promove campanhas de desinformação *online* para desestabilizar o processo eleitoral, intimidando eleitores e estimulando a fraude. Tais ações visam, sobretudo, impedir uma transição democrática no país.

Considerações finais

A Líbia encontra-se em um ponto decisivo. Os acontecimentos trágicos de 2025 podem servir como um ponto de virada: o aumento da violência pode, ironicamente, impulsionar o reinício das negociações e a reorganização dos acordos. Entretanto, para que a transição seja bem-sucedida, é essencial que a paz signifique mais do que simplesmente a ausência de guerra. A paz duradoura requer a adoção de reformas estruturais que garantam a estabilidade institucional e a justiça social. Para resolver o impasse na Líbia, é necessário dismantelar as estruturas armadas paralelas,

fortalecer o Estado de Direito, realizar eleições transparentes e responsabilizar os culpados por crimes de guerra. Além disso, é fundamental que as lideranças líbias se unam em torno de um projeto nacional, voltado para o bem comum de sua população. É notório destacar que a comunidade internacional deve fazer-se presente e atuar de maneira coordenada e imparcial, promovendo a paz e a estabilidade. Sem essa reciprocidade, o país pode continuar preso a um ciclo de violência e desintegração, estendendo seu estado de limbo.

Referências

CHATHAM HOUSE. Libya's Roadmap: Is There Still Hope for a Democratic Transition? Disponível em: [chathamhouse.org/regions/Middle-east-and-north-africa/libya](https://www.chathamhouse.org/regions/Middle-east-and-north-africa/libya). Acesso em 10 jul. 2025.

GALTUNG, Johan. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute, 1996, p. 9-10.

GUERRA HÍBRIDA e ciberconflitos: uma análise das ferramentas cibernéticas nos casos da Síria e conflito Rússia-Ucrânia. In: **Cadernos de Defesa Nacional**. [S. l.]: Ministério da Defesa, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/guerra_hibrida_e_ciberconflitos_uma_analise_das_ferramentas_ciberneticas_nos_casos_da_siria_e_conflito_russiaucrania.pdf. Acesso em: 8 out. 2025.

NEXO JORNAL. O que é guerra híbrida e por que o conflito atual é uma. **Nexo Jornal**, São Paulo, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/02/28/o-que-e-guerra-hibrida-e-por-que-o-conflito-atual-e-uma>. Acesso em: 8 out. 2025.

HASSAN, Tirana. Relatório Mundial 2025. Nossa Revisão Anual dos direitos humanos ao redor do mundo. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2025> Acesso em 10 jul. 2025.

HOLLEIS, Jennifer. Entre caos e democracia: Líbia novamente numa encruzilhada. *Deutsche Welle*, 02 de junho de 2025. Disponível em: <https://p.dw.com/p/4vHqb>. Acesso em 09 jul. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Líbia: Barreiras à Justiça. Leis repressivas, falta de devido processo legal, ataques a funcionários judiciais. Disponível em: <https://hrw.org/news/2025/06/02/libya-barriers-justice>. Acesso em 12 jul. 2025.

ISTOÉ. **As novas incursões do Grupo Wagner na Líbia**. 2024. Disponível em: <https://istoe.com.br/as-novas-incursoes-do-grupo-wagner-na-libia>. Acesso em: 8 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Impasse político na Líbia é agravado por interesses externos, diz enviado da ONU. 15 maio 2024. Disponível em: <https://News.un.org/pt/story/2024/05/1831671>. Acesso em 10 jul. 2025.

ROTBERG, Robert I. (org.). *When states fail: causes and consequences*. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 50.

UNSMIL – Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia. Fórum de Diálogo Político da Líbia, 2025. Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/libyan-political-dialogue-forum>. Acesso em 15 jul. 202

O Grupo Wagner e a Geopolítica do Novo Imperialismo Russo na África

Samuel de Jesus¹

Introdução

Quando a guerra contra a Ucrânia se iniciou, Vladimir Putin afirmou que estava combatendo o nazifascismo representado pela Ucrânia. Essa fala possui sua importância devido ao fato de a União Soviética ter sido a primeira força a chegar e tomar Berlim e a cercar o bunker de Hitler, que, ali preso, se suicidou. Na Rússia, o Dia da Vitória na Segunda Guerra Mundial é comemorado com um desfile militar que demonstra toda a força do país como legítima herdeira da União Soviética, com Vladimir Putin se apresentando como seu representante mais ativo. Ao declarar que a guerra contra a Ucrânia era o mesmo que combater o nazifascismo, Putin invocava essa memória e a relacionava ao Dia da Vitória sobre o nazifascismo em 1945. Trata-se de um gesto simbólico e muito representativo, por meio do qual ele busca a legitimidade discursiva.

No entanto, essa é apenas uma narrativa contada e que não encontra relação com a realidade. Sobretudo quando se observa que o Grupo Wagner cresceu na Rússia sob a batuta de Putin até o momento em que representou uma ameaça à sua manutenção no poder, quando empreendeu uma marcha para Moscou. Seguiu-se a queda de um helicóptero contendo seus principais líderes, incluindo Prigozhin. O Grupo Wagner, que é considerado uma organização neonazista, estende seus tentáculos sobre a África. Seus integrantes são também chamados de mercenários, mas estão a serviço de Moscou, o que confere à situação uma configuração que pode ser

¹ É Doutor em Ciências Sociais pela UNESP e professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenador do Grupo de Estudos de Política Internacional GEPI-FACH-UFMS. E-mail: samuel.jesus@ufms.br

chamada de novo imperialismo Russo. Após a morte de seus líderes, o Grupo Wagner passou a ser controlado por Moscou. O caso do Grupo Wagner demonstra que o nazi-fascismo não é algo exclusivo da Ucrânia, e que a Rússia possui e protege os seus nazi-fascistas. Estes cumprem uma função vital na África, expandindo a influência russa por todo o continente. Neste artigo, será observada a ascensão do Grupo Wagner no continente africano.

O Grupo Wagner e o novo Imperialismo Russo na África

O Grupo Wagner é uma empresa militar privada fundada por Dmitry Utkin, veterano russo que participou de conflitos, como as Guerras da Chechênia (1994–1996 e 1999–2009). Tem-se registro de que a primeira incursão militar do grupo ocorreu durante a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014. Especula-se que a principal fonte de financiamento do grupo é o Departamento Central de Inteligência Russo (GRU), sendo este também o responsável pela supervisão das ações do grupo. Segundo Christopher Spearin (2023), em seu texto "O Grupo Wagner e a assistência dos Estados Unidos às forças de segurança na África: uma dinâmica modificada desafiadora", ele afirma que os esforços dos Estados Unidos no âmbito da Assistência às Forças de Segurança (SFA) são utilizados para moldar o ambiente operacional no qual a SFA pode ser usada para ajudar uma nação a se defender contra ameaças externas.

O autor destaca que um dos desafios dos Estados Unidos na África é, sem dúvida, a presença do Grupo Wagner da Rússia, que é um ator armado não estatal, mas que é favorecido pelo Kremlin, conforme relatório de 2018 da empresa RAND (SPEARIN, 2023). O Grupo Wagner e sua presença no continente africano agem como um provedor concorrente e que opera de forma diferente em termos de meios e fins. Isso requer uma urgência de resposta estadunidense na África. O Grupo Wagner opera em muitos países africanos, como é o caso da República Centro-Africana e do Mali. Os russos chegaram à República Centro-Africana em 2017 e a ONU relata a existência de 2.300 mercenários em atividade. Embora

sejam intitulados instrutores, isto é apenas uma fachada, pois suas atividades extrapolam o treinamento e incluem combate ao lado das forças armadas da República Centro-Africana na guerra civil do país, bem como a segurança de minas e o fornecimento de escolta a integrantes do regime do presidente. No caso do Mali, aproximadamente mil integrantes do Grupo Wagner estão envolvidos em tarefas como treinamento e contraterrorismo desde dezembro de 2021. Isso ocorre dentro de um modelo que a Rússia vem aperfeiçoando.

A Projeção do Conflito Euro-Russo na África e a natureza do Grupo Wagner

A fala de Spearin (2023) na *Military Review* revela que os Estados Unidos também possuem interesse na região e mantêm uma presença, começando a rivalizar com o Grupo Wagner, que dificulta sua inserção na República Centro-Africana. Desse modo, a rivalidade entre Estados Unidos — que apoiam militarmente a Ucrânia — e a Rússia pode ser vista também no continente africano. O conflito na Europa, portanto, acaba se estendendo ao continente africano. Nesse cenário, as Forças Especiais dos Estados Unidos dão apoio à Assistência às Forças de Segurança (SFA), tendo o Grupo Wagner como antagonico.

Spearin (2023) destaca que boa parte do Grupo Wagner está aglutinada em Empresas Militares e de Segurança Privada (EMSP), que já possuem um histórico de intervenção no Afeganistão e no Iraque. Os Estados Unidos, inclusive, utilizaram o trabalho de EMSPs que ofereciam serviços de guarda, defesa e treinamento. Tais atores são grupos privados de defesa que foram amplamente usados por diversos governos, incluindo o dos Estados Unidos. No caso do Grupo Wagner, trata-se de uma organização que, embora se apresente como privada, é representante do Estado Russo e combina força militar com interesses comerciais. Spearin (2023) a descreve como uma "empresa militar pseudo-privada" e um "grupo informal de segurança semi-estatal".

Imagem 1: mapa mostrando a presença do Grupo Wagner na África em número de soldados.



Fonte: namuwiki

O Departamento de Estado dos EUA classifica o Grupo Wagner como um substituto do Ministério da Defesa Russo. Consequentemente, a organização não oferece seus serviços no mercado aberto, atendendo apenas aos interesses do Kremlin e de suas redes oligárquicas de apoio. Com frequência, o grupo utiliza a infraestrutura, as plataformas e os equipamentos militares russos

(SPEARIN, 2023). O autor (2023) ainda afirma que a legalidade do Grupo Wagner é um tanto quanto oblíqua, pois o grupo não está registrado como pessoa jurídica. Além disso, uma instituição como o Grupo Wagner é proibida, conforme o Artigo 359 do Código Penal da Federação Russa, que se refere a mercenários. Para Spearin (2023), o Grupo Wagner emprega violência visando a tomada de território, enquanto contratados de segurança privada não podem realizar atividades de combate direto ou operações ofensivas. Desse modo, o Grupo Wagner é visto como uma ferramenta potencialmente ofensiva do Estado russo (SPEARIN, 2023).

As Divisões Internas na República Centro-Africana

A República Centro-Africana (RCA) vive uma profunda divisão política e militar. De um lado, está o governo oficial, exercido pelo presidente Faustin-Archange Touadéra em conjunto com as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA). Touadéra foi eleito em 2016 e reeleito em 2020. É este governo que, historicamente, dependeu do apoio externo, incluindo o dos Estados Unidos (conforme Spearin, 2023). Em 2023, Touadéra e seus partidários realizaram uma reforma constitucional que permitiu a reeleição ilimitada de mandatos presidenciais. Este "golpe branco" gerou grande insatisfação e oposição interna.

Imagem 2: Mapa da República Centro Africana



Fonte: GoogleMaps

Em contraposição a Touadéra e às FACA, estão as divisões armadas, que são atores não estatais que disputam o poder e o controle dos recursos minerais. Essa disputa possui uma configuração também étnica e religiosa. Basicamente, trata-se da Séléka e da Anti-Balaka, que em 2012 se tornaram duas importantes coalizões.

- A Séléka é predominantemente muçulmana. Sua coalizão original se dissolveu, mas permanecem facções controlando a região norte e leste do país.

- O grupo dos Anti-Balaka é composto por milícias predominantemente cristãs que se opõem à Séléka e são predominantes nas regiões sul e oeste.

O texto a seguir integra as informações sobre a presença do Grupo Wagner no Mali, seguindo as correções de português (verbal, ortografia, concordância) e a formatação ABNT para artigos acadêmicos.

A crise do Mali e a inserção do Grupo Wagner na África

A presença do Grupo Wagner se estende ao Mali, um dos países mais pobres do continente africano e que apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua economia é predominantemente extrativista e carece de industrialização. A história do Mali é marcada pela instabilidade institucional. O país conviveu com o regime autoritário de Moussa Traoré entre 1968 e 1991 e sofreu sucessivos golpes de Estado (em 1991, 2012, 2020 e 2021). Além disso, enfrenta conflitos étnicos, como o movimento separatista do Norte, e o crescimento de grupos terroristas. Em 2020, ocorreu um golpe que depôs o governo do presidente Ibrahim Boubacar Keïta, em 18 de agosto. Este golpe militar foi liderado por Assimi Goïta e Ismaël Wagué. Um segundo golpe, em 2021, foi conduzido novamente por Assimi Goïta. As eleições foram, subsequentemente, adiadas para 2025. Essa instabilidade política fez com que o Mali fosse suspenso e sancionado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O isolamento internacional e a permanência de grupos terroristas no país, sobretudo o fracasso das missões militares da União Europeia (UE) na tentativa de conter a expansão dos grupos radicalizados na região central entre 2013 e 2022, levaram o governo do Mali a buscar apoio na Rússia de Vladimir Putin. Este contexto abriu as portas para a atuação do Grupo Wagner.

Vetor da Política Externa do Kremlin e Expansão na África

O Grupo Wagner, uma entidade paramilitar que ganhou notoriedade global, consolidou-se como uma peça central na arquitetura de poder e na projeção de influência da Federação Russa, especialmente no teatro africano. Diferentemente da justificativa retórica de "combate ao nazi-fascismo" utilizada por Vladimir Putin na invasão à Ucrânia, o próprio Wagner é conhecido por abrigar elementos com laços de extrema-direita ou matizes neonazistas. A morte de seu antigo líder, Yevgeny Prigozhin, em circunstâncias controversas, não diminuiu a relevância do grupo, mas, ao contrário, marcou sua integração ainda mais explícita na estratégia de segurança e defesa do governo russo, agora sob o comando de figuras como o General Andrei Averyanov.

A atuação do Wagner na África é frequentemente descrita como um modelo de neocolonialismo por procuração – uma tática apelidada de "Entente Roscolonial" (DW apud ISTOÉ, 2024). A Líbia serve como um exemplo primordial desse fenômeno. A nação, rica em jazidas de petróleo e ouro, permanece em um estado de profunda fragmentação desde o colapso do regime de Muammar Gaddafi e o turbilhão da "Primavera Árabe". Essa divisão crônica fomenta um ambiente propício para a infiltração e atuação de milícias transnacionais como o Wagner.

Envolvimento Tático e Cenário Dividido

O engajamento do Wagner no solo líbio remonta a outubro de 2018. Sua participação ganhou intensidade após a ofensiva militar lançada em abril de 2019 contra a capital, Trípoli, sob a égide do General Khalifa Haftar. A missão do grupo era fornecer apoio especializado ao Exército Nacional Líbio (LNA), a força militar associada à administração sediada em Tobruk, o Governo de Estabilidade Nacional, liderado pelo primeiro-ministro Ossama Hamad. Esta facção rivaliza com o Governo de Unidade Nacional (GUN), reconhecido pela ONU, que opera a partir de Trípoli sob a

liderança do primeiro-ministro Abdul Hamid Dbeibah e conta com o respaldo militar turco.

A presença dos mercenários russos está concentrada em locais de importância crítica. Eles mantêm posições de domínio em uma faixa que abrange as regiões de Sirte (cerca de 450 km de Trípoli) e Jufra (600 km a sudoeste). Bases aéreas vitais, como Gardabia (próxima a Sirte) e Brak Al Shati (aproximadamente 700 km ao sul da capital), são mantidas sob controle do grupo.

Mudanças Operacionais e Recrutamento

Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2020 estimavam um contingente inicial de 800 a 1.200 mercenários do Wagner. O pico de combatentes russos chegou a cerca de 2.200. Contudo, a deflagração da guerra na Ucrânia impôs uma mudança drástica na sua composição operacional. Estima-se que 1.300 membros do Wagner foram remanejados da Líbia para o *front* ucraniano.

Essa retirada forçou o grupo a reajustar sua estratégia de pessoal, resultando em uma maior dependência da cooptação e emprego de mercenários de origem africana para preencher as lacunas e manter a segurança de suas posições estratégicas (MONITOR DO ORIENTE, 2022). A manutenção dessas bases militares russas, viabilizadas pelo Wagner, é fundamental para facilitar o acesso e a logística para a extração do ouro líbio (ISTOÉ, 2024).

Consequências e Desmantelamento da Ordem Civil

A atuação do Grupo Wagner na Líbia não se limita a operações de combate tático, mas abrange ações que minam a estabilidade e a governança. A lista de abusos de direitos humanos é extensa, englobando acusações documentadas de tortura, violência sexual e execuções extrajudiciais.

Além da violência física, o grupo emprega o que se pode chamar de "guerra de desinformação". O Wagner promove intensas

campanhas online destinadas a desestabilizar o cenário político e eleitoral líbio. O objetivo central dessas manobras é intimidar o eleitorado, disseminar a ideia de fraude e, por fim, inviabilizar o processo de transição democrática no país.

O Wagner e o Kremlin

Yevgeny Prigozhin (ou Ievguêni Prigojin) era o principal financiador do Grupo Wagner e, notavelmente, não possuía origem militar. Sua trajetória de influência iniciou-se no mundo dos negócios: nos anos 1990, era proprietário de um restaurante em São Petersburgo, frequentado por figuras políticas, incluindo Vladimir Putin (NETO, 2023). A amizade cultivada com Putin, que era um assíduo frequentador do estabelecimento de Prigozhin, permitiu-lhe expandir exponencialmente seus negócios, passando a fornecer serviços de alimentação e refeições ao Kremlin, além de suprir a merenda escolar e a comida das Forças Armadas russas, o que lhe rendeu o apelido de "Chef de Putin". Embora sua atuação prévia remonte a atividades ligadas à instabilidade política na Síria, o Grupo Wagner teria se consolidado por volta de 2014. Sua ascensão está intrinsecamente ligada ao suporte russo ao regime de Bashar al-Assad, que conseguiu resistir aos efeitos da Primavera Árabe devido à decisiva presença militar de Moscou (NETO, 2023).

Essa projeção de força russa é garantida através de uma estrutura híbrida, que inclui as Forças de Operações Especiais (SOF) e, de forma mais notória, as primeiras Empresas Militares Privadas (PMCs). As PMCs funcionam como uma ferramenta estratégica nas mãos do Estado que, por outro lado, se mantém desvinculada juridicamente do governo russo. As SOF, subordinadas ao Estado-Maior Russo, são treinadas para realizar missões complexas como reconhecimento, sabotagem, supervisão, contraterrorismo, contrassabotagem, contraespionagem, e ações de guerrilha (NETO, 2023).

2.1. O Precedente da Crimeia e o Dia da SOF e a expansão Global e violações físicas.

O histórico de serviços prestados por essa estrutura paramilitar ao governo russo é extenso. As Forças de Operações Especiais (SOF) possuem, inclusive, um dia de comemoração: 27 de fevereiro, considerado o dia nacional da SOF. Essa data celebra o dia 27 de fevereiro de 2014, quando homens armados (os chamados "homens verdes") assumiram o controle do prédio do Conselho Supremo e do governo da República Autônoma da Crimeia, na época anexada à Ucrânia, e garantiram a segurança no referendo de 16 de março de 2014 sobre a anexação da Crimeia à Rússia. Com a intensificação do conflito entre Rússia e Ucrânia a partir de 2022, as PMCs se expandiram em escala. As operações no Donbass, entre janeiro e março de 2014, já haviam feito uso intensivo tanto das PMCs quanto das SOF (NETO, 2023).

O Grupo Wagner se tornou um braço de desestabilização e influência global, com registro de diversas violações:

- África: O Grupo Wagner é ligado à milícia sudanesa Forças de Suporte Rápido (RSF), anteriormente conhecida como Janjaweed, uma das mais violentas do mundo (NETO, 2023). No Mali, o golpe de Estado liderado por Assimi Goita e seus partidários contou com apoio direto do Wagner.
- Violência contra Jornalistas: O grupo está implicado no assassinato de três jornalistas russos que se dirigiram à República Centro-Africana para investigar o tráfico de armas. O Wagner também é apontado como responsável pelo assassinato de um jornalista sírio, crítico à atuação do grupo (NETO, 2023).

As ligações ideológicas e o neonazismo.

Apesar da retórica russa de combate ao "nazifascismo" na Ucrânia, o Grupo Wagner tem laços problemáticos com a ideologia neonazista. O fundador e primeiro comandante militar do grupo, Dmitry Utkin, que adotou o codinome "Wagner" em referência ao compositor favorito de Adolf Hitler, foi condecorado por Putin. O

próprio Utkin, em fotos, possuía tatuagens que exibiam claramente dois brasões da SS nazista no ombro, além de uma águia nazista, emblema do Terceiro Reich (NETO, 2023).

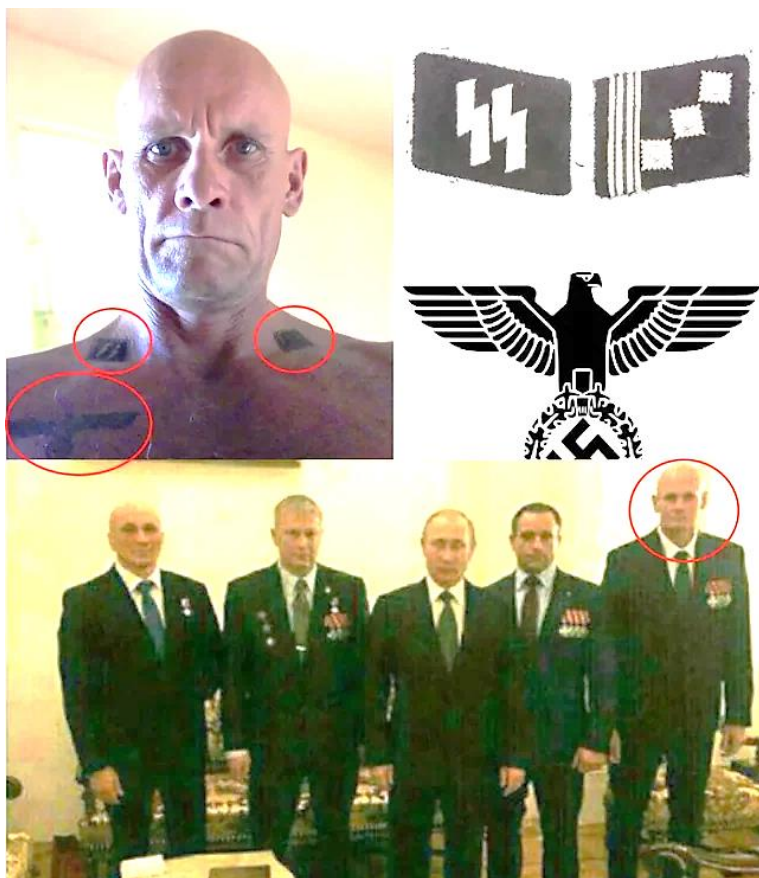
Outro exemplo é o caso dos irmãos Vladislav e Artem Krasnolisky, que assumem abertamente sua adesão ao nazismo e foram fotografados utilizando camisas com simbologia nazista (NETO, 2023).

Imagem 3: Os irmãos Vladislav e Artem Krasnolutsky notórios nazistas.



Fonte: Opinião Socialista.

Imagem 4: **Dmitry Utkin**, número 2 do Grupo Wagner, ostentando seus símbolos nazistas e na foto com Putin.



Fonte: Reddit

Podemos observar a foto em que Utkin posa com Putin e, em outra foto sem camiseta podemos observar símbolos nazistas

tatuados em seu corpo, dentre elas o logotipo da SS nazista e o símbolo da Wehrmacht, as forças armadas da Alemanha nazista.

Considerações finais

O Grupo Wagner demonstra a contradição da narrativa russa de vitória contra os nazistas da Alemanha na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), narrativa essa que foi usada como argumento para iniciar a guerra contra a Ucrânia em 2022. O Wagner, um grupo ligado ao nazismo, está a serviço do Kremlin na África, configurando um novo colonialismo, agora russo, no continente africano.

A atuação do grupo, sobretudo após a morte de Yevgeny Prigozhin e Dmitry Utkin, passou a ser controlada pelo Estado russo. O Grupo Wagner está apoiando os novos líderes militares africanos, como é o caso de Assimi Goïta no Mali e Ibrahim Traoré em Burkina Faso. O governo de Traoré visa romper com a herança do colonialismo, mas se aproxima, estrategicamente, da Rússia através do Wagner. Sem dúvida, mais uma destas contradições que a História nos proporciona.

Bibliografia

BRANCO, Paulo Eduardo de M. S.; COSTA, José Miguel N. A geopolítica mercenária em África. Observatório de Estudos de Defesa e Justiça, Lisboa, n. 6, p. 5-14, nov. 2024. Disponível em: https://eurodefense.pt/wp-content/uploads/2024/11/Mercenarios-e-Poder_Uma-analise-da-Nova-Geopolitica-em-Africa.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

CNN BRASIL. Análise: Grupo Wagner também está na África, mas futuro no continente é incerto. CNN Brasil, São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-grupo-wagner-tambem-esta-na-africa-mas-futuro-no-continente-e-incerto/>. Acesso em: 30 out. 2025.

NETO, Cesar. Conheça o Grupo Wagner, os neofascistas que ganharam poder e se enriqueceram servindo Putin. **PSTU**, São Paulo, 25 jun. 2023. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca-o-grupo-wagner-os-neofascistas-que-ganharam-poder-e-se-enriqueceram-servindo-putin/> . Acesso em: 11 out. 2025.

QUIRICO, Domenico. Agora a batalha pela África é decisiva, os mercenários são o instrumento perfeito. Tradução de João Pedro Alves de Melo. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo, RS, 29 ago. 2023. Publicado originalmente em: La Stampa, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/631834- agora-a-batalha-pela-africa-e-decisiva-os-mercenarios-sao-o-instrumento-perfeito>. Acesso em: 30 out. 2025.

ROSA, Vinícius Teles do Carmo Santa. Forças privadas, interesses públicos: a atuação da empresa militar privada Grupo Wagner para a expansão da influência russa na República Centro Africana. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/35484?locale=pt_BR. Acesso em: 30 out. 2025.

SILVA, Wilson Gregorio da et al. O motim do grupo Wagner e o futuro da presença russa na África. Observatório de Política

Externa Brasileira (OPEB), [S. l.], 11 jul. 2023. Disponível em: <https://opeb.org/2023/07/11/o-motim-do-grupo-wagner-e-o-futuro-da-presenca-russa-na-africa/> . Acesso em: 30 out. 2025.

SPEARIN, Christopher. O Grupo Wagner e a assistência dos EUA às forças de segurança na África: Uma dinâmica modificada e desafiadora. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 103, n. 4, p. 1-13, jul./dez. 2023. Edição Brasileira. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Julho-Dezembro-2023/Spearin/> . Acesso em: 11 out. 2025.

A Força da Mulher na Reconstrução do Burundi: Gênero, Conflito e os Desafios da Efetivação dos Direitos Femininos

Joana Escobar Marinho¹

O Burundi é um pequeno país no coração da África, com fronteiras com a República Democrática do Congo, o Ruanda e a Tanzânia. Possui cerca de 8,5 milhões de habitantes, e sua capital é a cidade de Gitega. Nos últimos anos, o país vivenciou o autoritarismo e enfrentou acusações de violações de direitos humanos, especialmente durante o governo de Pierre Nkurunziza (2005–2020). Etnicamente, a população é composta por Hutus (85%), Tutsis (14%) e Twa (1%). A dinâmica histórica e política do Burundi está profundamente marcada pela relação entre os grupos étnicos Hutu e Tutsi, que compõem a maioria e a minoria da população, respectivamente. Embora compartilhem língua, religião e práticas culturais semelhantes, esses grupos foram diferenciados ao longo do tempo principalmente por critérios socioeconômicos: tradicionalmente, os Tutsis eram associados à criação de gado e a posições de prestígio, enquanto os Hutus eram vinculados à agricultura de subsistência.

Durante o período colonial, primeiro sob domínio alemão e, posteriormente, belga, tais distinções foram institucionalizadas e exacerbadas. A administração colonial promoveu uma visão racializada que conferia aos Tutsis maior acesso à educação e ao poder político, consolidando um sistema de hierarquia étnica que marginalizou a maioria Hutu. Após a independência em 1962, a competição pelo poder entre os dois grupos resultou em sucessivos

¹Acadêmica do curso de História em Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Estudos de Política Internacional GEPI-FACH-UFMS. E-mail: joana.marinho@ufms.br

episódios de violência e repressão. Massacres em larga escala ocorreram, como em 1972, quando dezenas de milhares de Hutus foram mortos em resposta a uma insurreição, e em 1988, quando novas ondas de violência atingiram ambos os grupos. O auge do conflito se deu com a guerra civil (1993–2005), deflagrada pelo assassinato do presidente Melchior Ndadaye, o primeiro Hutu eleito democraticamente. Esse conflito deixou mais de 300 mil mortos e milhões de deslocados internos e refugiados. Os Acordos de Arusha para a Paz e a Reconciliação (2000) representaram um marco no processo de estabilização, ao instituir mecanismos de partilha de poder entre Hutus e Tutsis, reformas institucionais e integração de antigos grupos armados. Desde então, a Constituição de 2005 prevê cotas étnicas no Parlamento, nas Forças Armadas e em outras instituições, com o objetivo de equilibrar a representação política e mitigar novas tensões.

Imagem 1: lançamento da Marcha Mundial das Mulheres nos anos 2000, Neste momento, militantes feministas de mais de 50 países.



Fonte: <https://capiremov.org/experiencias/8-de-marco-de-2000-um-dia-para-recordar/>

Apesar dos avanços institucionais, a questão étnica no Burundi permanece como elemento sensível, influenciando disputas políticas e sociais. A herança da colonialidade, aliada à desigualdade econômica e às práticas autoritárias de governos recentes, revela que a superação do conflito não depende apenas de arranjos formais de poder, mas também de um processo de reconciliação nacional e fortalecimento democrático. O Estopim da Guerra Civil: O Assassinato de Ndadaye. O assassinato do presidente eleito Melchior Ndadaye, em 1993, deflagrou uma prolongada Guerra Civil (1993–2005). Ndadaye foi o primeiro presidente Hutu eleito democraticamente no país, em junho de 1993, após décadas de hegemonia política Tutsi. Sua eleição representava não apenas uma mudança histórica de poder, mas também uma expectativa de maior inclusão política da maioria Hutu, até então marginalizada. Entretanto, poucos meses após assumir o cargo, Ndadaye foi assassinado em 21 de outubro de 1993 por militares Tutsis durante uma tentativa de golpe de Estado. Este evento desencadeou uma onda de violência generalizada: Hutus reagiram com ataques contra Tutsis em várias regiões e, em contrapartida, o Exército dominado por oficiais Tutsis promoveu massacres sistemáticos contra civis Hutus.

O assassinato de Ndadaye é amplamente interpretado como o estopim da Guerra Civil burundesa, que resultou em mais de 300 mil mortes e milhões de deslocados internos e refugiados. Além disso, simbolizou a dificuldade de transição de Burundi para um regime democrático inclusivo, demonstrando como a herança colonial e a estrutura étnica hierarquizada foram instrumentalizadas na luta pelo poder. Os Acordos de Arusha para a Paz e a Reconciliação (2000) representaram um marco traumático, mas essencial, na memória coletiva do país. Assinado em 28 de agosto de 2000 na Tanzânia, o Acordo foi resultado de longas negociações mediadas pela comunidade internacional, inicialmente sob a liderança de Julius Nyerere (ex-presidente da Tanzânia) e, após sua morte, por Nelson Mandela. O objetivo central era pôr fim à guerra

civil iniciada em 1993 e construir bases institucionais para a reconciliação nacional.

Gênero no Conflito e a Participação Feminina

No meio dos conflitos da Guerra Civil (1993–2005), as mulheres desempenharam papéis cruciais, tanto como cuidadoras e líderes comunitárias quanto como agentes de resistência e participação política. No entanto, foram vítimas frequentes de violência sexual e deslocamento forçado, o que gerou uma conscientização sobre a necessidade de abordar questões de gênero nos processos de paz e reconstrução. A violência sexual no contexto do conflito Hutu-Tutsi evidencia que os conflitos étnicos em Burundi foram não apenas políticos, mas também profundamente de gênero. Milhares de mulheres Hutus e Tutsis sofreram estupro, casamentos forçados e outros tipos de violência sexual, incluindo ataques a meninas e mulheres idosas. Muitas ficaram grávidas como resultado da violência, enquanto outras foram infectadas por doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV, em decorrência de agressões.

Após o fim do conflito, esforços internacionais e locais buscaram assistência médica, apoio psicológico e reintegração social para as vítimas.

A Constituição de 2005 e os Acordos de Arusha foram marcos institucionais importantes, estabelecendo cotas para a representação feminina: pelo menos 30% das vagas em órgãos legislativos devem ser ocupadas por mulheres. O país fez progressos significativos na representação feminina em cargos decisórios eleitorais desde 2010. Apesar de Burundi ser um país pequeno, com a maioria da população vivendo em áreas rurais, as mulheres vêm lutando por seus espaços e por uma renda maior para sua família. O movimento feminista em Burundi tem buscado articular direitos de gênero e reconciliação pós-conflito, enfatizando que a paz sustentável depende da inclusão efetiva das mulheres em todos os níveis da sociedade. Ainda assim, a violência, o patriarcado e as restrições políticas permanecem obstáculos significativos, exigindo estratégias contínuas de mobilização.

Imagem 2: Dia Internacional da Mulher no Burundi.

International Women's Day in Burundi: Women in Agricultural Development and Environmental Protection

Date: Monday, 14 March 2022



Fonte: <https://africa.unwomen.org/en/stories/news/2022/03/international-womens-day-in-burundi-women-in-agricultural-development-and-environmental-protection>

Um forte aliado dessas lutas feministas no Burundi é a ONU Mulheres, que trabalha em diversas frentes para melhorar as condições de vida das mulheres burundinesas. Um exemplo são os projetos sociais que oferecem empréstimos para mulheres que vivem em áreas rurais e suburbanas, visando criar um ambiente propício (tanto legislativo quanto institucional) para o acesso feminino a recursos, ao mercado, financiamento e tecnologia, facilitando, assim, o empoderamento feminino. A ONU Mulheres também atua em ações humanitárias em áreas afetadas por conflitos, além de apoiar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Imagem 3: reportagem do portal EuroNews sobre o protesto das mulheres contra o presidente de Burundi.



Fonte: <https://pt.euronews.com/2015/05/10/burundi-protesto-de-mulheres-contra-presidente>

Imagem 4: O feminismo do burundi vem crescendo com a pauta de paz, ou em Women, let's consolidate peace ou em frances La force de la femme.



Fonte: <https://cspps.org/reseau-femmes-et-paix-new-impetus-gender-equality-burundi>

Embora alguns grupos sociais e setores do governo do Burundi busquem ativamente a igualdade de gênero, as questões religiosas e as normas culturais persistem com forte influência. Nos últimos anos, ocorreram avanços institucionais e legais em favor das mulheres: o país ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e introduziu, em 2016, uma lei específica sobre violência de gênero. Apesar desses avanços, a persistência de normas culturais patriarcais, a desigualdade no acesso à terra, a violência baseada em gênero e as fragilidades institucionais continuam a dificultar a efetivação da igualdade. A Lei sobre Violência Baseada em Gênero, considerada um marco no enfrentamento à violência contra mulheres, criminaliza agressões físicas, sexuais e psicológicas, mas inclui cláusulas controversas, como a penalização de uniões livres e

a criminalização de determinados comportamentos privados consensuais.

Desafios na Efetivação dos Direitos Femininos

Apesar desses avanços formais, os desafios permanecem significativos. Estima-se que 22,1% das mulheres entre 15 e 49 anos tenham sofrido violência física e/ou sexual por parceiro íntimo no último ano, sendo a maioria dos casos não denunciada devido ao estigma social e à impunidade (UN WOMEN, 2023). Além disso, as mulheres enfrentam sérias barreiras no acesso à saúde sexual e reprodutiva. A taxa de nascimentos entre adolescentes é de 58,2 por mil, enquanto apenas 39,6% das mulheres têm acesso a métodos modernos de planejamento familiar.

Outro ponto crítico é a desigualdade no acesso à terra. Embora a Constituição estabeleça a igualdade, apenas 17,7% das terras estão em nome de mulheres, revelando a força das práticas tradicionais que restringem o direito feminino à herança (AFROBAROMETER, 2020). Essa exclusão agrava a vulnerabilidade econômica e perpetua ciclos de dependência. Tais práticas patriarcais também se refletem nas normas culturais que desestimulam a participação plena das mulheres na vida pública e política (EURONEWS, 2021). Portanto, verifica-se que as conquistas legais e institucionais não são suficientes para alterar, por si só, a realidade social. As questões feministas no Burundi evidenciam um quadro de avanços e contradições. Para fortalecer essa agenda, é fundamental que o Estado burundês promova políticas públicas efetivas, garanta financiamento adequado para a proteção das vítimas, amplie o acesso à saúde sexual e reprodutiva e atue em conjunto com líderes comunitários para transformar normas patriarcais. Somente assim será possível consolidar um ambiente que assegure a igualdade substantiva entre homens e mulheres no Burundi.

Fragilidade Institucional e Limites da Governança

Apesar de existirem garantias constitucionais de liberdade de expressão, o governo do Burundi tem sido criticado por restringir a imprensa, utilizar reguladores de comunicação subservientes e incentivar práticas de autocensura entre jornalistas (RSF, 2024). Em períodos eleitorais, leis e normas regulatórias tendem a impor restrições adicionais, como a exigência de aprovação prévia para a publicação de resultados eleitorais parciais (RSF, 2024). Os Acordos de Arusha pretendiam, justamente, assegurar participação política para diferentes grupos étnicos e reduzir os vieses históricos. A estrutura legal do Burundi possui muitos mecanismos promissores para estabilidade e inclusão – constituição democrática, sistema bicameral, representação étnica e de gênero e descentralização administrativa. Contudo, na prática, há lacunas significativas:

1. O respeito às instituições pelos líderes políticos nem sempre é garantido.
2. A repressão política e o controle sobre liberdades civis continuam sendo obstáculos para o pleno funcionamento democrático.
3. Desigualdades sociais e étnicas persistem, minando a legitimidade do governo.
4. A capacidade institucional (judicial, legislativa e estatal local) é limitada por recursos, corrupção e fragilidade administrativa.

Acordos como o de Arusha e as constituições que o sucederam oferecem um arcabouço para um governo mais inclusivo e democrático, mas a concretização desses modelos enfrenta desafios práticos persistentes. Para além das normas, é necessário reforçar instituições independentes, ampliar a participação cidadã, garantir os direitos de expressão e efetivar a descentralização

administrativa. Só assim será possível consolidar um governo democrático e estável no Burundi.

Referências.

AFROBAROMETER. Gender equality in Burundi: Why does support not extend to women's right to inherit land? 2020. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/pp22-gender-equality-burundi-why-does-support-not-extend-womens-right-inherit-land/>.

AMNESTY INTERNATIONAL. Burundi: Landmark law on gender-based violence must be strengthened. 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/12/burundi-landmark-law-on-gender-based-violence-must-be-strengthened/>.

DW. Pierre Nkurunziza: o eterno líder supremo do Burundi? *Deutsche Welle*, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/pierre-nkurunziza-o-eterno-l%C3%ADder-supremo-do-burundi/a-43839480>.

LEMARCHAND, René. Social change and political modernisation in Burundi. *The Journal of Modern African Studies*, v. 4, n. 4, 1966. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/social-change-and-political-modernisation-in-burundi/0E6F1F7A9FF53B85961DAB9EC251CA26>.

RSF. Burundi. *Reporters Without Borders*, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/pais/burundi>.

UN WOMEN. Burundi Country Data. 2023. Disponível em: <https://data.unwomen.org/country/burundi>

Boko Haram e a Imposição da Sharia: Financiamento, Violência Extrema e a Crise dos Refugiados na África Ocidental

Samuel de Jesus¹

Introdução.

O grupo Boko Haram foi fundado por Mohammed Yusuf em 2002 (YUSUF, 2002). Inicialmente, formou-se com uma proposta não violenta e seu principal objetivo era a purificação do Islã no norte da Nigéria (PEREIRA, 2020). No entanto, a partir de março de 2015, o grupo aliou-se ao Estado Islâmico no Iraque e na Síria (EI/ISIS), adotando o nome de Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP - do inglês, *Islamic State in West Africa Province*) (SILVA, 2017). Em agosto de 2016, Abubakar Shekau foi destituído da liderança do ISWAP devido a acusações de extremismo pelo próprio Estado Islâmico e substituído por Abu Musab al-Barnawi. Essa mudança gerou uma divisão na organização, e a facção liderada por Shekau retomou o nome original do grupo: Boko Haram (GARCIA, 2018). Oficialmente, o grupo Boko Haram alega lutar pela Sharia (lei islâmica) e pelo combate à corrupção, à falta de pudor das mulheres, à prostituição e a outros vícios (OLIVEIRA, 2019). Segundo a ideologia do grupo, os cristãos, a cultura ocidental e a tentativa de disseminar o feminismo entre mulheres e meninas são os principais culpados pela degradação moral (OLIVEIRA, 2019).

Boko Haram um grupo misógino.

Segundo o Boko Haram, as mulheres sequestradas iniciam uma "vida nova como servas", ou seja, tornam-se escravas (SANTOS, 2021). A Sharia tornou-se lei no norte da Nigéria, uma

¹ É Doutor em Ciências Sociais pela UNESP e professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenador do Grupo de Estudos de Política Internacional GEPI-FACH-UFMS. E-mail: samuel.jesus@ufms.br

região com população de maioria muçulmana. O sul da Nigéria, que possui uma maioria cristã, resiste à implementação da Sharia em âmbito nacional (VIEIRA, 2016). O Boko Haram busca impor a Sharia em todo o país, gerando conflitos, ameaças e o crescimento da população muçulmana (VIEIRA, 2016). A Sharia é a lei islâmica. Etimologicamente, significa "o caminho para a água" e orienta todos os aspectos da vida muçulmana (SILVA; DIAS, 2015). As leis da Sharia variam de região para região e são baseadas em textos islâmicos fundamentais como o Alcorão e a Suna (SILVA; DIAS, 2015). Ela orienta a vida individual e comunitária dos muçulmanos em diversas áreas, como direito de família, negócios e finanças, orações diárias, jejum e caridade (JÚNIOR, 2022). Alguns grupos, com uma mentalidade mais moderna, defendem que a Sharia deva ser alinhada com os direitos humanos e a democracia (JÚNIOR, 2022). No entanto, persistem as interpretações radicais que imputam punições corporais para crimes como roubo e adultério, como a amputação de uma mão ou o apedrejamento até a morte (SANTOS, 2021).

Financiamento e Atividades Criminosas

O Boko Haram é financiado principalmente por meio de raptos seguidos de exigência de resgate (PEREIRA, 2020). Sabe-se que o grupo está envolvido com cartéis de drogas, organizações de caridade de fachada, venda de escravos e extorsão (PEREIRA, 2020). Um exemplo notório é o rapto de uma família de turistas franceses em férias nos Camarões em 2013. Eles foram sequestrados e libertados após dois meses, junto com dezesseis pessoas, em troca de um resgate de 3 milhões de dólares (GARCIA, 2018). Suspeita-se também que o grupo esteja por trás da indústria da caça ilegal de rinocerontes e elefantes, segundo um relatório da organização não governamental *Born Free USA*, que luta pela conservação da vida selvagem (OLIVEIRA, 2019). O principal objetivo do Boko Haram é destruir a democracia na Nigéria e promover uma educação nas escolas com base na Sharia (PEREIRA, 2020).

Imagem 1: Bandeira do Boko Haram



Fonte: Wikipédia

Imagem 2: Líder do Boko Haram: Abubakar Shekau



Reprodução do YouTube

Em 25 de dezembro de 2011, o grupo atacou cinco cidades da Nigéria com bombas que deixaram pelo menos 40 civis mortos e um policial ferido (SILVA, 2017). Os incidentes ocorreram na capital Abuja, e nas cidades de Jos, Gadaka e Damaturu. Os alvos foram igrejas católicas que celebravam a Missa do Galo nas vésperas do Natal (SILVA, 2017).

Outros ataques notáveis incluem:

- Em setembro de 2013, atacaram uma estrada entre Maiduguri e Damaturu, arrastando pessoas aleatoriamente para fora de seus veículos e matando-as (GARCIA, 2018).
- Nove dias depois, em 29 de setembro de 2013, 50 pessoas morreram em um ataque contra uma universidade no nordeste da Nigéria, em Yobe (GARCIA, 2018).

O grupo opera com caminhões e carros blindados, cercando vilas que ainda existem no norte da Nigéria, matando a população inteira e capturando vivas as meninas jovens (VIEIRA, 2016). Vários ataques foram feitos a escolas de meninas; cerca de 85 escolas foram fechadas devido a esses ataques (VIEIRA, 2016). Eles são responsáveis também pelo massacre de Baga, ocorrido em 3 de janeiro de 2015, no qual mais de duas mil pessoas foram mortas (PEREIRA, 2020). A UNICEF declarou em dezembro de 2015 que, em consequência da crueldade do Boko Haram, um milhão de crianças não puderam frequentar escolas e mais de duas mil escolas se encontravam fechadas na Nigéria, Camarões, Chade e Níger (SILVA, 2017). O grupo controla aproximadamente 20 cidades nigerianas, como Gamboa, Guioza, Gamboru, Ngala, Banki, Bama e Chibok (SILVA, 2017). De acordo com uma matéria do jornal El País intitulada "Grupo armado assassina a mais de 100 agricultores na Nigéria" (EL PAÍS, 2020), pelo menos 110 civis foram assassinados em um ataque na aldeia de Koshobe, no nordeste da Nigéria, em 28 de novembro de 2020 (EL PAÍS, 2020). Homens armados chegaram em motocicletas e realizaram um brutal ataque contra homens e mulheres que trabalhavam nos campos de Koshobe. As vítimas

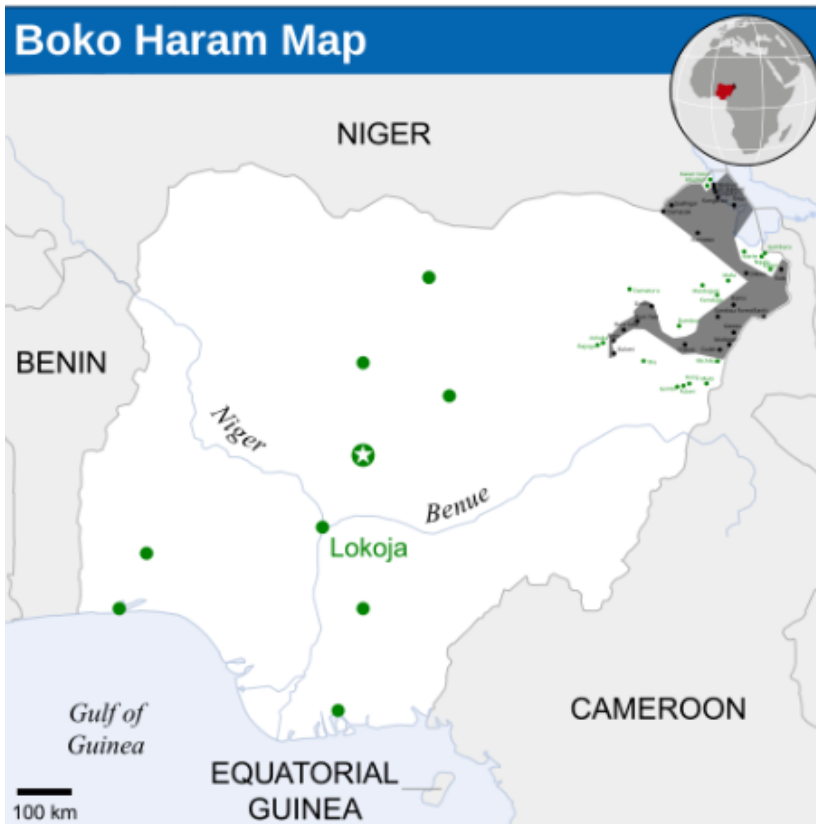
eram agricultores, e várias dezenas foram decapitadas no ataque, que começou em uma manhã de sábado na aldeia localizada no estado de Borno (EL PAÍS, 2020).

Imagem 3: Boko Haram



Fonte: Wikipédia

Imagem 4: região controlado pelo Boko Haram na Nigéria.



Fonte: Wikipédia

O Impacto nos Refugiados

Estima-se que o Boko Haram tenha matado pelo menos 30 mil pessoas na última década (GARCIA, 2018). Muitas pessoas fogem da Nigéria e formam campos de refugiados, como o de Tumur, no Níger (SANTOS, 2021). Este é apenas um dos muitos campos do deserto onde se refugiam milhares de pessoas que se sentem ameaçadas pela presença do Boko Haram (SANTOS, 2021). Cerca de 40.000 refugiados vivem em Tumur, onde há escassez de comida, água e remédios. As crianças sofrem de desnutrição grave, e a

população consome alimentos apenas uma vez por dia. A malária e a diarreia já se tornaram epidemias. Muitos bebês morrem de desnutrição, e muitos adultos sofrem de estresse pós-traumático, chegando a não dormir durante dias (SANTOS, 2021). Segundo notícia da Agência Brasil de 06 de setembro de 2025 (AGÊNCIA BRASIL, 2025): "Boko Haram mata dezenas de pessoas em ataque no nordeste da Nigéria". A reportagem descreve que o ataque ocorreu em Daru Jamal, perto de Banki, na área do governo local de Bama, por volta das 8h30 de uma sexta-feira. Membros do grupo invadiram a comunidade atirando indiscriminadamente e incendiando casas (AGÊNCIA BRASIL, 2025). Uma testemunha chamada Baba Gana Mala afirmou: "Estávamos avisando os militares há 3 dias sobre a reunião do Boko Haram perto de nossa cidade, mas nenhuma ação foi tomada" (AGÊNCIA BRASIL, 2025). Mala disse que 63 pessoas foram mortas, incluindo sete soldados e várias pessoas que haviam retornado de um campo para pessoas deslocadas internamente em Bama (AGÊNCIA BRASIL, 2025).

Violência de Gênero e Estratégias de Resistência: O Caso das Mulheres de Chibok.

Segundo reportagem da revista Carta Capital de 1º de março de 2021, intitulada "Sequestradas pelo Boko Haram são obrigadas a adotar o islamismo e servir os seus soldados", relata-se a história da resistência de mulheres que foram retiradas do dormitório de sua escola pelos militantes do Boko Haram e escondidas em uma floresta. Elas utilizaram a desobediência como estratégia, atitude que contribuiu para salvar suas vidas. As reféns foram mantidas por até três anos pelos extremistas no nordeste da Nigéria. Eram mais de 200 mulheres da escola de Chibok. Com o tempo, elas começaram a perder o medo e a se rebelar. Foram insultadas e ameaçadas de morte para que se casassem, o que muitas se recusaram a fazer. Eram espancadas com frequência. Elas se recusavam a usar o Hijab e, diante desta recusa, foram ameaçadas de terem suas cabeças cortadas, sendo forçadas a utilizar o lenço e a orar. As mulheres fraudaram as cerimônias de conversão,

pronunciando orações cristãs e transmitindo umas às outras a história bíblica de Jó, que esperou sete anos por seu casamento.

Imagem 5: Mulheres sequestradas pelo Boko Haram



Fonte: Reprodução do vídeo feito pelo grupo Boko Haram

Uma das principais lideranças femininas, chamada Adamu, afirmou que sentia raiva do Boko Haram porque elas foram sequestradas antes da formatura. Ela relata o momento em que 30 mulheres se converteram ao Islã e se casaram, e percebeu que nem todas lutavam pela resistência. Adamu avaliou que o fato dividiu o grupo e enfraqueceu a resistência. Como forma de pressão, o fornecimento de alimentação foi cortado. Estima-se que 40 mulheres tenham morrido na floresta. A reportagem indica que a libertação das mulheres de Chibok deveu-se a uma intensa campanha nas redes sociais, que mobilizou personalidades mundiais, incluindo a então primeira-dama dos Estados Unidos,

Michelle Obama, e o Papa Francisco. Contribuíram também para a libertação:

1. O enfraquecimento do Boko Haram, que se encontrava cada vez mais fraturado, com facções divididas e sem saber o que fazer com reféns que se tornaram mundialmente famosas;
2. A ação de uma pequena equipe de voluntários nigerianos liderada pelo diplomata suíço, Sr. Parkinson, do Ministério das Relações Exteriores da Suíça. Esse grupo, denominado Divisão de Segurança Humana, trabalhou em um acordo para libertar as estudantes.

Por meio desses acordos, as reféns foram sendo libertadas aos poucos, embora muitas tenham permanecido sob custódia, possivelmente convertidas e casadas. O Boko Haram não sequestra apenas mulheres; estima-se que aproximadamente 10.000 meninos também foram sequestrados para serem usados como combatentes.

Considerações finais

É perceptível que, na Europa e nos Estados Unidos, a cobertura sobre o Boko Haram, embora existente, tende a ser menos frequente e menos profunda do que em relação aos grupos extremistas que ameaçam diretamente o Ocidente, como o Estado Islâmico (EI) e a Al-Qaeda. A atenção da mídia ocidental em relação ao Boko Haram atinge picos quando ocorre algum ataque que gera comoção internacional, como o sequestro das meninas em Chibok, em 2014, evento que obteve a maior repercussão. Nesses momentos, fala-se sobre o grupo, mas o foco recai em clichês como o "terrorismo islâmico", sem dar a devida atenção ao contexto social e político nigeriano, marcado por pobreza, corrupção e negligência do Estado. Tais fatores, no entanto, fortalecem esses grupos extremistas. É fato que os ataques terroristas ocorridos no Ocidente possuem uma cobertura midiática incomparavelmente

maior do que os ataques com igual ou maior número de vítimas ocorridos na Nigéria ou em qualquer outro país africano.

Na América do Sul, a cobertura sobre o Boko Haram é ainda menor. Isso se deve ao fato de que a mídia sul-americana possui menos correspondentes próprios na África e depende, em geral, das agências internacionais de notícias, como a *Reuters* e a *Associated Press* (AP). Isso faz com que a cobertura seja eventual e com o mesmo viés de simplificação. A visão comum é de que os massacres promovidos pelo Boko Haram são algo distante e de baixa relevância direta para a segurança regional e para a política interna.

Este esquecimento, sobretudo no Brasil, demonstra o distanciamento do país em relação à África, o que se torna grave em razão de uma parcela expressiva da população brasileira ser de origem africana. A ignorância em relação a massacres, como o de 40 mil pessoas (CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES. Nigeria Security Tracker (NST): Council on Foreign Relations, [2009-]), obra terrível do Boko Haram, por exemplo, não causa qualquer comoção do ponto de vista humanitário. É como se as vidas ocidentais valessem muito mais que as vidas dos povos africanos. Caso algo similar ocorresse na Europa, o fato repercutiria mundialmente, e providências seriam tomadas para que não se repetisse. Contudo, o massacre na Nigéria é desconsiderado, visto como algo distante. Esse esquecimento reflete a falta de importância histórica, social e humana atribuída aos povos africanos. Trata-se de algo cultural, que evidencia a persistência de um grande eurocentrismo ainda na América do Sul e no Brasil.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Boko Haram mata dezenas de pessoas em ataque no nordeste da Nigéria. **Agência Brasil**, 6 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/boko-haram-mata-dezenas-de-pessoas-em-ataque-no-nordeste-da-nigeria> . Acesso em: 14. Out. 2025.

CARTA CAPITAL. Sequestradas pelo Boko Haram são obrigadas a adotar o islamismo e servir os seus soldados. **Carta Capital**, São Paulo, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/sequestradas-pelo-boko-haram-sao-obrigadas-a-adotar-o-islamismo-e-servir-os-soldados/>. Acesso em: 14. Out. 2025.

CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES (CFR). Nigeria Security Tracker (NST). [S. l.]: Council on Foreign Relations, [2009-]. Disponível em: <https://www.cfr.org/nigeria/nigeria-security-tracker/p29483>. Acesso em: 14. Out. 2025.

EL PAÍS. Grupo armado assassina a mais de 100 agricultores na Nigéria. **El País**, [Inserir data de publicação, ex: 29 nov. 2020]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-29/grupo-armado-assassina-mais-de-cem-agricultores-na-nigeria.html> Acesso em: 14. Out. 2025.

GARCIA, F. P. África e as ameaças à sua segurança. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 254-276, jul./dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/samue/Downloads/cepik,+9+--+AFRICA.pdf>. Acesso em: 14. Out. 2025.

JÚNIOR, L. B. A Sharia e o conflito entre tradição e modernidade no Islã. **Cadernos de Direito Comparado**, v. 5, n. 2, p. 110-130, 2022.

OLIVEIRA, F. O financiamento do terror: um estudo de caso do Boko Haram. **Segurança e Defesa Nacional**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2019.

PEREIRA, M. S. Boko Haram: da não violência ao terrorismo jihadista. **Estudos Africanos**, v. 8, n. 1, p. 20-35, 2020.

SANTOS, E. L. A tragédia humanitária e as táticas de guerra do Boko Haram. **Geopolítica e Conflitos**, v. 15, n. 3, p. 80-95, 2021.

SILVA, A. P. L. Boko Haram e o Estado Islâmico: as estratégias de aliança e cisão na jihad global. **Revista de História Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 65-80, 2017.

SILVA, R. K.; DIAS, C. A. Sharia: a lei islâmica e suas interpretações. **Teologia em Debate**, v. 7, n. 1, p. 50-70, 2015.

VIEIRA, P. C. O conflito religioso e a expansão da Sharia na Nigéria. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**, v. 10, n. 4, p. 120-140, 2016.

YUSUF, M. **Declaração de Fundação do Boko Haram**. 2002.

DOI:10.29327/5713520



[Disponível em: https://doi.org/10.29327/5713520](https://doi.org/10.29327/5713520)